

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS DE CIÊNCIAS SOCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS

MARCOS TÚLIO PEREIRA DE JESUS

A AUTOBIOGRAFIA DO EX-ESCRAVIZADO MAHOMMAH GARDÓ
BAQUAQUA: VOZES E DIALOGISMO

Anápolis-GO

2022

MARCOS TÚLIO PEREIRA DE JESUS

**A AUTOBIOGRAFIA DO EX-ESCRAVIZADO MAHOMMAH GARDO
BAQUAQUA: VOZES E DIALOGISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Linguagem e práticas sociais.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª Lúcia Gonçalves de Freitas

Anápolis-GO

2022

Ficha catalográfica

J58a

Jesus, Marcos Túlio Pereira de.

A Autobiografia do ex-escravizado Mahommah Gardo Baquaqua [manuscrito] : vozes e dialoguismo. / Marcos Túlio Pereira de Jesus. - Anápolis, 2022.
105 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Gonçalves de Freitas.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias , Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas . Anápolis, 2022.

Inclui bibliografia.

1.Polifonia. 2. Linguagem – Discursos - Resistência. 3. Linguagem - Dialoguismo - Vozes. 4.Dissertações – PPGIELT - UEG/UnuCSEH. I. Freitas, Lúcia Gonçalves de. II.Título.

CDU: 81'1(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus
Bibliotecária da UnUCSEH
CRB1/2385

**A AUTOBIOGRAFIA DO EX-ESCRAVIZADO MAHOMMAH GARDO
BAQUAQUA: VOZES E DIALOGISMO**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 28 de junho de 2022.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lúcia Gonçalves de Freitas (PPGIELT / UEG)
Orientador(a)

Prof. Dr. Sóstenes Cezar de Lima (PPGIELT / UEG)
Membro interno

Profa. Dra. Eliane Marquez da Fonseca Fernandes (PPGLL / UFG)
Membro externo

Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias (IES/UFG)
Membro externo

Anápolis-Go, 28 de junho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde até aqui, nesse período tão conturbado de pandemia. À minha família, que de forma direta ou indireta, contribuiu para que esta dissertação fosse realizada, em especial aos meus pais, pela educação que me deram. A minha orientadora Lúcia Gonçalves de Freitas, que teve dedicação e paciência em suas orientações para comigo, mesmo por telefone, já que praticamente passamos todo o período do mestrado em casa, devido ao confinamento da pandemia. Aos colegas da turma do IELT, que de alguma forma, ajudaram uns aos outros, com palavras de ânimo, de afeto, num momento que pessoas queridas, conhecidas, parentes ou amigos, partiam desse mundo, devido ao Covid.

RESUMO

JESUS, Marcos Túlio Pereira de. **A autobiografia do ex-escravizado Mahommah Gardo Baquaqua: vozes e dialogismo**. Orientadora: Lúcia Gonçalves de Freitas. 2022. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022.

O presente trabalho é o relato de pesquisa e análise da obra *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*, história de um jovem africano que foi capturado e escravizado, sendo levado à força para o continente americano em meados do século XIX, passando pelo Brasil, Estados Unidos, Haiti, Canadá e por último, Inglaterra. O estudo se baseou numa análise bibliográfica, centrado no campo dos Estudos da Linguagem, mais propriamente no âmbito dos Estudos de Discurso em perspectiva crítica. Para a realização dessa pesquisa, utilizamos os conceitos bakhtinianos sobre dialogismo, polifonia e vozes, por meio dos quais traçamos um paralelo entre os discursos presentes na obra no contexto do século XIX, com os discursos correntes na atualidade. Assim, identificamos que os discursos escravagistas que circularam na sociedade da época e que duraram mais de três séculos, ainda têm circulado, de maneiras diferentes, na sociedade nos dias de hoje. A análise da obra a partir dos conceitos bakhtinianos, levantou ecos do passado que ainda teimam em reverberar na atualidade. Porém, acima de tudo, identificamos na narrativa uma grande resistência por parte de Baquaqua, que fez uso de várias estratégias para sua sobrevivência, no período em que passou como escravizado. Como resultado, nossa investigação corrobora a evidência de que a população negra brasileira, descendente de um povo que foi escravizado por mais de três séculos, assim como o protagonista da obra, tem buscado se mostrar resiliente, resistindo, numa luta diária, por seus direitos, em uma sociedade que ainda carrega traços escravagistas.

Palavras-chave: Polifonia; Discursos; Resistência; Dialogismo; Vozes.

ABSTRACT

JESUS, Marcos Túlio Pereira de. **The autobiography of the ex-enslaved Mahommah Gardo Baquaqua: voices and dialogism.** Advisor: Lúcia Gonçalves de Freitas. 2022. 105f. Dissertation (Master's in Education, Language and Technologies) – State University of Goias, Anápolis, 2022.

The present report is a research and analysis of the work: *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*, the history of a young African who was captured and enslaved, being taken by force to the American continent in the middle of the XIX century, passing by Brazil, The United States, Haiti, Canada and finally England. The study is based on a bibliographical analysis, situated in the Language Studies field, more specifically in the Discourse Studies regarding critical outlook. For the accomplishment of this research, Bakhtinian concepts about dialogism, polyphony and voices have been deployed, whereby a parallel between the present discourses in the work devised in the XIX century context with the current discourses in present time. Thus, we have identified that those slavery discourses which were spread in the society of that time for more than three centuries, have still been widespread through different ways in our present-day society. The work's analysis from Bakhtinian concepts raised echoes from the past that still persevere in reverberating nowadays. Nevertheless, above all that, we have identified in the narrative a great resistance from Baquaqua's side, who maneuvered strategies for his own survival, in the period of his slavery. As a result, our investigation supports the evidence that the Brazilian black population, descendant of a people who have been enslaved for more than three centuries, as well as the work's protagonist, have sought to show themselves as resilient, holding up in a daily struggle for their rights in a society that still carry out slavery traits.

Keywords: Polyphony; Discourses ; Resistance; Dialogism ; Voices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Lugares por onde Baquaqua passou.....	17
Figura 2 – O primeiro panfleto de Walker	47
Figura 3 – Imagem de Baquaqua e sua assinatura	51
Figura 4 – Histórias que se repetem.....	75
Figura 5 – Cenas que dialogam com um passado colonial	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 BIBLIOGRAFIA DE BAQUAQUA NO CONTEXTO DAS LUTAS ABOLICIONISTAS DO SÉCULO XIX	16
1.1 A TRAVESSIA ATLÂNTICA E OS NAVIOS NEGREIROS	18
1.2 A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO SE INICIA PRIMEIRAMENTE NOS PAÍSES AFRICANOS.....	23
1.3 A LEGITIMIDADE DO PERÍODO ESCRAVOCRATA NO BRASIL.....	25
1.4 MUDANÇAS AO LONGO DO SÉCULO XVIII.....	27
1.5 O CONTEXTO DO ABOLICIONISMO NORTE-AMERICANO.....	33
1.6 A CONTRIBUIÇÃO DOS MISSIONÁRIOS PARA A CAUSA ABOLICIONISTA	36
1.7 A ATUAÇÃO DOS ABOLICIONISTAS NO BRASIL	39
1.8 AS MUDANÇAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1880.....	40
1.9 UMA ABOLIÇÃO INCOMPLETA	41
2 NARRATIVAS ESCRAVAS: GÊNERO DE DISCURSO, VOZES E DIALOGISMO	43
2.1 NARRATIVAS ESCRAVAS COMO UM GÊNERO TEXTUAL DE APOIO À CAUSA ABOLICIONISTA: ANTECEDENTES.....	43
2.2 O QUE ERAM AS “NARRATIVAS ESCRAVAS” E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CAUSA ABOLICIONISTA.....	47
2.3 NARRATIVAS ESCRAVAS E SUA ESTRUTURA GENÉRICA.....	50
2.4 VOZES E DIALOGISMO NA AUTOBIOGRAFIA DE BAQUAQUA	53
2.5 DIALOGISMO E POLIFONIA NA AUTOBIOGRAFIA DE BAQUAQUA	58
3 BAQUAQUA E A BUSCA INCESSANTE POR SUA LIBERDADE ROUBADA	61
3.1 DIALOGISMO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE BAQUAQUA	61
3.2 APRESENTANDO A NARRATIVA DE BAQUAQUA: A VOZ DO EDITOR E O DISCURSO RELIGIOSO	63
3.3 O DISCURSO DE SUPERIORIDADE NA VOZ DO EDITOR	65
3.4 O EMBATE DE DISCURSOS RELIGIOSOS NO INTERIOR DA NARRATIVA	67

3.5 O DISCURSO RACISTA NO INTERIOR DA OBRA: ECOS DE UMA HERANÇA COLONIAL QUE SE FAZEM PRESENTES NO MOMENTO ATUAL	69
3.6 BAQUAQUA: UMA HISTÓRIA QUE PARECE SE REPETIR, DE MANEIRAS DIFERENTES, NOS DIAS DE HOJE	72
3.7 VOZES DE UM PASSADO COLONIAL QUE ECOAM AINDA NO MOMENTO PRESENTE	76
3.8 O USO DA BEBIDA ALCOÓLICA ENTRE A POPULAÇÃO ESCRAVA	78
3.9 BAQUAQUA: SINÔNIMO DE LUTA E RESISTÊNCIA DIÁRIA PRESENTE AINDA NOS DIAS DE HOJE	80
3.10 BAQUAQUA: REPRESENTAÇÃO DE LIBERDADE E DIAS MELHORES PARA UMA POPULAÇÃO NEGRA	83
3.11 BAQUAQUA NO HAITI: UMA HERANÇA ESCRAVOCRATA QUE INSISTE EM NÃO FINDER.....	86
3.12 BAQUAQUA NA FACULDADE: O RACISMO ESTRUTURAL PRESENTE NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

Apresentar esta dissertação demanda, antes de tudo, recapitular momentos extremamente conturbados em meio aos quais ela foi escrita. Para começar, seu início coincidiu com o próprio começo do confinamento social determinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para enfrentar a Pandemia de Covid-19. Pandemia essa que ainda se alastra enquanto escrevo e que, assim como a violência, tem ceifado vidas diariamente, ao mesmo tempo, merecem notas outros acontecimentos pontuais que com o meu texto têm uma relação, ainda que indireta, mas bastante significativa, como deixarei evidente.

O primeiro deles ocorreu no dia 25 de maio de 2020, uma terça-feira, quando George Floyd, um homem negro de 46 anos, suspeito de usar uma nota falsificada, é morto em uma abordagem policial em Minnesota, nos Estados Unidos da América. Durante a abordagem, Floyd é algemado de braços na rua e contido por outros dois policiais, enquanto um terceiro policial impedia que pessoas interviessem. Derek Chauvin, homem branco, assim como os outros policiais, enquanto contém Floyd, pressiona o joelho no pescoço dele por cerca de 8 minutos e 46 segundos, e mesmo com Floyd gritando “I can’t breathe” (“não consigo respirar”), o policial continua com a ação que acaba levando-o a morte.

O segundo e terceiro eventos ocorreram no Brasil. Um envolveu João Alberto Silveira Freitas, homem negro, 40 anos, que foi espancado até a morte na noite de quinta-feira, 19 de novembro de 2020, em plena véspera da consciência negra. Ele foi espancado por dois seguranças em uma unidade do supermercado Carrefour, em Porto Alegre, sendo que um dos seguranças era policial militar. Durante a ação, os seguranças ficaram em cima das costas de João Alberto e ao mesmo tempo desferiam socos e chutes, levando-o a morte em decorrência das agressões. O outro, ocorrido enquanto escrevia este texto, foi o assassinato cruel de Moise Kabagambe, 24 anos, congolês, asilado no Brasil. Ele teria ido cobrar diárias de trabalho em um quiosque na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e foi agredido a pauladas por três homens, que o deixaram caído no chão, amarrado, onde agonizou por 21 minutos, enquanto a vida seguia normal em volta da cena do crime.

Esses são acontecimentos passados em países diferentes, com culturas e línguas diferentes, porém que compartilham de um mesmo passado escravocrata. Tanto os Estados Unidos como o Brasil tiveram uma formação baseada num período escravagista, em que a exploração do trabalho escravo, de homens e mulheres africanos, e seus descendentes serviu, durante séculos, como sustentáculo de produções de riqueza para esses dois países. Em ambas nações, a sociedade sempre se mostrou marcada por um passado de discriminações, em que a

população negra foi vista como desprovida de valor, apenas para servir. Como consequência, ainda em pleno século XXI, existe uma população que vive à margem da sociedade, sendo silenciada dia após dia, composta em sua maioria por pessoas negras, vítimas de um sistema cujos ecos ainda prevalecem desde a época colonial e que parece não ter fim.

Esses casos mostram que esses países, até o presente momento, carregam consigo uma herança escravocrata, perdurando assim o preconceito racial que foi construído há séculos, desde a chegada dos primeiros africanos, homens, mulheres e crianças às Américas. Como consequência desse período sombrio, prevalece fortemente, nas relações sociais nos dias de hoje desses dois países, o racismo e a intolerância perante essa população descendente de africanos.

Esses episódios marcaram o percurso desta pesquisa, cujo interesse inicial era discutir “a condição da população negra na sociedade” a partir de narrativas literárias, especialmente os contos de Marcelino Freire no livro “Contos negreiros”. Tal interesse tem pelo menos dois motivos: primeiro, porque faço parte da população negra, então posso falar que é meu lugar de fala, já que faço parte de um grupo, afro-brasileiros, que durante muito tempo foi silenciado. Já vivenciei o racismo na pele e, desse modo, tenho a plena consciência que a luta por direitos deve ser diária e devemos combater as desigualdades de raça com todas as armas possíveis.

Segundo, porque todos os dias se expõem as intolerâncias contra a população negra, principalmente contra aquela parcela pobre, que se encontra em grandes cidades, morando na periferia. É só ligar a TV que logo vemos nos jornais televisivos, diariamente, notícias como as que coloquei no início, com pessoas negras sendo agredidas violentamente. O mais chocante é perceber certa normalização dessa violência extrema, que como nos casos acima, chega a matar. Parece natural que corpos negros sejam agredidos, remetendo assim a um passado escravocrata, que como herança deixou-nos um racismo estrutural.

Porém, não é só aquela população preta e pobre, que mora distante dos centros da cidade que sofre com o racismo. Atualmente, temos visto muitos casos de jogadores de futebol brasileiros, ricos, que sofrem injúria racial em meio ao campo, que devido ao tom de pele, são humilhados e discriminados, sendo chamados de macacos, remetendo mais uma vez ao período escravocrata, em que as pessoas negras, escravizadas, eram consideradas como animais e tratadas como tais, ou até piores.

Diante disso, propus-me a compreender por que ainda em pleno século XXI a população negra, afro-brasileira, em sua maioria, tem vivido numa condição subalterna, de inferioridade. Por que no momento presente, uma grande parcela da população tem sofrido diariamente todo o tipo de agressões físicas e psicológicas, em um racismo que se diz não existir?

Em relação à escolha da obra, a princípio me propus a analisar o livro “*Contos negreiros*”, de Marcelino Freire. Meu contato com essa obra se deu por meio de um professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) que lecionou uma disciplina em uma especialização que fiz em 2019, Estudos Literários e Ensino de Literatura. Como eu já havia comentado com o professor sobre a temática da condição de pessoas negras no Brasil, a qual pretendia escrever o artigo final do curso, ele me sugeriu a obra. O livro traz vários contos, apresentando personagens negros, em sua maioria homens, contos que por mais que sejam fictícios, poderiam muito bem se tratar de histórias reais do dia a dia, de jovens negros que vivem à margem da sociedade, sofrendo o racismo, preconceito e discriminação.

Porém, ao ingressar no Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, linguagem e tecnologias (PPG/IELT), tive contato com a *Biografia de Mahommah Gardo Baquaaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*, que trata do relato de vida de um ex-escravizado, apresentando partes da narrativa em primeira pessoa e sendo a única biografia de um ex-escravizado que viveu um tempo no Brasil. Considerei interessante analisar essa obra, já que não fugiria da minha proposta anterior, que seria a condição do homem negro em nossa sociedade, mas com a vantagem de poder estudar a gênese dessa condição.

A análise dessa biografia me possibilitaria compreender por que ainda no momento presente vemos reverberar ecos de uma abolição incompleta, com um país que traz em sua raiz um racismo e uma discriminação tão arraigados, aspectos históricos esses que têm alterado a condição de vida de milhares de pessoas negras na atualidade, fundamentado num passado que ainda teima em ressoar no momento presente.

Então, por meio da narrativa *Biografia de Mahommah Gardo Baquaaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*, busco compreender como se dava o contexto da escravidão no século em que ocorreram as abolições nos países escravagistas e discutir tanto a herança dessa prática que ainda paira nos dias de hoje, quanto a luta dos movimentos que a combatem. Para isso, proponho observar nessa obra as vozes e discursos aí presentes e traçar diálogos entre o contexto escravocrata vivido por Baquaaqua e o contexto da população negra brasileira nos dias de hoje, com suas reivindicações. A obra *Contos negreiros* ainda me serve de referência para esse diálogo, embora não seja mais o meu esteio central.

Feitas essas considerações sobre o percurso que me levou a produzir esta pesquisa, bem como os objetivos que a norteiam, é também preciso deixar claro nesta apresentação o marco teórico com o qual assumo este estudo, centrado no campo dos Estudos de Linguagem, mais especificamente no âmbito dos Estudos de Discurso com perspectiva crítica. De acordo com Fairclough (2001), quando o indivíduo, em suas interações sociais, faz uso do discurso ou

linguagem, ele reproduz e transforma as realidades sociais em sua volta e ao mesmo tempo a si mesmo. Isso é o que veremos na biografia analisada, em que Baquaqua, protagonista da narrativa, por meio de sua prática social, entra em contato com vários outros discursos, transformando assim sua realidade social e ao mesmo tempo moldando sua identidade. Assim, os discursos, durante as práticas sociais, criam relações entre pessoas dentro da sociedade, além de construir conhecimento. Dessa maneira, o discurso se caracteriza como instrumento de exercício do poder.

No contexto em que se deu a narrativa de Baquaqua, o discurso escravagista funcionava como uma prática ideológica que naturalizava a prática da escravidão na época. Sendo assim, naquele período do século XIX, alguns eram favorecidos enquanto outros eram prejudicados pelas produções desses discursos escravagistas. Trabalhar com uma perspectiva crítica do discurso é investigar de forma analítica como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são produzidos, reproduzidos, representados e combatidos nos textos (orais e escritos) (VAN DIJK, 2010). De acordo com Melo (2009), uma análise na perspectiva crítica do discurso considera as práticas sociais como sendo constituídas pelo discurso, sendo que, por meio de seus estudos, é possível observar os processos de manutenção de abuso e poder. Assim, a linguagem e o seu uso não se dão de forma ingênua ou inocente, mas contribuem para o domínio de uma pessoa sobre a outra. Isso é o que podemos perceber no contexto da biografia de Baquaqua e durante todo o período em que houve a escravidão, em que os discursos escravagistas, legitimados por instituições na época e tidos como incontestáveis, eram usados de forma a dominarem toda a população escrava. Dessa forma, o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se refere somente à língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas.

Ainda para a análise da obra, me basearei nos conceitos de Bakhtin (1992) sobre vozes, dialogismo e polifonia, tentando identificar de que forma o discurso presente na narrativa de Baquaqua ainda ressoa no momento presente, como ecos de humilhação, de racismo, de subalternidade, mas também de luta, de resistência entre as pessoas negras brasileiras, além das obras de Faraco (2009), Brait (2008, 2010) e Fiorin (2008). De acordo com Bakhtin (1992), a língua tem a propriedade de ser essencialmente dialógica. Todos os enunciados, isto é, as unidades reais de comunicação, sejam eles face a face ou não, no processo de comunicação, são dialógicos. Todo discurso vai ser ocupado, atravessado pelo discurso alheio, quer dizer, o indivíduo, ao longo de sua vida, para constituir o seu próprio discurso, vai levar em conta o discurso do outro, que estará sempre presente no seu. O dialogismo compreende sempre

relações de sentido estabelecidas entre dois enunciados. Sendo assim, a obra de Marcelino Freire me dá suporte para traçar diálogos entre a obra de Baquaqua e diferentes discursos em torno da população negra brasileira nos dias de hoje.

Existem algumas pesquisas feitas acerca da biografia de Baquaqua que são importantes citar. Gladir da Silva Cabral e Carlos Renato Carola (2019) buscam identificar de que forma o protagonista reconstrói sua identidade. Para os pesquisadores, o domínio da escrita, por meio da autobiografia, assinala a afirmação da identidade e, ao lembrar seu país, sua cultura, sua origem, entrelaçado ao tempo presente que Baquaqua vivia, ele está construindo sua identidade.

Já a pesquisa de Fabiana Santos da Silva (2015) vem contrapor a ideia de que a população negra foi passiva à escravidão que lhe foi imposta. Seu trabalho mostra também que a inferioridade à população negra não estava relacionada com a cor da pele, mas sim à uma estrutura social que perpetuava uma condição de dependência. Dentre os vários trabalhos sobre nosso tema, uma referência essencial é Paul E. Lovejoy que foi um ferrenho estudioso da obra de Baquaqua e outras narrativas escravas, inclusive de Olaudah Equiano, também chamado de Gustavus Vassa, que teve sua narrativa publicada em 1789. Lovejoy chegou a ir ao continente africano em busca de registros que comprovassem a história do jovem Baquaqua. Ele investigou a transformação da identidade de Baquaqua na sua passagem pelo continente americano.

Nesta pesquisa, procuro contribuir com esses trabalhos, enfatizando uma perspectiva mais atual de estudos sobre a população negra e escravizados. Em geral, até algumas décadas passadas, predominou nos estudos uma representação da população escrava submissa ao sistema escravista, acomodada e aceitando passivamente essa condição, sendo assim, o foco era o sofrimento escravo. Porém, a partir das décadas de 1970 e 1980, surge uma nova historiografia que vai procurar compreender as ações dos “protagonistas anônimos da história” (VAINFAS, 2002).

Consequentemente, os conhecimentos históricos em relação ao cotidiano da escravidão ganham certa importância, com novos estudos voltados para a vida dos escravos, suas lutas, conflitos e negociações dentro do cativeiro. Assim, as pesquisas sobre a escravidão passam a levantar novas questões sobre o tema que antes eram ignoradas. A partir de então, os escravos, ao contrário do que se defendia na historiografia dos anos 1960 e 1970, passam a ser vistos como agentes ativos de sua própria história, realizando leituras próprias sobre os acontecimentos ao seu redor, interpretando-as e adaptando-as ao seu cotidiano, mesmo quando resultavam em interpretações radicais (REIS, 2000, p. 254).

Em relação à obra analisada, *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*, por mais que seu propósito na época, assim como tantas outras

narrativas escravas, tenha sido mostrar o sofrimento da população escrava e servir como instrumento para a abolição, irei focar nos aspectos de resistência utilizada pelo personagem central da narrativa. Seguirei essa nova perspectiva que vem sobressaindo em relação às pessoas negras, de sua luta diária de sobrevivência.

Sendo assim, procuro mostrar todas as estratégias que o protagonista utiliza para se manter vivo, toda a resistência que ele mostra ao longo da narrativa. E assim como o personagem, a população negra brasileira, afrodescendente, tem procurado o seu lugar de fala e de existência, por meio de movimentos, como o Movimento Negro, que vem lutar e reivindicar pelos direitos das pessoas negras, não só no Brasil e Estados Unidos, mas ao redor do mundo. Esse Movimento Negro tem atuado, principalmente, nos países que foram marcados pela escravidão, buscando o respeito aos direitos civis dessa população e o combate ao racismo, enraizado até hoje na sociedade. Lembrando que o Movimento Negro se iniciou há muito tempo, desde as revoltas escravas na época do Brasil colônia e esteve presente em todos os países em que houve escravidão.

No primeiro capítulo buscaremos compreender de que forma se deu o movimento abolicionista, com seus discursos em prol da população escrava, principalmente no Brasil e Estados Unidos, já que Baquaqua, protagonista da nossa obra em análise, passa por esses dois países. Destacaremos os processos e indivíduos envolvidos, durante o século XIX, que contribuíram para o desenvolvimento e o desfecho da abolição. Retornaremos alguns aspectos da travessia atlântica que acontecia nos navios negreiros, apresentando o contexto em que foi inserido Baquaqua no século XIX. Apontaremos a importância que a população escrava teve para o acontecimento da abolição, com suas revoltas constantes, que iniciavam no próprio continente Africano. Destacaremos as diversas formas de resistências que sempre existiram entre os escravizados, como fugas coletivas ou individuais, assassinatos de senhores, abortos, suicídios e outros mais. Falaremos sobre as instituições que sustentavam a escravidão e a legitimavam com seus discursos escravocratas, por meio do qual se mantinha a submissão da população escrava. Abordaremos as mudanças que surgiram com o crescimento do capitalismo, exigindo assim trabalhadores livres, potenciais consumidores, já que a população escrava não fazia parte desse grupo. E por fim, vamos expor a Lei Áurea, por meio da qual se deu uma abolição incompleta e que não tinha como papel inserir os recém-libertos nessa nova sociedade que surgia no final do século XIX.

Já no segundo capítulo propomos compreender sobre o gênero biografia e autobiografia, já que o nosso *corpus* transita entre os dois gêneros durante toda a narrativa. Abordaremos sobre os primeiros escritos a favor da população escrava. Trabalharemos o conceito de narrativas

escravas, também conhecidas como “slave narratives”, pois nossa obra se trata de uma escrita a partir de relatos de um ex-escravizado. Buscaremos identificar em que contexto do século XIX esse tipo de narrativa surgiu e qual era o seu principal objetivo. Procuraremos compreender como essas narrativas eram estruturadas, ou seja, que padrões elas precisavam seguir para se encaixarem nesse tipo de gênero. Faremos uma reflexão acerca dos conceitos bakhtinianos sobre gênero de discurso, polifonia, dialogismo e vozes, conceitos que contribuirão para a análise da obra.

E finalmente, no terceiro capítulo, baseando nos conceitos de Bakhtin (1992) sobre vozes, dialogismo e polifonia, propomo-nos analisar a obra, tentando identificar se a voz do protagonista Baquaqua e os demais discursos que aparecem na obra, dialogam com outras vozes e outros discursos da atualidade. Buscaremos compreender se os enunciados encontrados no interior da narrativa carregam ecos e lembranças de outros enunciados, seja do período colonial ou do nosso momento presente. Mostraremos as diversas estratégias que Baquaqua utilizou como forma de se manter vivo durante todo o período que passa como escravizado nas Américas. Assim, focaremos nos aspectos de resistência utilizada pelo personagem central da narrativa. Tentaremos mostrar por meio da obra e pelas ações de Baquaqua, que por mais que haja um resquício do período escravagista, o qual faz com que a população negra, no momento presente, seja tratada diferente dentro da sociedade, ainda assim, essa comunidade negra tem se mostrado resistente de várias maneiras, seja por meio de movimentos, seja se rebelando por meio do conhecimento, dos estudos e procurando se destacar no mercado, seja aceitando seu corpo com os traços africanos e outros mais. Com isso, proponho traçar diálogos, a partir da biografia, com o contexto atual que envolve a população negra brasileira e com a obra de Marcelino Freire.

1 BIBLIOGRAFIA DE BAQUAQUA NO CONTEXTO DAS LUTAS ABOLICIONISTAS DO SÉCULO XIX

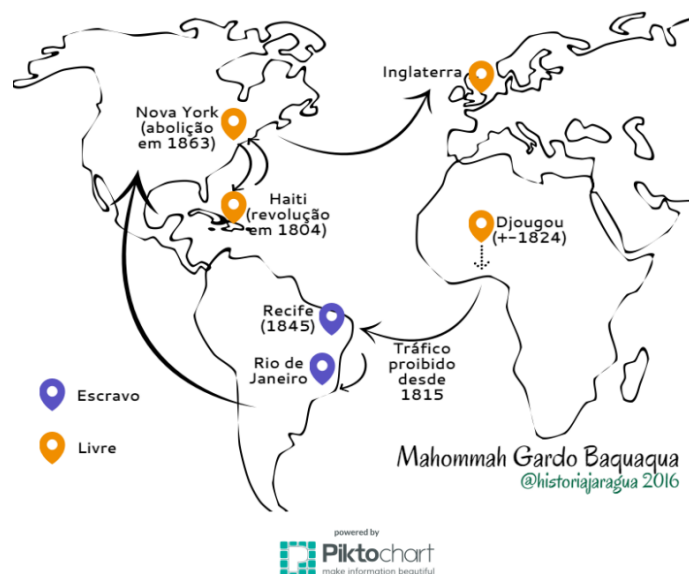
Este capítulo se dedica a situar a obra em análise e seu personagem central no contexto histórico-social do século XIX, focando especialmente o tráfico negreiro, as lutas abolicionistas e os discursos em que se apoiavam tais práticas. Neste período, além das grandes mudanças a nível mundial, vários países serviram como palco de lutas, com uns defendendo a instituição escravagista e outros contra tal prática. A luta estava travada e, fazendo uso de discursos, por meio de uma linguagem específica, propagavam-se a legitimidade da escravidão, sendo a igreja uma importante aliada, com seus discursos religiosos e fazendo uso das escrituras sagradas para legitimar tal prática. Outro que corroborava com esses discursos era o próprio Estado, com representantes escravagistas em seu meio que faziam uso desses discursos para apoiar essa prática desumana e cruel. Porém, ao mesmo tempo em que esses discursos circulavam entre a sociedade, novos discursos surgem, por meio dos quais se inicia uma ferrenha luta a favor da abolição escrava, com simpatizantes pertencentes a diferentes classes sociais. Um discurso voltado para a defesa da população escrava, discurso que vinha de encontro com um discurso escravagista, prevalecia há tempos nos países onde havia a escravidão.

A história de Baquaqua vai coincidir com esse período conturbado, de lutas, de horrores, de pessoas sendo vendidas como mercadorias, já que ele nasce no século XIX, inclusive, num certo período de sua vida, ele mesmo é tratado como mercadoria. De acordo com estudos de Lovejoy (2002), o jovem era de família muçulmana, nascido em Djougou, possivelmente antes de 1830. Quando criança, frequentou a escola alcorânica e apresentava certa facilidade para aprender línguas. Aprendeu a língua portuguesa ainda na travessia do continente africano para as Américas; o inglês, enquanto esteve nos Estados Unidos e ainda sabia um pouco de árabe. Sua cidade, Djougou, no final dos anos 1820 e nos anos 1830, teve um grande destaque em relação ao comércio, sendo que sua família tinha grande envolvimento nessa prática comercial. O jovem africano é arrastado para a escravidão, indo de forma ilegal para as Américas, primeiramente Brasil, passando, posteriormente, pelos Estados Unidos, Haiti, retornando aos Estados Unidos, chega ao Canadá e por último, Liverpool (Inglaterra), em 1857, de onde não se tem mais notícia do jovem. Nesse trajeto, que tem duração de aproximadamente uma década, ele passa pelos piores momentos de sua existência, sobrevivendo ao tráfico negreiro e à escravidão, além de enfrentar o racismo enquanto está na faculdade. Porém, não se

deixa sucumbir pelo sistema escravagista e deixa uma narrativa de sua vida, sendo o único escrito de um ex-escravizado que viveu durante um tempo no Brasil.

O capítulo divide-se em oito tópicos, sendo que o primeiro apresenta a travessia atlântica feita pelos escravizados nos navios negreiros, expondo todas as crueldades e atrocidades que ocorriam em seus interiores. O segundo tópico mostra os diversos tipos de resistência da população escrava em relação à escravidão, resistência essa que já ocorria no continente africano muito antes das Américas. O terceiro tópico apresenta os discursos que legitimavam a escravidão, tanto no Brasil como nos demais países onde existiu esse sistema, discursos que eram compartilhados tanto pela igreja como pelo Estado. O quarto tópico expõe as mudanças a nível mundial que contribuíram para o fim da escravidão, como os próprios discursos que surgiram, a partir do movimento abolicionista, em prol da população escrava. O quinto tópico mostra as diversas mudanças que iam acontecendo nos Estados Unidos, com o surgimento de novas perspectivas para com o sistema escravagista e a guerra que houve naquele país, levando a uma abolição definitiva. O sexto tópico apresenta o importante papel que os missionários batistas, tanto norte-americanos, como brasileiros, tiveram para a divulgação em prol da causa abolicionista. O sétimo tópico mostra o poder que o movimento abolicionista ganhou ao longo do tempo em todo o país, com novas estruturas e a adesão de camadas de toda a sociedade, levando, conseqüentemente a criação da lei Áurea. E por fim, o oitavo tópico, apresenta o pós abolição, com uma população de novos libertos entregues a própria sorte, sem muita perspectiva de um futuro promissor.

Figura 1 – Lugares por onde Baquaqua passou



1.1 A TRAVESSIA ATLÂNTICA E OS NAVIOS NEGREIROS

Assim como milhares de negros e negras, adultos e crianças africanos, Baquaqua foi mais um, que de forma desumana e cruel, foi retirado de sua terra natal e obrigado a fazer uma horrenda travessia atlântica que muitas vezes levava à morte. Esse tráfico atlântico de seres humanos da África para as Américas inicia já no século XVI. De acordo com Alencastro (2018), os africanos levados para o Brasil eram oriundos de duas regiões principais: uma formada pela Baía de Benin e pelo golfo de Biafra, enquanto a outra região se localizava no Centro-Oeste africano, sobretudo em Angola. Os portos negreiros mais importantes se localizavam nas principais bacias hidrográficas, como a do rio Congo e Quanza (Congo-Angola), o que facilitava o transporte fluvial de escravos do interior da África até os portos marítimos da costa africana. Já do outro lado do atlântico, os primeiros desembarques que aconteceram desses cativos africanos se deram em Pernambuco, uma das capitanias do Brasil, entre os anos de 1550 e 1560.

No caso de Baquaqua, de acordo com estudos de Paul E. Lovejoy (2002), sua cidade, Djougou, fazia parte de Benin, ou seja, o jovem estava localizado nessa rota de onde africanos eram capturados. Ainda de acordo com o autor, Djougou era uma das cidades mais importantes entre o território axanti e o Califado de Sokoto. Dentre as transações comerciais na cidade, havia o transporte de nozes de obi e ouro dos axantis, além de produtos importados da Europa.

Vários negros e negras, adultos e crianças eram capturados e transportados de distantes regiões interioranas da África Centro-Occidental, porém, nem todos os cativos eram oriundos do interior, do sertão da África. Muitos africanos que eram reduzidos à escravidão habitavam as áreas do litoral e sertões que ficavam próximos de Luanda, ou seja, de áreas africanas dominadas por Portugal.

Quando os africanos capturados eram oriundos do interior da África, o que foi o caso do jovem Baquaqua, havia um longo e árduo percurso a caminhar desde os sertões africanos até o litoral, com uma viagem que se prolongava por dias, além de cansativa e perigosa, já que os cativos caminhavam em meio a selva, expostos a todo tipo de animal selvagem. Há um relato de um médico e explorador escocês Mungo Park (1771-1806) sobre essas jornadas feitas pelos cativos, no interior da África Ocidental, escrito entre os últimos anos do século XVIII e início do século XIX:

Ordinariamente os seguram [escravos] pondo a perna esquerda d'um, e a direito doutro em um mesmo par de ferros que pendurados de uma corda os deixam caminhar, posto que muito devagar. Cada quatro escravos vão atados também pelo pescoço com

correias retorcidas; pela noite se atam as mãos com anéis de ferro, e algumas vezes se põem uma cadeia de ferro ao pescoço (PARK, 1821, p. 33-34).

Mungo Park (1821), numa dessas jornadas, presenciou o trágico fim de uma escrava que atacada por um enxame de abelhas ficou totalmente ferida e debilitada. Não conseguindo continuar a caminhada, ela acaba sendo abandonada em meio ao imenso matagal. De acordo com Mungo Park, ela não demoraria morrer, ou pelas chagas que apresentavam ou devorada pelas feras selvagens.

Por meio dessa travessia terrestre de escravos ocorrida em regiões interioranas da África Ocidental, presenciada por Park (1821), pode-se deduzir que essas longas viagens terrestres, cansativas e perigosas, eram um processo que acontecia em toda região africana onde havia a captura dessa população para se tornarem escravos. Com Baquaqua não foi diferente, ao ser capturado, ele é obrigado a fazer essa terrível travessia terrestre, que durava vários dias, percorrendo florestas densas, com animais selvagens que poderiam atacar os viajantes a qualquer momento. Esse longo e doloroso percurso que os cativos eram obrigados a fazer no meio da selva, nos sertões da África até o litoral africano, era apenas o início de dor e angústia a que estavam expostos esses homens, mulheres e crianças.

Após a cansativa e dolorosa viagem terrestre, dava-se início à travessia atlântica, onde muitos escravos e escravas morriam no interior das embarcações durante a viagem. De acordo com o cronista e militar Elias Alexandre da Silva Corrêa (1937), que serviu em Angola na segunda metade do século XVIII, devido ao atraso de um navio que tinha como destino Pernambuco, em 1786, houve a morte de 104 escravos, resultado da doença chamada “bexiga”. O cronista militar ainda relata a morte de escravos numa viagem de Angola ao Rio de Janeiro. De acordo com Corrêa (1937), o alimento servido aos escravos, farinha de mandioca, encontrava-se podre e cheio de bichos, causando assim uma terrível epidemia e, conseqüentemente, muitas mortes. Ele também presenciou a morte de uma “negrinha” que ficou exposta ao frio e chuva durante a travessia, assim como um moribundo que foi lançado ao mar antes mesmo de cessar o último suspiro. Por meio desses relatos, deduz-se que as travessias atlânticas, de um modo geral, eram tanto trágicas como mortais.

Porém, as populações escravas, desde as primeiras travessias de africanos para as Américas, já se mostravam revoltosas e inconformadas com as péssimas condições a que eram expostas. De acordo com um relato escrito, em 1782, por Antônio José Pimentel Castro de Mesquita, governador de Benguela, mesmo estando presos, os escravos dos sertões de Benguela conseguiam fazer motins. Segundo o governador, entre os escravos dos sertões de Angola já não havia rebeliões, sendo os mesmos considerados “frouxos”. Para Mesquita, isso se dava

devido à existência de nove presídios naquele país, diferentemente de Benguela, que possuía somente Caconda, o qual era subordinado à Angola. Dessa forma, percebe-se que os escravos, oriundos dos sertões que possuíam presídios, eram classificados como dóceis, não apresentando maiores problemas durante a travessia atlântica, enquanto os escravos provenientes dos sertões sem presídios, eram tidos como agitadores. Ou seja, a presença dos presídios colaborava para o processo de disciplina e repressão sobre os cativos.

O tráfico atlântico de escravos era garantido por um complexo grupo formado por diferentes tipos de indivíduos espalhados no continente africano, na América e Europa, com cada um exercendo papéis essenciais para o funcionamento de tal prática. Assim, existiam várias pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíam com o tráfico de escravos que saía do continente africano para as diversas regiões do Brasil e os demais países onde existiu o sistema escravagista.

De acordo com Débora Albuquerque, Flávio Versiani e José Vergolino (2013), entre os séculos XVI e XIX, das viagens com escravos da África destinados a Pernambuco, mais de 87% partiram originalmente do próprio porto de Pernambuco. Ou seja, a maior parte das embarcações saía daquela Capitania rumo aos portos da África e voltava ao seu lugar de origem carregada de cativos. Ainda de acordo com esses autores, em suas investigações, deduz-se que os organizadores e financiadores do desembarque de africanos no local referido eram pessoas que ali moravam, principalmente portugueses com residência em Recife. Porém, também existiam pessoas naturais daquela região que faziam parte dessa rede de tráfico de escravos.

Ainda de acordo com Albuquerque, Versiane e Vergolino (2013), o porto de Recife foi o terceiro maior porto negreiro do Brasil, ficando atrás somente do Rio de Janeiro e Bahia e o quinto maior porto do mundo a receber escravos africanos, sendo o Rio de Janeiro o primeiro e o da Bahia o terceiro do mundo. Esse destaque dado a Recife, capital de Pernambuco, demonstra a grande participação desse estado no tráfico de escravos, sendo possível perceber isso na biografia analisada, já que Baquaqua, vindo da África, no século XIX, desembarcou, juntamente com outros escravos, em Pernambuco, o que vai reforçar a tese dos autores citados.

Ao longo da travessia atlântica ocorriam várias mortes de negros e negras africanos, pois os envolvidos no comércio de seres humanos preocupavam-se somente com o lucro que poderiam obter por meio do tráfico, não dispensando assim cuidados com os mesmos, superlotando os navios e ultrapassando os limites estabelecidos. Essa alta taxa de mortalidade dos cativos também resultava das más condições de transporte, da escassez e má alimentação,

vários tipos de doenças que se alastravam, má higiene e o banzo.¹ Aglomerados nas senzalas, os escravos ficavam expostos a diversas doenças como tuberculose, disenteria, tifo, sífilis, verminose, malária pois “A média de vida útil, então, era entre sete a dez anos” (BRASIL, 1988, p. 10). De acordo com Pereira, Serrano e Porto (2012, p. 13):

a travessia do Oceano Atlântico era feita nos chamados Navios negreiros ou tumbeiros. Era comum a eclosão de epidemias que dizimavam a população dessas embarcações. Para cruzar o Oceano, gastavam-se meses, em porões insalubres, com riscos iminentes de doenças, dado o elevado número de pessoas em locais inapropriados. Os escravos viajavam sob correntes, amontoados uns sobre os outros, sem nenhum tipo de iluminação. Não havia preocupação, também, com os dejetos nem com a ventilação.

De acordo com Azevedo e Seriacopi (2014), para cada cinco seres humanos retirados da África, apenas um sobrevivia. Ou seja, uma estimativa de 10 milhões para 50 milhões de africanos retirados, bruscamente, de sua terra natal durante todo o período da escravidão. Ainda de acordo com os autores, “muitos problemas hoje enfrentados pelos países africanos têm suas raízes nesse período, durante o qual a venda de seres humanos gerou elevados lucros para os traficantes europeus” (p. 61) e, também enriqueceu muitos reinos africanos, ao ponto de deixarem suas práticas comerciais habituais e dedicaram-se exclusivamente ao escravismo.

Durante essas travessias oceânicas, os africanos e africanas cativos eram considerados apenas como mais uma mercadoria a ser transportada, sendo carga viva e não passageiros. Em relação a essa carga humana, de acordo com Robert Walsh (1985), inglês que visitou um navio negreiro brasileiro em 1828, era separada por sexo e idade. Segundo Walsh (1985), havia uma preocupação com a distribuição dessa mercadoria no interior do navio, possibilitando maior segurança a bordo, tentando evitar possíveis revoltas, além de controlar o peso da carga viva, que sendo móvel, podia causar problemas para a navegação. Esse relato de Walsh, sobre a distribuição dos cativos no interior das embarcações, pode ser constatado na obra analisada onde se diz “Fomos empurrados para o porão totalmente nus, os homens foram amontoados em um lado e as mulheres do outro” (BAQUAQUA, 2017, p. 52).

Segundo Herbert Klein, Stanley Engerman, Robin Haines e Ralph Shlomowitz (2001), além do tratamento a bordo e da superlotação dos navios, existiam outros fatores que contribuíam para a mortalidade dos africanos. Para esses investigadores, a dolorosa viagem atlântica era apenas mais uma etapa do processo que se dava desde a captura e a travessia terrestre do escravo no continente africano até a chegada na América, onde, provavelmente,

¹ Processo psicológico pelo qual passavam os negros africanos escravizados que, em razão de serem levados para terras longínquas, ficavam num estado profundo de nostalgia, podendo levar à loucura ou à morte.

esses escravos, já debilitados e muitas vezes doentes, tinham que percorrer longas distâncias até chegar ao seu destino final, onde seriam vendidos e forçados a trabalharem nas piores condições possíveis. As diferentes condições naturais, políticas e econômicas, associadas ao longo período de espera nos portos africanos para o embarque rumo à América, também resultavam no aumento da mortalidade a bordo, já que durante a viagem podiam simplesmente agravar-se doenças ou outros problemas físicos. Além disso, ainda tinha o terror psicológico gerado pelo trauma de uma situação desconhecida com um embarque imposto à força. Traumas que a população negra africana, encarcerada, carregava em seus corações como: a ruptura da convivência com as famílias e seus contextos vitais, o conflito de sua captura para a escravização e a condução precária em que eles se encontravam rumo à América.

Nos interiores dos navios, os cativos tinham as mãos atadas, viajavam ligados uns aos outros por corrente e, além de serem espancados, também eram mal-alimentados. A dieta era controlada para diminuir a resistência dos escravos, evitando que se rebelassem. Como resultado da escassa alimentação e a falta de nutrientes em alimentos frescos, várias doenças surgiam durante a viagem transatlântica. O escorbuto, provocado pela ausência de vitamina C, era a mais comum. Porém, os capitães das embarcações não podiam descuidar totalmente das condições físicas dos cativos, pois pretendiam obter um bom preço pela venda dos escravos, e para isso, eles teriam que estar sadios. Dessa forma, os capitães autorizavam a circulação de africanos pelo convés, em pequenos grupos, com o objetivo de manter a boa saúde, diminuindo assim os efeitos das más condições dos porões úmidos, sem ventilação, apertados e mal cheirosos.

Em relação à obra analisada, há um relato que descreve esses horrores presentes no interior do navio negreiro, relato que parece se confundir ao mesmo tempo com o discurso de Samuel Moore, editor da obra, religioso e abolicionista com o discurso do ex-escravizado Baquaqua:

Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desafortunado, o mísero infeliz que foi confinado em seus portais. Oh! Amigos da humanidade, coitado do africano, que foi afastado de seus amigos e de sua casa, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro, para aguardar ainda mais horrores e misérias em uma terra distante, entre religiosos e benevolentes. Sim, até mesmo em seu próprio meio. Mas, vamos ao navio! Fomos empurrados para o porão totalmente nus, os homens foram amontoados em um lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos nos levantar, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Dia e noite eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga (BAQUAQUA, 2017, p. 52).

Finda a travessia atlântica, os escravos sobreviventes desciam nos diversos portos da América Portuguesa. Muitos desses escravos, homens, mulheres e crianças, já aportavam doentes. No ano de 1800, o Governo de Pernambuco enviou ofício ao Conselho Ultramarino em Lisboa, queixando-se sobre a proliferação da doença chamada “bexiga” entre os escravos. No mesmo ano, em Recife, 180 africanos infectados com a doença morreram após a chegada na América.

1.2 A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO SE INICIA PRIMEIRAMENTE NOS PAÍSES AFRICANOS

O jovem Baquaqua, durante o período em que permanece na condição de escravizado, passa pelos piores momentos de sua vida, sofrendo os mais severos castigos, tanto físico como psicológico, porém, mesmo com tanto dissabor, se mostra resiliente, resistindo a todos os horrores vividos, fazendo uso de estratégias para sua sobrevivência e pela busca de sua liberdade que lhe foi tirada. Porém, mesmo antes de Baquaqua, já havia a resistência à escravidão, sendo que essa prática não se deu apenas nas Américas, mas a sua origem se inicia em terras africanas, se transformando, posteriormente, num processo histórico que transcenderia todo o mundo onde existiu a referida prática.

Em relação a essa resistência ao escravismo, David Richardson (2001) lamenta a “literatura acadêmica estar demasiadamente concentrada sobre a resistência nas Américas” (p. 69). Ainda de acordo com o autor, as “revoltas baseadas nas plantações eram somente um elemento no aspecto da resistência que ia além da África, da passagem pelo Atlântico e das Américas” (p. 69). Para ele, sem um conhecimento profundo desse fenômeno, torna-se impossível dar a devida importância “ao impacto da África e dos africanos na organização e ampliação do tráfico atlântico de escravos, assim como a importância do tráfico de africanos escravizados no desenvolvimento da história atlântica” (p. 69).

De acordo com Paul E. Lovejoy (1986), levando em conta o caso do Califato de Sokoto no Séc. XIX, onde existiu uma verdadeira sociedade escravocrata composta por cerca de dois a dois milhões e meio de escravizados, a fuga era algo que demandava importância. Não era pequeno o número de pessoas escravizadas que tentava escapar de seus proprietários. Entre esses proprietários de escravos na África, havia todo o tipo, como portugueses, assim como outros europeus, brasileiros e norte-americanos, luso-africanos que tinham domínio sobre a sociedade colonial e africanos de todos os níveis sociais. Em meados da segunda metade do

referido século, quase todos os livres e forros em Angola ainda possuíam escravos. Até mesmo escravos possuíam outros escravos.

Então, essa resistência à escravidão, muito antes de acontecer nas Américas, já ocorria em várias partes do continente africano. A busca pela liberdade da população cativa, na África, não se dava apenas nas colônias portuguesas. De acordo com Roquinaldo A. Ferreira (2018), os escravos controlados pelas próprias sociedades africanas também resistiam através de fugas. Para Aida Freudenthal (1997), independente de pertencerem à sociedade colonial ou às sociedades africanas, um grande número de escravizados procurava refúgio nas comunidades de fugitivos que já haviam se estabelecido, sendo que a origem destes *kilombos*, *ocilombos*, *mutolos*, *coutos* ou *valhacoutos* e *quilombos*, nomes dados às comunidades de fugitivos em Angola é remota.

De acordo com Paul E. Lovejoy (1986), nos tempos de conflitos familiares entre os donos de escravos, a população escrava via a oportunidade de fugas. No caso de escravos sendo de propriedade familiar ou corporativa, ou seja, com mais de um dono, muitos problemas podiam surgir entre os membros com disputas sobre a propriedade, que incluía os escravos. Com tantas incertezas, o medo era instalado entre os escravizados, que viam nisso uma oportunidade de fuga. Isso foi o que aconteceu, por exemplo, quando faleceu dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, em 1859. Enquanto os herdeiros disputavam seus bens no tribunal de Luanda, muitos dos escravos que pertenceram a ela decidiram fugir.

Há relatos de que, entre os anos de 1846 e 1876, cerca de 3.200 indivíduos feitos cativos foram recapturados em Angola, o que evidencia que a resistência à escravidão não foi um fenômeno exclusivo das Américas. No citado país africano, de onde saía a maior parte dos escravizados utilizados no mundo atlântico, a longa tradição de resistência ainda persistia mesmo depois de o Estado colonial português ter iniciado uma “morte lenta para a escravidão”. Percebe-se, então, que a resistência à escravidão era uma prática que já existia antes mesmo de se “descobrir” o Novo Mundo e veio a transcender o continente africano.

Outra forma de resistência em meio à população escrava era colocar fim à própria vida. Essa prática não era comum no continente africano, porém, se torna uma ação habitual em meio aos escravizados, que passam a encontrar no suicídio uma maneira de escapar de uma realidade cruel e de sofrimento, encarando como a única ou última forma de livrar-se da escravidão. De acordo com Bastide (1943), o suicídio de pessoas escravizadas se dava principalmente como protesto contra a escravidão, era um meio de dar cabo à uma vida resumida em castigos.

Segundo José Alípio Goulart (1972), o suicídio era tido como a mais trágica das reações à violência do cativo. Para o autor, tirar a própria vida caracterizava como uma forma de fuga

e espécie de protesto e rebeldia, de vingança contra o senhor. Em certos casos, o suicídio estava relacionado com o banzo, estado de depressão psicológica que se apossava do africano logo após seu desembarque em terras brasileiras, o que resultava numa imensa saudade da terra natal. Ainda de acordo com Goulart, existia a crença entre os africanos escravizados de que por meio da referida prática eles teriam um retorno espiritual à África, o que contribuía para a prática de tal ação.

De acordo com Clóvis Moura (2004), em sua obra *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, o suicídio é definido como “uma das reações extremas de protesto do escravo”. Para o autor, a ocorrência de suicídios se dava devido à aplicação de castigos torturantes, o que era frequente em todo o país. Assim, colocar fim a própria vida se caracterizava como uma forma de resistência e enfrentamento que fez parte da população cativa durante todo o período em que houve o sistema escravagista. Com Baquaqua não foi diferente, estando em terras brasileiras, passando pelos mais cruéis castigos e sofrimentos, além da saudade da terra natal e da família, ele pensa em suicídio: “Eu disse a ele que não deveria mais me chicotear e fiquei com tamanha ira que a ideia de matá-lo me passou pela cabeça, em seguida, suicidar-me. Por fim, pensei em me afogar. Eu preferia a morte a viver como um escravo” (BAQUAQUA, 2017, p. 55).

1.3 A LEGITIMIDADE DO PERÍODO ESCRAVOCRATA NO BRASIL

No período em que Baquaqua esteve no Brasil, por volta de dois anos, na condição de escravizado, não houve nenhuma instituição ou classe social que condenasse essa prática escravista, já que ela era considerada ilegal desde 1831. Esse silenciamento em relação à legitimidade da escravidão durou praticamente todo o período escravocrata, que se estende do século XVI ao XIX, não havendo nenhuma voz em prol da população escrava. O discurso que se via na época era que a escravidão tinha como função tirar a população negra da ignorância na qual se encontrava. Ou seja, a escravidão era vista como algo benéfico para essa gente.

Quando apareciam alguns indivíduos, representados por uma minoria, com um discurso contrário, indagando sobre o tráfico de seres humanos e a legitimidade da escravidão, eles eram logo silenciados e expulsos das colônias. Dessa forma, o tráfico de escravos podia continuar sem nenhuma interferência.

Segundo a visão do povo português, a fundação de seu reino tinha legitimação divina, pois de acordo com essa crença, o poder do rei provinha do próprio Deus, sendo assim, jamais aceitava questionamentos. Acreditavam-se ainda na legitimidade divina também do povo português: “Ao fundar o trono, Deus escolhera o próprio povo. [...] Dessa forma, os lusos

consideravam-se também como o povo eleito para conservar e expandir a fé católica [...]” (AZZI, 2004, p. 23-24). Com a origem dessas crenças fundadas em Deus, a igreja consentia com o sistema escravagista,

Desde suas primitivas origens, a Igreja católica aceitou e promulgou a escravidão como uma prática institucional que se considerava justa, necessária ou inevitável. As Escrituras não a condenavam e esse fato facilitou aos cristãos fazerem uso dela sem problemas de consciência (BADILLO, 1994, p. 59-60).

De acordo com Badillo (1994), na Itália, Espanha, Portugal e norte da África, a escravidão se dava em consequência das constantes guerras causadas por motivos econômicos e religiosos. Sendo assim, a igreja católica justificava a escravidão com o intuito de propagar a fé cristã, assim, ainda de acordo com o autor, essa era uma forma de legitimar a escravidão enquanto prática institucional justa. Os escravizados eram obrigados a se converterem ao Cristianismo, alegando que seriam libertos do pecado e alcançariam, assim, a salvação eterna. Ainda se baseava nessa crença teológica a ideia da imagem da população negra como raça inferior, além do mais, o cristianismo foi se fixando cada vez mais em toda a Europa.

De acordo com Azzi (2004), os portugueses enxergavam na fé católica uma maneira de manter a ordem social. Além disso, os relatos bíblicos davam suporte para a legitimidade teológica da prática da escravidão. De acordo com Blackburn (2003), com uma maior disponibilidade de bíblias nos séculos XVI e XVII, essas ideias puderam ganhar mais adeptos.

O que se percebe é que a ideologia escravocrata no Brasil foi fundada com a parceria do Estado juntamente com a igreja católica, pois ao mesmo tempo em que a igreja cooperava com o Estado na manutenção de um discurso escravagista, também ela possuía escravos em seu poder. De acordo com Badillo (1994, p. 60), “A posse de escravos pelo clero, por sua vez, convertia-se no melhor exemplo de legitimidade da prática. Assim, a Igreja, tanto doutrinariamente, como exemplarmente, defendeu a existência da escravidão [...]”. Para Azzi (2008), a instituição católica justificava a escravidão, pois os próprios representantes religiosos beneficiavam-se com o trabalho escravo.

Então, esse discurso religioso, propagado pela instituição católica, predominava na sociedade da época funcionando como uma prática ideológica que naturalizava a escravidão, com os escravocratas sendo favorecidos, em detrimento da população escrava. Essa prática discursiva, com uso de uma linguagem específica, se mostra ideológica, servindo, durante todo o período em que houve a instituição escrava, como forma de manutenção de relações de

dominação e poder dos proprietários escravagistas, que incluía representantes da igreja, sobre a população escrava.

De acordo com Fairclough (2001), as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’. E essa naturalização em torno da instituição escrava se mantinha por meio do discurso da igreja católica. Discurso que tinha um poder de persuasão enorme naquela época entre a sociedade, que acreditava que era da vontade de Deus que existissem diferentes tipos de classes. Assim, não cabia ao homem modificar essa ordem social, já que era um destino traçado pela Providência Divina. A escravidão era legitimada pela religião, sendo aprovada pelos representantes de Deus na terra, a Igreja e o Estado, não sendo nunca questionados. Toda essa prática discursiva dava base para que as classes dominantes escravizassem os povos africanos e seus descendentes sem se sentirem culpadas.

1.4 MUDANÇAS AO LONGO DO SÉCULO XVIII

Com o início do século XVIII, as doutrinas, que até então sustentavam a escravidão, começam a perder força. A burguesia europeia inicia um novo discurso que passa a questionar a ordem tradicional que operava no mundo, sendo assim, são criados conceitos novos, que colocavam em dúvida essas doutrinas vigentes. A partir de então, os revolucionários do século XVIII iniciam um discurso de crítica ao poder atribuído aos reis, que segundo a teoria da época, era concedido pelo poder divino, e passaram a exigir a soberania dos povos, com novas criações para a representatividade do governo. Passam a afirmar sobre os direitos dos homens, entre eles, o direito de propriedade, de liberdade e de igualdade de todos perante a lei.

Sendo assim, com esses novos discursos em voga, vindos da Europa, que vem contrapor a teoria vigente até então, a escravidão começa a ser encarada como criação dos homens, para seus próprios benefícios. A partir de então, surgem críticas em relação à instituição. Conclui-se que o Cristianismo se mostra incompatível com a escravidão; a mão de obra escrava considerada menos produtiva do que o trabalho livre; e a escravidão como uma instituição corruptora da moral e dos costumes, além de retardar o progresso do país.

Dessa forma, surge o movimento abolicionista no Brasil, movimento que nasceu a partir de ideias surgidas no Velho Mundo. Com origem na Inglaterra, o abolicionismo, fazendo uso de um discurso que ia de encontro às práticas escravistas que já duravam mais de séculos, vai alcançar as sociedades americanas onde a escravidão ainda prevalecia com muita força no século XIX. O abolicionismo vai se caracterizar como um movimento social e político,

encontrando vários adeptos no Brasil, simbolizando as primeiras mobilizações em torno da escravidão. De acordo com Ronaldo Vainfas (2001), o abolicionismo caracterizou-se como um movimento de luta contra a escravidão no Brasil, que se iniciou em 1880, unindo diversos setores sociais e tendências políticas.

Logo cedo, a população escrava e os libertos ficaram cientes desses novos pensamentos revolucionários, entretanto, durante o período da independência do Brasil, a empolgação demonstrada pela população escrava em relação à liberdade cai por terra. Quase a metade da população brasileira ainda continuava como escrava mesmo que a Carta Constitucional de 1824, de inspiração liberal, apresentasse um artigo relacionado com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, reconhecendo os preceitos de igualdade e liberdade, o que na prática não alcançava a todos.

De acordo com Mattos (2004), Liberalismo e escravidão passam a caminhar, contraditoriamente, juntos. No Brasil e em todo o resto da América foram criadas constituições liberais autorizando a prática da escravidão por meio do respeito ao direito de propriedade, o que prejudicou, principalmente a população negra, o acesso aos direitos civis. Mesmo aqueles que deixavam o sistema escravagista se viam em meios a discriminação racial, com restrições ao pleno gozo dos direitos civis e políticos, além de serem confundidos com escravos fugitivos a qualquer hora, vindo a sofrer todo tipo de violência, caso não provassem sua liberdade.

Mesmo após muitos anos da independência e com algumas vozes isoladas condenando a escravidão, uma boa parcela da população ainda dependia da mão de obra escrava, fazendo uso de velhos argumentos usados desde o período colonial. Para a maioria dessa elite, a população escravizada não tinha condições nenhuma de viver em liberdade e afirmava que a economia nacional dependia dessa mão de obra e que a abolição da escravatura levaria o país à ruína.

De acordo com Norma Telles (1989), havia poucos abolicionistas no Brasil até a década de 1870. No início, a crítica à escravidão se limitava a uma minoria de abolicionistas, uma parcela ilustrada de brasileiros, pertencentes à elite, que tendo estudado um tempo na Europa, retornava ao Brasil trazendo em sua bagagem os novos ideários revolucionários que surgiam naquele continente. Esses abolicionistas compartilhavam do pensamento burguês europeu, de que a mão de obra escrava tinha rendimentos inferiores aos dos trabalhadores livres, sem falar que o desenvolvimento das indústrias encontrava obstáculos devido ao trabalho escravo. Ainda de acordo com Norma Telles (1989, p. 73), na Europa, a partir do século XVIII, já haviam várias publicações atacando a escravidão. Já no Brasil, as mobilizações vão iniciar somente a

partir de 1870, surgindo os primeiros escritores públicos condenando a instituição escrava, os primeiros jornais abolicionistas e as primeiras campanhas de rua.

Com o tempo, as camadas populares urbanas começam a demonstrar interesse a favor do povo escravizado. Surgem um novo gênero textual, os chamados *pasquins*, que circulavam em grande número naquela época, com um discurso de críticas à escravidão, ao tráfico de escravos, aos preconceitos raciais existentes, aos estrangeiros que cada vez mais invadiam os mercados brasileiros. Os pasquins eram escritos por indivíduos que desempenhavam as mais diversas atividades, como intelectuais desempregados, farmacêuticos, médicos e padres, os quais, por sua vez, não eram bem vistos pela elite da época. Tais publicações tiveram uma grande contribuição para o movimento abolicionista, sendo vistos como uma expressão das lutas de classes e de raças, que além de dar voz às camadas populares descontentes, composta em sua maioria por mulatos e negros, tinham como objetivo atacar as elites e o governo.

Mesmo com algumas vozes a favor da abolição na primeira metade do século XIX, não se chegou a formar um movimento organizado em prol desse objetivo. A abolição era um tema que costumava ser evitado pelos representantes do governo, o qual logo procurou reprimir as insurreições de escravizados que surgiram após as ideias revolucionárias, atendendo assim aos senhores de escravos, os quais tinham influência na política da época. Sendo assim, todos que tentaram enfrentar o sistema escravagista foram silenciados.

Chegada à época do plantio do café, produto que se destacaria, sendo a grande riqueza do país, a concentração de escravos aumentava no Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, e em seus arredores. Inclusive, o jovem africano Baquaqua se encontrava no Rio de Janeiro quando seu dono foi contratado para levar uma carga de café para Nova York, vendo o jovem, nessa ocasião, uma oportunidade de ganhar a liberdade, já que lhe falaram que naquela cidade não havia escravidão. Nas grandes plantações, nas cidades e nos campos, a principal mão de obra era constituída pelos africanos e seus descendentes.

Em 1807, a Inglaterra passa a proibir o tráfico de escravos em suas colônias, sendo assim, inicia-se uma pressão sobre os demais países para a abolição da escravatura. Assim, com tantas pressões, é aprovada a primeira lei que passa a proibir o tráfico de escravos no Brasil. Na data de 7 de novembro de 1831, é criada a lei conhecida como lei Feijó, proibindo o tráfico negreiro no país, além de declarar libertos todos os escravos africanos introduzidos no país a partir daquela data (CONRAD, 1978, p. 32).

Porém, nas duas décadas seguintes, ainda de acordo com Conrad (1978), após a publicação da lei, os traficantes e seus aliados continuavam agindo livremente, tendo a conivência das autoridades brasileiras que se corrompiam facilmente com “uma combinação de

suborno e intimidação” (BETHEL, 1976, p. 85). Mesmo considerado ilegal, o tráfico continuava em grande escala, com uso de várias artimanhas para infringir a lei. O próprio navio que trouxe Baquaqua para o Brasil era considerado clandestino, já que o jovem africano, juntamente com outros escravizados, chegam no país na década de 1840.

Com o Brasil resistindo em conceder à Inglaterra todos os privilégios que ela possuía até então, em relação ao tratado comercial entre os dois países, o país britânico resolve reabrir a questão do tráfico de escravos. Durante o período entre 1849 e 1851, os navios britânicos fazem várias apreensões de embarcações suspeitas de tráfico humano. Com a investida da Inglaterra, em 1850, é aprovada uma nova lei, a Lei Eusébio de Queiroz, tornando mais severa as penas aos contrabandistas e classificando a importação de escravos como ato de pirataria.

Após a aprovação dessa nova lei, as autoridades brasileiras intensificam a perseguição ao contrabando pois a Inglaterra manteve prontidão diante da legislação. Consequentemente, houve uma redução dessa prática ilícita, mas não totalmente, pois as autoridades brasileiras se mostravam coniventes com a atividade, mesmo sendo classificada como ilegal. Porém, mesmo enfrentando grandes dificuldades, a lei de 1850 foi bem mais sucedida que a de 1831. Com isso, o tráfico de escravos, por meio das travessias atlânticas, foi diminuindo, até acabar por completo.

O término do tráfico, que colocou um fim na entrada de novos africanos no Brasil, após a data de 1850, fez com que o preço do escravo tivesse uma alta, principalmente nas regiões onde a demanda de mão de obra era maior. Para substituir essa mão de obra, que ficava cada vez mais cara, os fazendeiros pensam no trabalhador livre nacional, homens que viviam na periferia dos latifúndios e dedicavam à economia de subsistência, não se sujeitando a trabalhar regularmente nas fazendas. Para esses trabalhadores livres atuarem nas fazendas, teriam que ser forçados, obrigados pelos fazendeiros, o que não era algo fácil de se conseguir.

Outra solução encontrada para sanar a mão de obra escrava foi por meio da imigração, assim, entre 1847 e 1857, houve uma entrada em massa de europeus para trabalharem nas fazendas de café em São Paulo, os quais trabalhariam para pagar as dívidas da viagem custeada pelos fazendeiros. Não demorou muito para que surgissem conflitos entre as partes. Muitos colonos, antes mesmo de pagarem a dívida, fugiam das fazendas. Dessa forma, os fazendeiros não tinham outra opção, a não ser comprar escravos, que ficavam cada vez mais caro.

Com o fim do tráfico transatlântico, inicia-se o tráfico no interior do país, com o deslocamento dos escravos para as regiões mais produtivas, das cidades para as zonas rurais, principalmente para as lavouras de exportação. Dessa maneira, com menos escravos nas cidades, o trabalho livre crescia nos núcleos urbanos. Um dos defensores do trabalho livre,

considerando-o superior ao trabalho escravo, era Adam Smith, o qual teve sua teoria difundida com sucesso, entre a população.

Com o crescente interesse da população urbana pela vida escrava, o tema da escravidão passa a fazer parte das temáticas literárias. Vários autores, como Gonçalves Dias, José de Alencar, Castro Alves, entre outros, iniciam críticas à escravidão. Por meio de seus escritos eram expostas as crueldades sofridas pelos escravos, o seu dia a dia de labuta, suas angústias. Porém, os efeitos surtidos eram breves, com algumas poucas e passageiras associações em prol da população negra. Os jornais abolicionistas tinham pouca duração, e somente nos meios acadêmicos a campanha em favor da abolição ganhava força, entretanto, encontrava resistência fora desses locais.

A pressão para colocar um basta na escravidão no Brasil surgia tanto do interior do país como de outros países. Nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão, que durou de 1861 à 1865, colocou um fim na escravidão no Sul do país, onde o trabalho escravo ainda era mantido. Dessa forma, o Brasil, juntamente com Porto Rico e Cuba, que eram colônias espanholas, se viram como sendo as únicas nações que ainda mantinham a escravidão. Essa realidade do país deixava a população culta incomodada, pois a escravidão representava o atraso do país.

Em maio de 1871 é apresentado à Câmara um projeto com o objetivo de emancipar a população escrava. Para isso, seus defensores faziam uso de discursos que já circulavam, mesmo que timidamente, de que o trabalho livre tinha se tornado mais rentável que o trabalho escravo e a existência da instituição impediam a imigração. Também alegavam que o direito de propriedade não se aplicava aos escravos, mas somente a coisas, não a homens. Nesse mesmo ano há o reconhecimento legal da humanização da população escravizada, ou seja, o escravo passa a ter uma personalidade legal, e de acordo com Chalhoub (1990), passa a ter uma série de direitos reconhecidos, como a liberdade do ventre, já que era a partir da condição materna que conferia o status social ao indivíduo.

Com esse novo projeto, pretendia-se colocar um fim na escravidão aos poucos, sendo que os filhos nascidos de mães escravas permaneceriam em poder dos senhores até a idade de oito anos. Após essa idade, os senhores poderiam entregar as crianças ao Estado e receber uma indenização ou ainda tinham a opção de ficar com as crianças até completarem 21 anos, as quais trabalhariam como forma de pagar o sustento gasto pelos senhores. Também, a partir dessa lei, pretendia-se criar um Fundo de Emancipação com recursos oriundos de impostos e taxas, com o objetivo de emancipar alguns escravos por ano. Além disso, aos escravos seriam permitidos formar um pecúlio, uma espécie de economia, para comprar sua própria liberdade. Enfim, a proposta foi aprovada, ainda que muitos fossem contra.

Porém, assim como aconteceu com a lei de 1831, conhecida como Lei Feijó, o que se viu com essa nova lei de 1871 não foi diferente. Uma parcela grande de proprietários, ao invés de entregar os filhos de escravas ao Estado, mesmo recebendo uma indenização, preferia mantê-los em cárcere, trabalhando, até completarem 21 anos de idade. Os senhores de escravos, quando os emancipavam, agiam de má fé, dando emancipação para aqueles que estavam doentes ou incapacitados, e ainda esperavam uma indenização pela emancipação. Para as crianças, nada tinha mudado, elas ainda continuavam como escravas, sofrendo castigos e sendo obrigadas a trabalharem, desrespeitando assim a Lei do Ventre Livre, nome que ficou conhecida. Os abolicionistas, vendo o descumprimento da lei, de modo expressivo denunciavam as fraudes que vinham ocorrendo e procuram buscar novas medidas que realmente colocassem um fim à escravidão.

Iniciada a década de 1880, juntamente com várias mudanças que já viam alterando o cenário do país desde décadas anteriores, inicia-se o declínio da população escrava nos centros urbanos e, conseqüentemente, o aumento da população livre, assim, o movimento abolicionista ganha força e público. Na década de 1870, em algumas regiões do país, a população de homens livres já superava a de escravos e a tendência era aumentar em todo território brasileiro.

Com essas mudanças, iniciam os engenhos movidos a vapor, dando uma alavancada no sistema de produção, que sofre alterações, juntamente com o ritmo de trabalho. Com o aumento da área cultivada, conseqüentemente houve maior procura de mão de obra, que poderia ser encontrada na população livre, mais barata e de fácil aquisição. Nas regiões de produção de café, a máquina passa a realizar o trabalho que antes exigia vários homens, elevando a produtividade e, ao mesmo tempo, diminuindo a mão de obra.

Com todas essas transformações acontecendo, com melhorias também no transporte e, conseqüentemente, no sistema de produção, não havia mais a necessidade do trabalho escravo de antes. Sendo assim, na ocasião da colheita, era contratada mão de obra temporária, tornando o trabalho livre mais viável e barato. Além disso, o fazendeiro não tinha mais gastos com a manutenção e a alimentação do trabalhador, como acontecia antes com o escravo. Dessa forma, investir em escravos deixava de ser algo tão lucrativo como tinha sido no passado.

Mais uma vez se recorreram à imigração de europeus para sanar a mão de obra. Após a Lei do Ventre Livre, houve um aumento desse tipo de imigração para trabalhar nas terras brasileiras. No final do século XIX e início do século XX, os referidos imigrantes já eram superiores à população escrava em todo o país um ano antes da abolição.

Com as transformações e a expansão do capitalismo no século XIX, as camadas urbanas aumentam em grande proporção, sendo as atividades e profissões as mais variadas possíveis,

com médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, professores, etc. A maioria dessa parcela era composta por brancos, porém havia alguns mulatos e negros. E foram esses grupos urbanos que aderiram ao abolicionismo, engrossando o movimento, do qual as mulheres não ficaram de fora, passando a realizar atividades com o objetivo de adquirir fundos para a emancipação dos escravos. Além dessas camadas da população, outras pessoas mais humildes se juntaram ao movimento, como os jangadeiros do Nordeste, os cocheiros, os ferroviários, além de alguns imigrantes.

Inicia-se um discurso antiescravista por meio de propaganda, com um misto de teatro e comício político, estratégia usada para convencer e financiar a campanha. Por meio do uso de imagens, poemas, músicas e encenação, procuravam-se despertar a compaixão e convencer o público, que respondiam jogando flores sobre o libertador e o libertado. Nas ocasiões de entregas de cartas de alforrias aos libertos, eram entregues, juntamente, flores aos ex-escravizados, sendo a camélia a flor escolhida para representar o símbolo do movimento. Por meio da arte se difundia a revogação da escravidão e o repertório moral abolicionista (ALONSO, 2015).

Enquanto essas práticas abolicionistas aconteciam, é apresentado um novo projeto que propunha, entre outras coisas, a libertação dos escravos acima de 60 anos, porém, sem a indenização dos fazendeiros e senhores de escravos (MENDONÇA, 1999), o que os desagradou em muito. Até mesmo dentro da Câmara havia divisão, com uns a favor do projeto e outros contra. No Ceará e no Amazonas a população escrava era baixa, sendo assim, em 1884, após 60 anos da Constituição Imperial, esses dois estados declaram oficialmente a abolição da escravidão (CONRAD, 1978). Dessa forma, de lá vinham manifestações a favor de uma abolição definitiva.

Em meio a tantas revoltas e agitações, tanto da parte dos abolicionistas como dos escravistas, um político conservador, baiano Barão de Cotegipe, conseguiu que o projeto fosse aprovado e transformado em lei em 1885, ficando conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários. Porém, de acordo com Joseli Mendonça (1999), a nova lei estabelecia que os escravos de sessenta anos teriam que, obrigatoriamente, trabalhar por mais um período de três anos, como forma de indenização a seus ex-senhores.

1.5 O CONTEXTO DO ABOLICIONISMO NORTE-AMERICANO

Com as mudanças que vinham ocorrendo a nível mundial, no século XVIII para o século XIX, também há uma reviravolta em relação às perspectivas ideológicas para com o sistema

escravista nos Estados Unidos. Como ressalta Eugene Genovese (1988), com base no pensamento de Luther P. Jackson, houve uma divisão histórica do cristianismo da população negra na Virgínia em três períodos: de 1750-1790; de 1790-1830 e 1830-1860 (GENOVESE, 1988, p. 286). No primeiro momento, a religião era caracterizada por um aspecto popular, com pessoas negras fazendo parte de grupos religiosos, exercendo até mesmo a função de pregadores. Nesse período já se encontrava um discurso antiescravista entre os Batistas e Metodistas, que cobravam um tratamento humano para as pessoas escravizadas. Porém, em outras regiões, além de Virgínia, o conservadorismo escravocrata permanecia firme, como no caso da Carolina do Sul.

No período de 1790 a 1830, a pressão das aristocracias escravistas desencadeou em um rompimento do viés crítico das igrejas para com a escravidão. Nessa época foram criadas leis que proibiam pregadores negros e que se ensinassem os cativos a lerem e escrever. E por último, a partir de 1830, de acordo com Azevedo (2003, p. 28), ocorreu uma grande mudança no abolicionismo americano, desencadeando assim uma tendência ao pensamento antiescravista. Como consequência, houve o aumento da influência religiosa e da participação de pessoas negras, livres ou escravas, fazendo assim com que o movimento passasse a ser ferrenho e militante (AZEVEDO, 2003, p. 29).

A partir dessas mudanças, surgem conflitos entre as próprias correntes e ordenamentos religiosos devido às diversas perspectivas. Um exemplo foi a Sociedade da Missão Livre Batista Americana, nascida a partir do Movimento Batista da Livre Vontade, que rompeu com a igreja Batista principal devido as posições distintas para com o escravismo, inclusive foi desse primeiro grupo que Baquaqua participou e com quem manteve redes de contato (LOVEJOY, 2002, p. 27). Ou seja, conflitualidades discursivas e até um certo ponto, políticas, transitavam em tais grupos sociais e religiosos.

No decorrer do século XIX, nos Estados Unidos, em alguns estados já não existia a instituição escravista, porém, outros ainda dependiam dela. Nos estados do Norte era onde a população negra encontrava a liberdade, porém, tratava-se de uma liberdade incerta, pois corriam o risco de serem reescravizados a qualquer momento. Entretanto, mesmo com toda essa insegurança, as pessoas negras conseguiam se estabelecer nesse território, criando algumas instituições, como igrejas, teatros, clubes e jornais voltados para essa parcela da população.

Todos os grupos sociais negros demonstravam apoio à causa abolicionista. Nesse ínterim, surgiram ativistas que facilitavam a fuga dos escravos das fazendas localizadas no Sul para os estados do Norte ou para o Canadá, país onde os escravos tentavam a liberdade. Com o tempo, em meados do século XIX, foi organizado e estruturado a “Underground Railroad”

(literalmente “ferrovia subterrânea”), pelas quais as fugas de escravos do Sul eram feitas, com uso de estações clandestinas organizadas pelos simpatizantes da causa abolicionista.

Na obra em análise, Baquaqua, o jovem africano, estando nos Estados Unidos, mais precisamente em Nova Iorque, é preso e logo em seguida tem a ajuda de ativistas do movimento abolicionista, conseguindo assim fugir da cadeia e ir em busca de sua liberdade. Podemos ver no rodapé da página da obra um trecho em que se fala dessa ferrovia subterrânea que era utilizada pelos escravos no século XIX em suas fugas e que também foi utilizada pelo referido jovem:

O New York Daily Tribune, 23 de agosto de 1847, citando a Gazette de Springfield, Mass., informa que os homens haviam ‘chegado à cidade alguns dias depois, pela ‘estrada de ferro subterrânea’, e prosseguiram na mesma rota, na manhã seguinte, em seu caminho rumo à terra da liberdade’. O mistério de sua fuga foi esclarecido pela alegação de que ‘essa estrada passa diretamente por sob a prisão em Nova Iorque, e que os próprios escravos passaram para baixo, através de um alçapão de pedra, embarcando em um dos peculiares carros que transitam regularmente por esta misteriosa estrada’ (BAQUAQUA, 2017, p. 66).

Com o tempo e devido contradições entre os estados do Norte e do Sul em relação à escravidão, a crise política nos Estados Unidos se intensifica. O movimento abolicionista se destacava e tudo indicava que a eleição do presidente Abraham Lincoln contribuiria para o fortalecimento do movimento. Com as disputas acirradas entre os territórios nos Estados Unidos, em 1861, inicia-se uma guerra civil com os estados do Sul almejando separar-se do restante do país.

Durante a guerra civil, os estados sulistas decidem recrutar seus cativos para a batalha, enquanto isso, os estados do Norte, viram nos escravos do Sul, que ali se refugiavam, a possibilidade de usá-los como força para a guerra, sendo assim, não os mandavam de volta para o Sul, o que irritava ainda mais os representantes dos estados sulistas. Tendo o auxílio dos escravos na batalha, ainda durante o confronto, o Presidente Lincoln declara que concederia a liberdade aos escravos, por combaterem na guerrilha.

Os libertos do Norte e os escravos fugidos do Sul passam a ver a possibilidade de entrar para o serviço militar como uma chance de alcançarem a cidadania após terminada a guerra. A instituição escravista nos Estados Unidos teve seu fim por medida legislativa, induzida por fatores estratégicos e pela ação de milhares de escravos que fugiram de seus senhores, que participaram da luta ou manifestaram-se no campo à espera do exército libertador.

O fim da guerra sangrenta, juntamente com as mudanças ocorridas nos Estados Unidos acabaram interferindo no sistema escravista de Cuba e Brasil. O Governo de Lincoln impôs

duras repressões aos traficantes norte-americanos no início da guerra civil, e dessa forma foi possível colocar um fim no tráfico de escravos em Cuba. Assim, as elites proprietárias naquele país e no Brasil se viram obrigadas a criarem medidas para diminuir a pressão política interna e a pressão dos escravos. Em Cuba, na década de 1870, havia homens negros e escravos lutando juntos pela independência, dessa forma, a metrópole espanhola implantou a lei Moret no mesmo ano, declarando liberdade às crianças de escravas nascidas após a data de 1868, além de dar liberdade aos escravos com mais de sessenta anos.

O parlamento espanhol, a fim de satisfazer o interesse dos grandes proprietários, impõe um projeto de abolição gradual, assim, institui em 1880 o patronato. Dessa forma, num período de aprendizagem, o escravo trabalharia para seu senhor por 8 anos, recebendo por isso um valor insignificante, ganhando a liberdade após esse período. Porém, os escravos, denominados de patrocinados, conseguiam burlar a lei e acabavam ganhando a liberdade por meio da compra, da justiça ou mesmo da fuga.

A abolição final em Cuba se deu em 1886, quando os últimos patrocinados ganharam liberdade concedida pelo Parlamento espanhol. Após a abolição, foram criados novos sistemas de trabalho, como assalariados e aqueles que não envolviam remunerações, como o colonato. Com a participação da população negra na luta pela independência cubana, houve a construção de uma identidade nacional incluindo essa parcela da população como cidadãos.

1.6 A CONTRIBUIÇÃO DOS MISSIONÁRIOS PARA A CAUSA ABOLICIONISTA

Baquaqua, enquanto esteve no Haiti, passando por dificuldades, sem falar a língua local e sem meios para se sustentar, teve ajuda de um missionário batista, norte-americano, Sr. William L. Judd e de sua esposa, que lhe deram moradia e o introduziram ao Cristianismo. Mesmo antes de Baquaqua, os missionários já procuravam meios para ajudar a população escrava e conseguir a emancipação dos mesmos. Sendo assim, a partir da década de 1860, inicia-se uma emigração dos Estados Unidos para o Brasil de alguns presbiterianos, que traziam bem mais do que o projeto missionário: a Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos conferiam à questão escravista lugar de destaque em seus discursos e reflexões, impactando os processos emancipatórios no restante do continente (MIRANDA, 2017, p. 26-28). Tomando parte das novas diretrizes do liberalismo, os missionários começam a lutar pela liberdade de culto e pelas bandeiras do cientificismo, da república e da abolição da escravidão no Brasil (ABREU, 1999, p. 316-317).

Em meio às movimentações sociais que ocorriam, em 1886, a Igreja Presbiteriana resolve condenar a escravidão em seu 22º Presbitério, realizado no Rio de Janeiro. Os missionários norte-americanos e os presbíteros brasileiros se fundamentaram para tal ato na Declaração da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos de 1818. Juntamente com os protestos pelo progresso e ideais civilizatórios que aconteciam no país, os religiosos aproveitam para discutir sobre os dilemas da instituição escravista e sua Igreja, “desejando ardentemente que este país se liberte do grande mal da escravidão, vê com alegria a propaganda abolicionista se firmando no terreno seguro da consciência cristã” (LESSA, 2010, p. 165-168).

Entre os religiosos, teve grande destaque Eduardo Carlos Pereira. Pastor e intelectual presbiteriano, nasceu em 1855 em Caldas (Minas Gerais) e teve uma trajetória de vida dedicada aos estudos e à profissão de fé. Eduardo foi um incessante defensor da abolição, publicando em 1886 a obra *A religião Cristã e suas relações com a escravidão*, na qual condenava a escravidão e buscava conscientizar seus fiéis da incompatibilidade entre o Cristianismo e o sistema escravagista.

Ele também foi fundador da Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos, publicando 17 livretos de ideias protestantes. Eduardo Carlos, juntamente com os missionários norte-americanos, apresentavam um discurso contrário à prática escravista no Brasil, mostrando a experiência bem-sucedida da abolição dos Estados Unidos, incitando os fiéis a libertarem os escravizados. Alguns deles estenderam sua militância em correspondências às lideranças da igreja e aos políticos dos Estados Unidos, denunciando as mazelas que a escravidão causava no Brasil (SILVA, 2010, p. 56-65).

De acordo com os estudos sobre o abolicionismo presbiteriano no Brasil, os missionários da igreja presbiteriana do Norte procuraram produzir críticas sobre a escravidão brasileira, sendo retratados como “abolicionistas convictos”. Já entre os missionários sulistas, a questão sobre a escravidão era meio silenciada por eles. Porém, mesmo havendo diferenças ideológicas entre os dois grupos, as necessidades missionárias de evangelização no país os obrigaram a trabalharem em conjunto. Com o lançamento da obra de Eduardo Carlos, os missionários sulistas reagem, escrevendo um tratado antiabolicionista, como críticas às investidas do pastor brasileiro (SILVA, 2010, p. 60).

De acordo com Evaristo de Moraes (1986, p. 240), os discursos de Eduardo Carlos, por meio de seus escritos, faziam críticas a outros pastores, que se omitiam em relação à aproximação das parábolas bíblicas com a realidade social. Tratava-se de uma crítica em relação aqueles que buscavam conciliar a posse de escravizados com os sentimentos religiosos. Ainda

segundo Moraes (1986), esses escritos também mobilizavam outros missionários e fieis que adentravam a campanha abolicionista em São Paulo. As escolas de cunho protestante também passaram a assumir um discurso mais explícito em relação às mazelas sociais provocadas pela escravidão.

Eduardo Carlos considerava a escravidão como um “roubo”, uma síntese do pecado, pois para ele a liberdade seria um “dom primitivo” de Deus e essencial para a vida humana. Seu discurso auxilia a compreender como as transformações da ideia sobre o pecado motivou o pensamento antiescravista, principalmente o protestante (DAVIS, 2001, p. 329-336). De acordo com Célia Maria de Azevedo (2003), o abolicionismo brasileiro foi ausente de princípios religiosos, se pautando apenas nos interesses da política nacional e do progresso econômico. Já o abolicionismo norte-americano, ainda segundo a autora, seria essencialmente religioso, centrando-se na imagem de Deus, condenando a escravidão pela via da moral e do pecado.

Eduardo Carlos estava sempre atento às campanhas abolicionistas internacionais, assim, dava salvas aos norte-americanos Willian Garrison e John Brown pela luta em seu país, guiados pelo “fogo sagrado do Evangelho” (PEREIRA, 1886). As pressões inglesas para colocar fim na escravidão no Brasil eram louvadas por meio das figuras de William Wilberfore e Thomas Buxton, que, tomados pelo “espírito do cristianismo” (PEREIRA, 1886), serviriam de inspiração para os brasileiros.

Ainda de acordo com Eduardo Carlos, o escravizado era a imagem de Deus, sendo assim, a sua propriedade pertencia ao criador e era “sagrada”. Aos protestantes não cabia o direito de roubar o “direito inviolável” do pastor, que, como senhor de todos – livres e escravizados – era o único condutor da vida dos seres humanos. O discurso proferido por meio das mensagens do presbiteriano era claro, indo de encontro aos discursos escravagistas, “de um cativo amargo e degradante não te libertou o sangue do compassivo Redentor? E agora ao contemplares teu escravo, não ouves a terrível repulsão de teu Senhor?” (PEREIRA, 1886, p. 44).

O referido pastor e intelectual tinha conhecimento de que suas ações poderiam provocar incômodos nos escravistas mais resistentes, fossem eles protestantes ou não. Ele reproduzia o discurso conservador presente em outros projetos abolicionistas discutidos até então. Para ele, não bastaria apenas abolir a escravidão, mas seria necessário preparar o povo e levar a sociedade a compreensão da justiça e da santidade. Se assim não fosse, “era deitar remendo de pano novo em vestido velho, ou despejar vinho novo em velhos odres” (PEREIRA, 1886, p. 31).

Com seus escritos, Eduardo Carlos construiu um discurso que condenava a escravidão, e incitava os fiéis a cumprirem os ensinamentos da igreja em consonância com os mandamentos

de Deus. O protestantismo defendido, como pastor e intelectual presbiteriano, foi pautado em uma interpretação bíblica vinculada à realidade e que não aceitava a escravidão de seu semelhante.

1.7 A ATUAÇÃO DOS ABOLICIONISTAS NO BRASIL

Com o movimento abolicionista em crescente e as mudanças que ocorriam no decorrer do século XIX, além do apoio do meio urbano, a campanha abolicionista encontrou adeptos também nas camadas mais inferiores, inclusive negros e mulatos libertos e alcançou também alguns abolicionistas importantes, intelectuais que faziam parte da elite.

Entre esses abolicionistas, encontra-se Luiz Gama. Baiano e negro, foi vendido pelo pai, indo para São Paulo viver como escravo, porém consegue fugir e tem a proteção de amigos. Luiz Gama passa a fazer críticas à elite brasileira por meio de livros e poemas. Estando sempre no meio da elite, se torna jornalista e passa a escrever para vários jornais abolicionistas. Ele perde a proteção que tinha e decide não se aliar aos escravocratas. Continua como abolicionista, defendendo com unhas e dentes os escravos, com isso, faz vários inimigos entre os fazendeiros e escravocratas. Baseando-se na lei de 1831, que proibia a entrada de escravos no Brasil a partir daquela data, ele consegue a emancipação de vários escravos na cidade de São Paulo e no interior e lutou pelos escravos até sua morte, em 1882.

Outro abolicionista pertencente à elite foi André Rebouças, negro, estudado e descendente de família política baiana, frequentava a alta sociedade. Estudou durante um tempo na Europa e, voltando para o Brasil, encontra apoio na política. Passa a escrever panfletos e projetos defendendo a emancipação dos escravos, além de vários artigos nos principais jornais do Rio de Janeiro. Decepcionado com a política e os escravocratas, decide ir para o exterior. Em maio de 1898 seu corpo é encontrado no mar, tudo indicando que suicidara.

Joaquim Nabuco, diferente dos outros dois, era branco, assim como a maioria dos abolicionistas. Pertencia a alta classe, de família importante e descendente de políticos, além de ser muito viajado. Sua infância foi rodeada de escravos e assistindo a atrocidades que aconteciam aos cativos. Relembrando sua infância, faz uma visita a Massangana, e a partir daí se identifica com a causa abolicionista, se comprometendo a lutar pelos escravos. Com a influência da família na política, Nabuco é eleito no Parlamento como deputado e se destaca se mostrando a favor da abolição e fica conhecido como defensor dos escravos. Juntamente com outros líderes abolicionistas, funda no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

Todos esses abolicionistas provenientes da elite foram figuras de fundamental importância para se chegar à emancipação escrava. Todos procuravam fazer uso da política para alcançar o objetivo que tanto almejavam. Além de se identificarem com a causa abolicionista, lutando em prol dos escravos, ao mesmo tempo atacavam as oligarquias. Esses antiescravistas encontraram por meio do movimento um modo de criticar o atraso e a ignorância em que a sociedade brasileira se encontrava. Além desses abolicionistas, não se deve esquecer o papel desempenhado por tantos outros indivíduos anônimos, brancos, negros, mulatos, livres, escravos que tanto fizeram para se chegar à abolição.

1.8 AS MUDANÇAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1880

Com o movimento abolicionista ganhando força e novas estruturas na década de 1880, surgem algumas sociedades secretas com a finalidade de despertar a rebelião nas senzalas. Nessa época, os escravos já se viam em condições de lutar por sua liberdade, já que no período colonial os cativos não possuíam condição alguma de organizar algum tipo de rebelião em grandes proporções. Agora, o escravo encontrava vários simpatizantes favoráveis à sua causa e dispostos a lutarem por eles.

Não se pode negar o papel que os escravos tiveram para a contribuição da abolição. “Fugas coletivas, quilombos, revoltas, assassinatos de senhores e feitores, incêndios de plantações sempre existiram” (ALONSO, 2015, p. 304). De acordo com Alonso (2015), em fins de 1887, o que se via no país era um verdadeiro caos, com revoltas e fugas de escravos, que contavam cada vez mais com a ajuda dos abolicionistas; insubordinação das Forças Armadas; repressão de escravistas e fazendeiros e comícios republicanos espalhados por todo país.

Sendo assim, cabia à polícia tentar reprimir esses grupos, e para isso fazia uso de violência e armas de fogo. Seu objetivo era destruir a imprensa abolicionista, a qual era vista como responsável pelo movimento. Grupos se reuniam em protesto contra os abusos cometidos pela polícia, que respondia com balas, o que resultava em mortes. Com todos esses acontecimentos, era perceptível que a abolição se tornara uma causa popular.

Foi apresentado um projeto propondo a libertação dos escravos até 14 de julho de 1889, data em que ocorreria o centenário da Tomada da Bastilha, símbolo da Revolução Francesa de 1789. Em 1887, a igreja se mostra favorável à abolição e, em novembro do mesmo ano, fazendeiros se reúnem em São Paulo a fim de criar uma associação para emancipar os escravos. Em seguida, propõem que a abolição aconteça em três anos.

Porém, no ano de 1888, em 7 de março, um político liberal, João Alfredo Correia de Oliveira, era solicitado pela Princesa Isabel a fim de constituir um novo Gabinete. Dessa forma, foi apresentado uma proposta para abolir a escravidão, a qual foi recebida com aplausos. Então, dia 13 de maio, a princesa assina a lei que tinha como objetivo colocar um fim na escravidão no Brasil. Lei essa que ficou conhecida como a Lei Áurea, que colocaria um ponto final numa instituição que teve uma duração de mais de três séculos.

1.9 UMA ABOLIÇÃO INCOMPLETA

A biografia de Baquaquá foi um gênero que, em sua época, teve o intuito de expor os horrores da escravidão com toda a sua cruza e desumanização. Foi, portanto, um gênero de discurso que apoiou diretamente o movimento abolicionista, contribuindo para se colocar um fim à instituição escravagista. Porém, de acordo com Emília Viotti (2010), em sua obra *A abolição*, ao se falar sobre a anulação da escravatura no Brasil, é necessário levar em conta vários acontecimentos que contribuíram para esse desfecho. Uma das mudanças que já vinham ocorrendo a nível mundial, foi o desenvolvimento do capitalismo e a Revolução Industrial que já condenava a escravidão. Dessa forma, esse sistema já estava condenado tanto economicamente como moralmente, nos países mais desenvolvidos. Assim, o Brasil, um dos poucos países ainda a manter a escravidão no final do século XIX, passa a ver o escravismo como símbolo de atraso no progresso da civilização e, para acompanhar os países desenvolvidos, teria que colocar um fim nessa instituição já falida.

Após a abolição, não houve, no Brasil, como presumiam alguns fazendeiros, uma guerra entre as raças, assim como sucedera em São Domingos, ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX. Acreditava-se que com a emancipação escrava, seria iniciada uma nova era, a era do progresso e da civilização, porém, o que se presenciou, foi a entrega dos escravos à própria sorte. Não houve nenhum projeto que preparasse, capacitasse os recém-libertos para adentrarem ao mercado de trabalho, e os mesmos não tinham muita noção de como era viver como homem livre, já que haviam permanecido em cativeiro por toda uma vida. A Lei Áurea ao mesmo tempo que garantia ao ex-escravo status de homem livre, não lhe garantia os meios para se fazer efetiva essa liberdade. A lei não seria capaz de pôr um fim às distâncias sociais e aos preconceitos que já duravam desde o início da colonização do país, e ainda insistem em perseguir a população negra brasileira no mundo contemporâneo.

No pós abolição, a mão de obra passa a ser encontrada sem dificuldade, facilitada pela entrada de imigrantes europeus que acontecia desde a primeira metade do século XIX. Também

tinha a mão de obra dos libertos, ex-escravizados. Muitos deles abandonaram as fazendas após a abolição, mas, não tendo opções, acabavam voltando, e dessa forma eram explorados, de maneiras diferentes, pelos fazendeiros, que lhes pagavam míseros salários.

Quando os novos libertos encontravam condições melhores de trabalho nas fazendas, eles tinham que disputar com os estrangeiros, além de sofrer discriminação por esses trabalhadores e pelos patrões. De acordo com Emília Viotti (2010), após a abolição, as autoridades pareciam preocupar-se somente em aumentar a força policial e, por meio da repressão e violência, controlar a população subalterna, composta, em sua maioria, por negros.

Depois de libertos, a população brasileira, descendente de africanos e explorada das piores maneiras possíveis, não demorou muito para reconhecer que sua luta não tinha tido um fim. Mesmo passados 134 anos após a abolição, o eco de sua frustração, de uma abolição incompleta, ainda reverbera nos dias de hoje. Em 1972, um líder operário em uma entrevista feita pelo cientista social Leite Lopes, em Pernambuco, desabafava que a escravidão das pessoas negras tinha terminado... “mas a do trabalhador, a do pobre, ainda continua”. A abolição foi apenas um primeiro passo numa luta diária dessa população negra brasileira. A ignorância, a violência, a miséria, os preconceitos que nasceram juntos com a sociedade escravagista em relação à essa população negra não morreram no momento em que se deu essa abolição incompleta, pelo contrário, permaneceu e ainda têm permanecido cada vez mais forte nos dias de hoje.

2 NARRATIVAS ESCRAVAS: GÊNERO DE DISCURSO, VOZES E DIALOGISMO

Este capítulo tem como função situar a biografia de Baquaqua enquanto gênero de discurso próprio, que teve grande importância e popularidade no século XIX, sendo utilizado como ferramenta à causa abolicionista. Esse gênero de discurso, na época, classificado como narrativas de escravos ou narrativas de liberdade, precisava seguir uma estrutura padrão, já que tinha um propósito, uma função a ser cumprida dentro daquele contexto social do século XIX, período de conturbação, com constantes lutas nos países onde ainda havia o sistema escravagista. Bakhtin (1982) cita essa função, o papel que todo gênero do discurso ou gênero textual precisa cumprir dentro de uma esfera de atividade humana. Em relação às narrativas escravas, nascidas a partir do contexto histórico em que se deu o movimento abolicionista, pode-se afirmar que elas tinham como função conscientizar a população em relação à violência e aos abusos que ocorriam no sistema escravagista, e assim contribuir para colocar um fim nessa instituição maléfica.

O capítulo divide-se em cinco tópicos, sendo que o primeiro apresenta os primeiros escritos sobre ex-escravizados nos Estados Unidos, com os quakers iniciando essa prática, por meio de panfletos. Aborda a contribuição de alguns pastores para o abolicionismo com seus panfletos carregados de um discurso teológico a favor da população escrava. Fala do surgimento de um novo abolicionismo, feito por pessoas simples e homens negros. O segundo tópico fala sobre a importância que as narrativas escravas tiveram, enquanto gênero do discurso, no contexto do século XIX nos Estados Unidos. O terceiro tópico apresenta a estrutura padrão que essas narrativas escravas, enquanto gênero do discurso, precisavam seguir, já que as mesmas tinham um propósito a ser cumprido. Já o quarto e quinto tópicos vão apresentar os conceitos bakhtinianos sobre vozes, dialogismo e polifonia, com suas características e suas relações no interior das interações sociais.

2.1 NARRATIVAS ESCRAVAS COMO UM GÊNERO TEXTUAL DE APOIO À CAUSA ABOLICIONISTA: ANTECEDENTES

A narrativa escrava analisada *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*, foi escrita na década de 1850, nos Estados Unidos, época em que o movimento abolicionista naquele país estava em efervescência. Porém, antes desse gênero, que tinha como objetivo contribuir para a causa abolicionista, já havia outros escritos que tratavam da escravidão. Os primeiros registros desse tipo naquele país se deram em 1688,

liderados pelos quakers. Esse grupo defendia que não se podia carregar a marca do pecado em tornar cativo um indivíduo que, teria sido tocado pela luz divina. Os quakers deram início a esses escritos por meio de uma petição que denunciava a desumanidade por trás do sistema escravista. Os assuntos tratados nesses primeiros escritos em favor da população escrava apareceriam nas futuras narrativas escritas por ex-escravizados no século XIX, momento em que o movimento abolicionista já se tinha fortalecido e alcançado dimensões nacionais. Os quakers eram considerados os ‘amigos dos escravos’, auxiliando-os em fugas, dando cobertura e até mesmo fornecendo alimentos.

No abolicionismo oitocentista dos Estados Unidos, o movimento procurava se expandir por meios legais, por petições e acordos formais, jamais usavam de agitação e desobediência civil. Seguindo esse espírito pacífico, os quakers iniciam uma campanha de divulgação panfletária, usando argumentos teológicos em favor da população escrava. Sendo assim, surgem pregadores itinerantes da causa abolicionista, com o objetivo de convencer as pessoas a libertarem os cativos que mantinham em seu poder. Dentre esses pregadores, um que se destacou bastante foi Anthony Benezet, escrevendo inúmeros panfletos a favor da população escrava, como: “*A short account of that part of Africa inhabited by the negros*, de 1762; *Caution and warning to Great Britain and her colonies on the calamitous state of the enslaved negroes in the British dominions*”, de 1766. Nesses dois panfletos, Benezet faz uso do apelo emocional para expor o sistema escravagista. Esse apelo emocional vai se tornar mais tarde uma constante em textos abolicionistas, sejam panfletos, sermões ou narrativas. Para William Lloyd Garrison (1852), esse apelo será chamado de momento da *moral suasion* (algo como ‘persuasão moral’).

As estratégias usadas pelo pregador Benezet começam a surtir efeito. No ano de 1775, ele funda a *Society for the Relief of Free Negroes Unlawfully Held in Bondage* (Sociedade para Alívio dos Negros Livres Ilegalmente Mantidos em Cativeiro), levando inúmeras sociedades abolicionistas do século XIX a seguirem seu caminho. Benezet morre em 1784 como um grande filantropo e pensador social. Tudo indica que o início do abolicionismo nos Estados Unidos foi exclusivamente quacre. Porém, o movimento inicia uma nova etapa, se organizando por meio de estratégias políticas treinados no aparato jurídico, os mesmos que negociaram a independência do país anos antes (cf. NEWMAN, 2002, p. 19; STAUFFER, 2012, p. 68-69).

Nas décadas seguintes as ferramentas abolicionistas usadas no combate à escravidão perdem força, panfletos como os de Benezet escasseiam. No final do século XVIII uma abolição gradual se inicia nos estados do Norte que decidem pela emancipação escrava. Os últimos estados dessa região a emanciparem seus escravos são Nova Iorque, dando liberdade a crianças nascidas após 1799 e Nova Jersey, com emancipação gradual em 1804 (cf. McNEESE, 2008,

p. 37). Até aquele momento o movimento abolicionista seguia de forma pacífica. O abolicionista William Lloyd Garrison se espelha em Benezet e declara: “Eles [os abolicionistas] são pequenos em números – pobres em recursos; mas a convicção honesta de que a VERDADE, a JUSTIÇA e o DIREITO estão de seu lado os torna invencíveis” (GARRISON, 1852 [1833], p. 66).

Garrison (1852), na luta abolicionista, busca envolver toda a população em prol da causa, inclusive a participação das igrejas. Ele declara: “Circularemos, incansável e extensivamente, panfletos e periódicos; usaremos o púlpito e a imprensa em prol da causa dos que sofrem” (GARRISON, 1852 [1833], p. 71-72). Entre os abolicionistas havia um grupo que acreditava que a questão da escravidão não se resolveria pacificamente, como era sugerido por alguns, mas seria necessário um conflito entre escravistas e os defensores da igualdade entre os homens. Ao mesmo tempo em que os abolicionistas organizavam sua própria mídia com livros, panfletos e jornais para a divulgação da causa, os escravocratas se abasteciam de armas.

No ano de 1829, o abolicionismo passa a ser temido pelos donos do poder, que passam a enxergá-lo como uma força ideológica ameaçadora. Nesse período surge o panfleto mais incendiário da época, escrito por um vendedor de roupas usadas, um negro livre chamado David Walker. Ele nasceu na Carolina do Norte, em 1796, sendo filho de um escravo e uma mulher livre, tendo contato cotidiano com a escravidão. Naquele período em que se destacava os escritos sobre a escravidão, Walker torna-se o primeiro afro-americano a revelar o racismo entre os próprios líderes abolicionistas. Ele fazia parte daquele grupo que acreditava que a mudança em relação à escravidão não viria do apelo à alma humanitária de escravocratas, mas por meio da violência.

Walker alterou a face e a cor do abolicionismo ao expor seus problemas internos, sendo o primeiro a condenar a ideia de colonização da Libéria como uma proposta de fundo racista. O ex-Presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, defendia a ideia de que a população escrava, uma vez liberta, deveria receber instruções em algum ofício e em seguida ser deportada para a África. Para refutar tal ideia, Walker publica em 1829 o panfleto *Walker's Appeal - Apelo de Walker* - (3ª edição definitiva de 1830). Então, pela primeira vez, se viu circular nos Estados Unidos um escrito de um homem negro para outras pessoas negras, sobre problemas de sua própria experiência social. Ou seja, o material a favor da abolição deixa de ser apenas oriundo dos brancos. Por meio de seus escritos, Walker transformava a mensagem abolicionista, dando um caráter mais radical e, ao mesmo tempo usava mecanismos que serviriam de modelo para as futuras narrativas de escravos e a literatura afro-americana.

A linguagem do abolicionismo começa a se alterar porque surge um novo tipo de abolicionista, formado por pessoas como o vendedor de roupas usadas David Walker, o pastor William Troy, o jornalista William Lloyd Garrison, ou seja, pessoas simples iniciam um grande engajamento em prol da abolição. Todos os grandes líderes abolicionistas de 1829 a 1865 sofreram perseguições, sendo que em 1865, Abraham Lincoln, que assinou a abolição da escravidão nos Estados Unidos, é assassinado. Já o vendedor de roupas usadas, David Walker, foi encontrado morto no dia 28 de junho de 1830 em sua loja em Boston, tornando assim o primeiro grande mártir dos abolicionistas. Além dessas perseguições, os estados do Sul criaram leis proibindo a circulação de panfletos que incitassem as revoltas de escravos, sendo punido com morte quem desobedecesse.

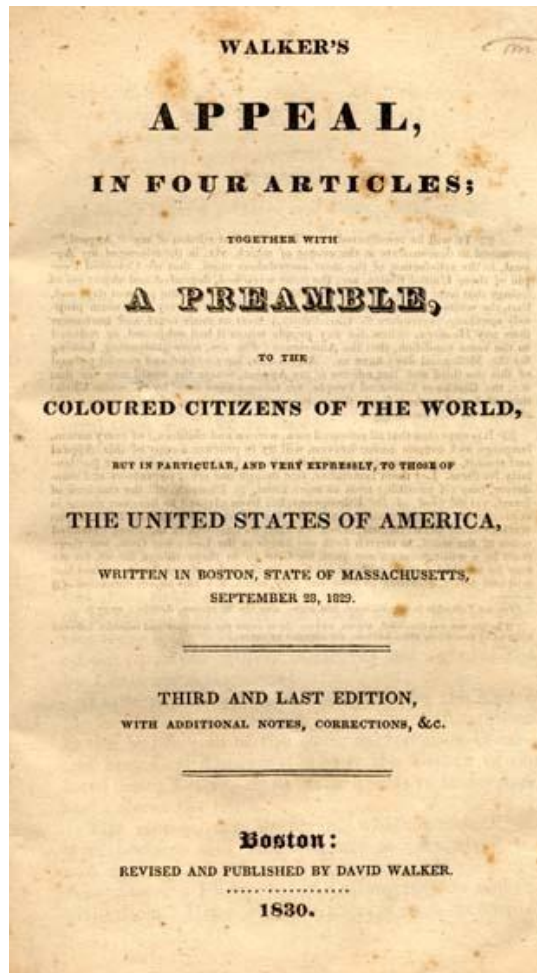
Walker, como meio de fazer circular seus primeiros panfletos, de forma clandestina, de Boston para o Sul, costurava-os nas roupas que vendia para os marinheiros. Walker tinha conhecimento que marinheiros costumavam trocar suas roupas por bebidas alcólicas em cidades portuárias, sendo que boa parte de sua clientela consistia nessa classe. Assim, aportando numa cidade sulista, os marinheiros vendiam suas roupas para os roupeiros (uma profissão dos negros, na época), os quais encontrariam o material abolicionista na hora de fazer devidos reparos nas roupas e saberiam o que fazer com ele (cf. CROCKETT, 2001, p. 306).

O primeiro panfleto de Walker – O apelo de Walker – voltou a ser impresso, por partes, no periódico *The Liberator de Garrison*, que se convenciu de que a abolição imediata seria a única medida justa (cf. CROCKETT, 2001, p. 315). Garrison e muitos outros abolicionistas entenderam que sua causa só surtira efeito caso houvesse um acordo entre pessoas negras e brancos, e a literatura produzida pelos ex-escravos traria novas ideias, além de relatos em primeira mão de experiências de racismo.

Demorou até 1838 para que a *American Anti-Slavery Society* de Garrison publicasse sua primeira narrativa de escravos, de um fugitivo do Alabama chamado James Williams. A partir de então, o abolicionismo já era uma mídia organizada, com seus veículos de imprensa, autores consagrados e distribuição do material que chegava até mesmo à Inglaterra. A partir daí as narrativas de escravos se tornaram o primeiro gênero autenticamente afro-americano, responsável pela criação de um repertório de temas, dispositivos retóricos e personagens relevantes até hoje para a cultura mundial. Walker, apesar de tudo, conseguiu que seu documento circulasse clandestinamente, criando uma ponte entre produtores de cultura do Norte e sulistas que permitiu a este público ter contato com um ataque a seu modo de vida pela primeira vez (cf. FINSETH, 2001, p. 338). A partir de Walker, abolicionistas gradualistas deixaram de ver escravocratas como “irmãos metidos num negócio sórdido” para passar a vê-

los como “inimigos da justiça, imorais e criminosos” (CROCKETT, 2001, p. 305). Como defendia Walker sobre a violência no combate a escravidão, a luta, resolvida só na Guerra Civil de 1861-1865, estava travada.

Figura 2 – O primeiro panfleto de Walker



Disponível em: <http://historymaking.org/textbook/files/fullsize/0c5a5316c300413857d39d6148e2d140.jpg>. Acesso em: 7 mar. 2022.

2.2 O QUE ERAM AS “NARRATIVAS ESCRAVAS” E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CAUSA ABOLICIONISTA

De acordo com Paul Lovejoy (2011), as narrativas de escravos ou narrativas de liberdade têm despertado o interesse de vários campos do saber. Esse interesse se deve a uma grande importância e popularidade que essas narrativas tiveram durante o movimento abolicionista, ou seja, no século XIX, servindo como formas de divulgação das atrocidades e injustiças do sistema escravagista naquele período.

Durante o movimento abolicionista, nos Estados Unidos, existiram várias escritas de escravos sobre suas vidas. Por meio dessas narrativas os cativos buscavam se construir a partir da escrita. Por meio da linguagem escrita o escravo firmava sua identidade e seu próprio ser (OLNEY, 1984). Nesse período houve a publicação de inúmeras biografias e autobiografias, contam-se aproximadamente umas 150 em formato de livro e panfleto. De acordo com Marion Wilson Starling, em suas pesquisas, foram encontrados cerca de 6.006 relatos de vida de escravos da América do Norte e Caribe (SCOTT, 2017).

Dentre esses números, há alguns poucos testemunhos encontrados em registros judiciais, periódicos e boletins informativos, bem como alguns livros publicados. Também faz parte desse repertório cerca de 2.500 histórias orais de ex-escravizados reunidas pelo Projeto Federal de Escritores na década de 1930. Já o número de narrativas escravas publicadas individualmente é bem menor, se resumindo, em aproximadamente, cem narrativas escravas como livros ou panfletos entre 1760 e 1865, e cerca de mais cem após a Guerra Civil dos Estados Unidos. Este tipo de narrativa teve uma maior importância e desenvolvimento durante o período pré-guerra, de 1836 a 1861 (SCOTT, 2017).

Durante esse tempo, as escritas escravas tornaram-se um gênero importante da literatura norte-americana, alcançando uma grande popularidade e influência entre os leitores do Norte, principalmente brancos. Uma narrativa em particular que ganhou destaque foi *The Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave: written by himself*, (A narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano: escrita por ele mesmo) publicada em 1845. Com o término da escravidão, o interesse por esse tipo de narrativa diminuiu nos Estados Unidos (SCOTT, 2017).

Diferente dos Estados Unidos, no Brasil são raros esses tipos de narrativas publicadas em periódicos ou livros. As poucas publicações que existem foram traduzidas para o português a partir de outros idiomas, principalmente o inglês. A obra em análise, inclusive, é uma tradução do inglês, sendo a original escrita e editada, a partir dos relatos de Baquaqua, em 1854 pelo abolicionista norte-americano Samuel Downing Moore, apresentando como título original *An Interesting Narrative – Biography of Mahommah G. Baquaqua*. A primeira vez que se falou sobre a biografia e a existência de Baquaqua no Brasil foi em 1989 pelo professor e historiador norte-americano Peter Eisenberg. Porém, uma tradução para a língua portuguesa se deu somente em 2017, ou seja, 163 anos após a primeira edição que contava o trajeto de vida de um ex-escravizado que viveu um período no Brasil. A tradução foi feita e organizada por Lucciani M. Furtado, pela editora Uirapuru.

De acordo com Regina Xavier (2000), esse tipo de experiência no Brasil se limita a relatos orais. Sendo assim, a publicação de narrativas escravas não foi o caminho percorrido pelo Brasil, contudo, relatos orais resultaram em algumas obras. É o caso de *Depoimento de escravos brasileiros*, de Mário José Maestri Filho (1988), ou também estudos sobre Dom Obá II e Luiz Gama (XAVIER, 2000). Já para Abdias Nascimento (2019), o apagamento das memórias dos afro-brasileiros consistiu num projeto arquitetado de dominação cultural, social e ideológica de uma elite escravocrata que se sustentou e nutriu da mão de obra escrava para acumular riquezas, cujos descendentes ainda gozam do *status quo* de burguesia brasileira, negando que o racismo consiste na mola propulsora de seus tão defendidos privilégios:

Nesse sentido de apagar da lembrança do afro-brasileiro a horripilante etapa histórica brasileira do escravagismo, a camada dominante no Brasil não tem poupado esforços. Com essa providência se conseguiriam vários benefícios, primeiro aliviaria a consciência de culpa dos descendentes escravocratas, os mesmos descendentes que ainda hoje continuam dirigindo os destinos do país; segundo, simultaneamente ao desaparecimento do seu passado, o negro brasileiro assistiria também à obnubilação de sua identidade original, de sua religião de berço e de sua cultura, o que resultaria na erradicação da personalidade africana e do orgulho que lhe é inerente (NASCIMENTO, 2019, p. 110).

No século XIX, Francis de Castelnau, um viajante, realizou entrevistas com africanos na Bahia. Por meio de seus trabalhos, que resultou na publicação de um livro, e a partir de um documentário chamado *Memórias do Cativo*, é possível dar visibilidade aos relatos orais de ex-escravizados e seus descendentes no Brasil (MATTOS; RIOS, 2005).

Porém, esses relatos de vida dos ex-escravizados, escritos por abolicionistas brancos, eram ditados pelos negros, já que a maioria não sabia escrever. Por meio desses escritos pretendia-se expor a degradação moral que era imposta aos escravizados no sistema escravagista. Nessas narrativas os senhores de escravos eram desmoralizados pelo uso que faziam da violência, da crueldade, da agressividade e da desumanidade. Porém, essas narrativas, para serem escritas, eram incentivadas pelos abolicionistas, geralmente brancos, que persuadiam o ex-escravizado a falar sobre sua história de vida. Os abolicionistas, não tendo mais recursos para atacarem o sistema escravagista, vê nessas escritas dos novos libertos mais uma ferramenta de combate à escravidão, com depoimentos em primeira pessoa de ex-escravizados.

Essas narrativas escravas, assim como qualquer outro gênero textual, têm como finalidade um propósito específico, comunicar, transmitir algo e estão diretamente ligadas às práticas sociais. Elas fizeram parte de um contexto histórico e social, o movimento abolicionista do século XIX, sendo assim, são caracterizadas como gêneros do discurso específicos. De

acordo com Bakhtin (1982), os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados dentro de cada esfera da atividade humana. Por sua vez, esses enunciados vão se concretizar ao se fazer o uso da língua, podendo se dar de formas orais ou escritos, os quais nascem a partir das diversas interações dentro das práticas sociais.

Sendo assim, no contexto daquela época em que se passa a história da narrativa de Baquaqua, em pleno século XIX, o que vai prevalecer é o gênero primário, já que se trata de uma comunicação espontânea, direta, da vida diária. Na narrativa, em vários momentos há o diálogo entre Baquaqua e os demais personagens. Há a todo o momento diálogos conflituosos entre o escravo e seus donos, já que Baquaqua não aceitava sua condição de escravizado. Ou seja, a narrativa analisada, nascida a partir de relatos vividos pelo referido jovem, se torna um evento artístico e não mais um acontecimento da vida cotidiana. Por isso, ela é classificada como um gênero secundário, o qual nasce a partir de acontecimentos do cotidiano, e que vai constituir toda a obra.

As narrativas escravas, consideradas como gêneros textuais específicos, destacaram-se muito na época do movimento abolicionista no século XIX, exercendo um papel fundamental naquele período. Este tipo de narrativa não existe mais hoje em dia, até porque o regime escravista chegou ao fim. Dessa forma, não havia mais a necessidade de se escrever narrativas escravas, já que a função delas era contribuir para a abolição da escravidão, meta para a qual serviu oportunamente.

2.3 NARRATIVAS ESCRAVAS E SUA ESTRUTURA GENÉRICA

Segundo Bakhtin (1982), todo gênero do discurso vai apresentar uma estrutura padrão, estrutura essa que é determinada sócio historicamente e detectável dentro de cada enunciado. Com relação às narrativas escravas, elas também vão seguir alguns padrões que são passíveis de ser identificados em praticamente todas, uma vez que há várias semelhanças entre elas. Essas estruturas semelhantes identificadas nessas narrativas vão estruturar a construção composicional que faz parte do todo que é o enunciado, ou seja, a forma em que o texto será organizado.

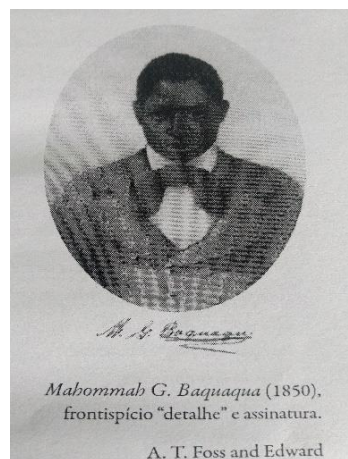
Segundo James Olney (1985), é possível encontrar nas narrativas escravas essa estrutura padrão que Bakhtin cita, estrutura essa que acompanhou todo esse tipo de texto naquele período. Ainda de acordo com Olney (1985), a maioria dessas narrativas apresentava: i) uma imagem do autobiografado, devidamente assinada; ii) uma folha de rosto na qual continha o título da narrativa que trazia o nome do escravo, juntamente com os dizeres “escrito por ele(a)

mesmo(a)”; iii) testemunhos de abolicionistas brancos, que tinham como função dar credibilidade do caráter do escravo autobiografado e; iv) considerações acerca da simplicidade da escrita, já que se tratava de um escravo ou ex-escravo.

Também para Olney (1985), outros temas recorrentes nessas narrativas, já que se tratava de uma luta abolicionista, são: i) a expressão “Eu nasci escravo(a)”, acompanhado de detalhes como o local de nascimento, a família, quando se tinha conhecimento e a data de nascimento; ii) descrição de um mestre, senhora ou capataz desumano; iii) detalhes sobre os severos castigos impostos aos escravos, tanto físico como psicológico e; iv) relato de vendas de escravos e a separação da família.

Esses são alguns elementos que fazem parte da estrutura encontrada na maioria das narrativas escravas daquele período. Um desses elementos é visível logo no início da narrativa de Baquaqua, que apresenta uma imagem do biografado e logo abaixo sua assinatura.

Figura 3 – Imagem de Baquaqua e sua assinatura



Fonte: Baquaqua (2017, p. 7).

Outra característica presente nas narrativas escravas é a aprendizagem da língua escrita. Durante um período foi proibido por lei que se ensinasse aos escravos a ler e escrever (DAVIS; JR GATES, 1985). Os escravos viam na escrita a possibilidade de acesso a liberdade, sendo assim, é recorrente nas narrativas a importância desse momento para alguns escravos que tiveram acesso à escrita. No caso de Baquaqua, ele tinha facilidades para aprender línguas, para se comunicar na língua do outro, no caso da língua portuguesa não foi diferente. Isso facilitou o contato com outras pessoas, além de ser empregado em serviços que exigiam a comunicação e até mesmo saber dominar os números. Um de seus primeiros trabalhos, enquanto escravizado, quando chegou ao Brasil, em Pernambuco, foi vender pães, já que sabia números e contar dinheiro.

A narrativa de Baquaqua, por meio das palavras do editor Moore, inicia-se indicando a região onde o jovem africano nasceu, em seguida fala sobre sua família, elementos que são comuns em praticamente todas as narrativas escravas. De um modo geral, as narrativas iniciam-se da seguinte forma “I was born...”. Então percebe-se que mesmo naquele contexto, no século XIX, os relatos de vida escrava, como gênero do discurso, com o intuito de expor o quão perverso era o sistema escravista, precisavam seguir uma estrutura já estabelecida naquele período (OLNEY, 1984). Como essas narrativas tinham um propósito a ser alcançado, elas precisavam seguir certas convenções.

Em relação ao conteúdo temático, ou seja, o tema apresentado no gênero narrativas escravas, o mesmo será composto pelas atrocidades, barbáries e injustiças acometidas aos escravizados. Por mais que as histórias sejam diferentes, passadas em locais distintos, independentemente de o escravo ser homem ou mulher, sua idade e origem, o tema das narrativas será o mesmo, o que se pretende divulgar a todos, esse mundo monstruoso e perverso que cercava a vida dos escravos.

Porém, no caso da narrativa de Baquaqua, além da divulgação e denúncia da violência e abuso sofrido por ele assim como por milhares de outros escravos, também tinha como propósito divulgar a causa missionária. Como o editor da obra, Moore, era cristão, ele acaba divulgando o Cristianismo nos escritos de Baquaqua. Além do mais, o século XIX foi um período em que vários missionários, nos Estados Unidos, principalmente presbíteros, lutavam pela causa escrava e ao mesmo tempo divulgavam suas ideologias religiosas.

Em relação ao estilo ou ato estilístico, o qual é composto por todo gênero, o mesmo será percebido nas narrativas escravas como sendo a escolha dos recursos linguísticos que comporão o texto, por meio dos quais acontecerá a compreensão do enunciado. De acordo com Bakhtin (2000), o termo *estilo*, o qual faz parte de toda estrutura de um gênero, se refere à escolha das palavras, o uso da língua feito pelo sujeito em uma determinada produção de linguagem.

É possível perceber nas narrativas escravas, de forma geral, uma grande interferência da parte dos colaboradores que contribuíram para suas escritas, geralmente um abolicionista branco e que acabava deixando sua marca nesses escritos. Em relação à narrativa de Baquaqua, não foi diferente. A obra em análise aborda a vida do jovem africano, que dita sua história de vida a Samuel Moore, norte-americano, editor, branco e cristão. Sendo assim, Moore tem uma grande contribuição para a publicação da obra, já que foi ele quem a escreveu, anotou, a partir dos relatos de Baquaqua. Podemos, então, ficar na dúvida, se esse escrito da vivência desse jovem africano vai pertencer ao gênero biografia, já que foi escrito por Samuel Moore ou autobiografia, ditado pelo jovem Baquaqua.

O próprio título da obra se refere ao escrito como sendo biografia, porém, de acordo com o historiador Robert Krueger, existe uma tendência autobiográfica no interior da narrativa. Robin Law e Paul Lovejoy corroboram da mesma ideia que Krueger, enxergando um caráter autobiográfico ao longo do texto. Dessa forma, pode-se dizer que se trata de uma biografia que contém em seu interior traços autobiográficos, já que ao longo do texto é possível enxergar Baquaqua, em meio as suas dores, seus sentimentos, sua vontade de rever a liberdade que lhe foi roubada e seu imenso desejo de voltar ao seu país de origem para rever seus entes queridos. Mas, também ao mesmo tempo é possível perceber a voz do editor, impondo sua concepção de mundo, baseando-se em sua cultura ocidental, ou seja, há todo o tempo, uma correlação dessas vozes ao longo do texto, fazendo com que a narrativa transite entre os dois gêneros, narrativa biográfica e autobiográfica.

De acordo com Sekora (1987), esses modelos estabelecidos nas narrativas escravas citados por James Olney, tinham como função dar credibilidade e legitimar a veracidade dessas narrativas. Para que essas narrativas fossem aprovadas, legitimadas, precisava-se de um patrocinador branco, que viesse a autorizar um escritor negro, ex-escravizado, a publicar sua narrativa. Ou seja, prevalece a supremacia branca, pois quem dá legitimidade a essas narrativas escritas por negros será um homem branco, ou seja, esse homem tem o poder final para que essa narrativa, que funcionava como instrumento de luta, ganhasse ou não visibilidade. Ainda de acordo com Sekora (1987), as instituições abolicionistas norte-americanas faziam uso dessas narrativas escravas para também se beneficiarem, para se estabelecerem como autoridade, colocando sua marca nos livros editados.

2.4 VOZES E DIALOGISMO NA AUTOBIOGRAFIA DE BAQUAQUA

O sujeito vai nascer e se constituir por meio da heteroglossia, ou seja, pela multidão de vozes sociais e de sua dialogização. É nessa relação heterogênea que o sujeito, a partir das diversas relações e interações socioideológicas, vai se construir discursivamente, incorporando vozes sociais e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. “É nesse sentido que Bakhtin várias vezes diz, figurativamente, que não tomamos nossas palavras do dicionário, mas dos lábios dos outros” (FARACO, 2009, p. 84).

Sendo a realidade linguístico-social heterogênea, o sujeito, estando inserido nesse meio social, vai incorporar várias vozes ao mesmo tempo, assim, não se apresentando como um ente verbalmente uno, mas sendo o resultado do conjunto de várias vozes sociais com seus inúmeros encontros e entrechoques. O mundo interior desse sujeito vai ser constituído por essas muitas

vozes sociais com suas múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias; as quais estarão sempre em movimento, pois a interação socioideológica está sempre aberta a novas mudanças.

A consciência passa a ter forma e existência a partir dos signos criados por um grupo social durante o processo de interação social. A consciência individual vai se constituir, derivar e refletir sua lógica a partir dos signos. É a partir dessa lógica que há a interação socioideológica, ou seja, a lógica das relações dialógicas, do plurilinguismo dialogizado. É a partir dessa dinâmica social que vai desencadear o moto contínuo da atividade psíquica (VOLOSHINOV, 2006).

Dessa forma, os enunciados vão surgir a partir da multidão das vozes interiorizadas, sendo assim, heterogêneos. Portanto, os enunciados serão sempre discurso citados, porém, às vezes podem não ser percebidos, devido a tantas vozes incorporadas que muitas delas são ativas sem que se perceba sua alteridade. Para Bakhtin (1987), deve-se dar mais importância à dialogização das vozes sociais, ou seja, ao encontro sociocultural dessas vozes e toda a dinâmica que se estabelece entre elas, o entrecruzamento que há entre as vozes sociais, possibilitando também o surgimento de novas vozes.

O fundamento da linguagem é o dialogismo, essa relação com o outro. “A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo” (BAKHTIN, 1987[1961], p. 293). Ou seja, tudo o que me diz respeito vem-me do mundo exterior por meio da palavra do outro. Como diz Bakhtin,

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados [...] é pleno de palavras dos outros. [...] Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo, que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos, modificamos. [...] Contudo, em qualquer enunciado, quando estudado com mais profundidade, [...] descobrimos toda uma série de palavras do outro semilattes ou latentes, de diferentes graus de alteridade (BAKHTIN, 2010 [1979], p. 294-299).

Os diferentes usos da linguagem acontecem na forma de enunciados concretos, únicos, os quais são pronunciados por sujeitos que interagem socialmente. Para o autor, não há enunciados isolados, pois todo e qualquer enunciado pressupõem enunciados que o antecederam e aqueles que se sucederão no tempo e no espaço. Para tanto, “Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas um elo na cadeia [comunicação discursiva].” (BAKHTIN, 2003, p. 371). Ou seja, os enunciados pressupõem outros passados e outros futuros.

Para Bakhtin (1987), a língua, em seu uso real, ou seja, nas interações sociais, tem a propriedade de ser dialógica. Todos os enunciados, isto é, as unidades reais de comunicação,

sejam eles face a face ou não, no processo de comunicação, são dialógicos. Para o autor, todo discurso vai ser ocupado, atravessado pelo discurso alheio, quer dizer, o indivíduo, ao longo de sua vida, para constituir o seu próprio discurso, vai levar em conta o discurso do outro, que estará sempre presente no seu. O dialogismo nada mais é do que essas relações de sentido estabelecidas entre dois enunciados.

Na obra em análise, podemos perceber, a todo momento, essa relação dialógica citada por Bakhtin, a começar pelo editor Moore, que traz em seus discursos outros discursos passados, como de outros missionários do século XVII que já defendiam a escravidão por meio de escritos. Também temos o próprio Baquaqua, com um discurso que traz ecos do passado, desde o início da colonização do Brasil, como de outros países onde existiu a escravidão. Ecos que gritam por socorro, de um povo escravizado, massacrado, torturado e explorado de diversas formas possíveis. Esses discursos são dialógicos, pois conversam com o passado e com o futuro. Baquaqua ainda traz discursos de resistência, quando enfrenta seus donos, falando para não ser mais castigado ou que iria fugir, discursos esses que também já haviam no passado, por escravizados que, por meio da linguagem, enfrentavam seus senhores.

Cada vez que um enunciado é produzido, há a participação de um diálogo com outros discursos. O enunciado não vai existir fora das relações dialógicas, ele sempre vai carregar ecos e lembranças de outros enunciados e sempre vai apresentar um autor e, portanto, um destinatário, permitindo assim, também, uma resposta. Bakhtin (1982) diz que os enunciados vão sempre carregar emoções, juízos de valor, paixões. Enquanto unidade da língua, a palavra mostra-se totalmente neutra, por exemplo, a palavra “cachorro”. Porém, quando essa palavra se converte em enunciado, ela vem carregada de vários significados. Na obra analisada, o jovem Baquaqua cita que foi chamado de cachorro por um de seus donos, nesse caso, esse enunciado vem carregado de significados, deixando de ser apenas uma unidade da língua, despertando no referido jovem sentimentos de raiva e ódio, por ser comparado a um animal, um ser irracional.

Como foi dito, os enunciados carregam ecos e lembranças de outros enunciados. Isso é o que veremos na obra, onde a voz do personagem principal, um jovem africano, escravizado, ecoa como um grito de denúncia de maus tratos sofridos por ele naquela época, no século XIX. Maus tratos que já aconteciam no início da colonização do Brasil no século XVI e ainda, de diferentes formas, têm acontecido no momento presente.

De acordo com Fiorin (2008), segundo os conceitos de Bakhtin, o sujeito não é assujeitado, ou seja, não depende totalmente das estruturas sociais, e nem é totalmente independente da sociedade. Para o autor, a subjetividade do indivíduo vai ser constituída a partir do conjunto das relações sociais de que esse sujeito participa. Ou seja, esse sujeito constitui-se

sempre em relação ao outro, isto é, o dialogismo vai ser o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação dentro das relações sociais.

O sujeito vai se constituir discursivamente por meio da apreensão das diversas vozes sociais em que está inserido e também por suas inter-relações dialógicas, ou seja, ele não vai incorporar somente uma voz social, mas várias ao mesmo tempo, que estão em relações diversas entre si. Dessa forma, esse sujeito é constitutivamente dialógico, pois seu mundo interior constitui-se de diversas vozes em relações de concordância ou discordância. Dessa maneira, como esse sujeito está sempre em contato com o outro, o seu mundo exterior jamais está acabado, pronto, mas em constante mudança, podendo o seu conteúdo discursivo da consciência vir a sofrer alterações.

Isso é constatado com o jovem Baquaqua, constituído dialogicamente, apresentando um mundo interior composto por diversas vozes. O jovem africano, assim como qualquer indivíduo, já trazia em seu mundo interior vozes passadas, apreendidas em sua terra natal, desde a sua infância, no contato com a família, com o povo e com a cultura africana. Todos que conviveram com ele, em seu país, contribuíram de alguma forma para a formação dessas vozes. A subjetividade de Baquaqua é constituída a partir do conjunto das relações sociais que se inicia em sua terra natal na África, passando pelo Brasil, Estados Unidos e Haiti. Ou seja, sua subjetividade vai ser constituída também em momentos de dor, angústia, sofrimento, já que ele passa por tudo isso enquanto se encontra no Brasil.

Nos estudos feitos por Gladir da Silva Cabral e Carlos Renato Carola (2019), eles buscam identificar de que forma se dá a construção identitária de Baquaqua a partir de suas memórias da África. Segundo os pesquisadores, a autobiografia é vista como uma forma de construção de identidade. Sendo assim, por meio da escrita do relato de vida, lembrando seu país, sua origem, sua cultura, entrelaçado ao tempo presente que Baquaqua vivia, inclusive a violência por que passou enquanto escravizado, ele busca reconstruir sua identidade.

Em relação à construção da consciência, que é formada a partir de discursos sociais, o sujeito vai se apropriar das vozes de diferentes maneiras. Há vozes que são incorporadas como a voz de autoridade, não aceitando gerar dúvidas sobre as mesmas, apresentando uma característica centrípeta, mostrando-se impermeável, resistente a outras vozes. Pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa. Já outras vozes serão incorporadas como posições de sentido influenciáveis, caracterizadas como centrífugas, abertas às outras vozes, móveis, sendo assim são passíveis de sofrerem mudanças.

O mundo interior vai ser a dialogização das distintas vozes sociais, sendo que os enunciados, construídos pelos sujeitos, são constitutivamente ideológicos, pois são uma

resposta às vozes interiorizadas. Os enunciados jamais serão expressão de uma consciência individual, fora da realidade social, pois a consciência individual é formada a partir das diversas vozes sociais que circulam na sociedade. Mas ao mesmo tempo o sujeito não é totalmente dependente, pois ele está inserido e, simultaneamente, participa do diálogo de vozes de uma forma particular, pois o processo de construção de sua consciência é único. Esse sujeito é integralmente social e integralmente único, pois ele interage com as diversas vozes sociais de uma maneira singular. Dessa maneira, a realidade vivida pelos indivíduos vai ser centrífuga, pois ela permite a constituição de sujeitos distintos, pois estes não são organizados em torno de um centro único, ou seja, caracterizado como força centrípeta.

Em relação à obra analisada, por meio da linguagem, além de Baquaqua estabelecer relações sociais no interior da narrativa, ele realiza a atividade discursiva. Toda a narrativa se passa por meio de diálogos entre Baquaqua e o outro, sendo este outro os demais personagens que aparecem na história ou mesmo o leitor. Além da voz de Baquaqua, o discurso do editor Moore vai aparecer constantemente, já que ele escreve e publica a obra. Dessa forma, ele interfere nos discursos do jovem todo o momento, além de travar diálogos com o leitor. Às vezes o personagem central, o jovem africano, dialoga consigo mesmo, sendo assim, ele mesmo o outro, caracterizado como discurso interior. As relações dialógicas que surgem ao longo da narrativa são caracterizadas como centrífugas, já que Baquaqua sempre está aberto a novos enunciados, por exemplo, ao se dispor a aprender a língua e a cultura do outro, como o português e o inglês. Ou seja, os enunciados de Baquaqua são passíveis de mudanças ao longo da narrativa, é o que se percebe, por exemplo, quando ele incorpora em seus enunciados o discurso religioso.

Ainda de acordo com a concepção de Bakhtin sobre a linguagem, o estilo não se realiza de forma individual. Sendo assim, encontramos na obra uma grande interferência nesse estilo, interferência essa feita por Samuel Moore, religioso, abolicionista e editor da obra, que contribui para a publicação da narrativa. Dessa forma, Moore, levando em conta sua concepção de mundo, ao escrever a narrativa, mesmo que seja a partir dos relatos de Baquaqua, acaba fazendo uso de discursos apreendidos durante sua prática social, como por exemplo, o discurso religioso, já que faz parte de sua vivência, de seu mundo interior, que por sua vez se constitui de diversas vozes sociais. Também ele acaba evidenciando um discurso hegemônico, enaltecendo, mesmo que de forma inconsciente, a sua nação em detrimento ao continente africano.

2.5 DIALOGISMO E POLIFONIA NA AUTOBIOGRAFIA DE BAQUAQUA

Como vimos, o dialogismo bakhtiniano vai se realizar nessa articulação heterogênea da língua em que acontece a interação verbal. Trata-se, então, de uma língua social, heterogênea e dialógica que vai se realizar por meio da enunciação e do enunciado de uma língua que vem carregada de valores sociais inter-relacionados de várias formas, podendo, nesses encontros, se completar ou se confrontar, criando, assim, a relação dialógica.

Nesse sentido, os textos constituem-se construções dialógicas, uma vez que procedem do encontro de muitas vozes sociais que, ao se fazerem ouvir, produzem efeitos de polifonia, ou seja, quando essas vozes ou algumas se deixam escutar.

A narrativa de Baquaqua vai ser dialógica porque é possível identificar em seu interior ecos de outros discursos e enunciados que circulam na sociedade, como os discursos dos direitos humanos, o discurso religioso, da violência, do racismo, o discurso em relação ao capitalismo, das associações humanitárias. Ao longo de toda a narrativa, percebe-se, por exemplo, o discurso religioso, interferência do editor, já que o mesmo era cristão. Em um outro momento na narrativa, Baquaqua começa a fazer referências às escrituras sagradas. Esse discurso cristão é apropriado pelo jovem a partir do momento em que ele começa a ter contato, na sociedade, com pessoas que possuem esse discurso, no caso em questão, com o missionário batista senhor William L. Judd, cristão que lhe apoiou e lhe deu morada durante os dois anos que ele passa no Haiti.

Outro discurso presente na obra é o do racismo, discurso que tem circulado na sociedade brasileira há um bom tempo, mesmo que de forma velada, ou seja, não se mostrando de forma escancarada. Uma prática discursiva que já era presente no Brasil colônia, o qual ainda existe hoje e continuará existindo em um país que se mostra cada vez mais intolerante à população negra.

Em relação ao conceito de polifonia, de acordo com Bakhtin, entende-se como a presença de vários sujeitos sociais e históricos se apresentando no discurso, ou várias vozes que se cruzam no tempo e no espaço, na construção do discurso. E como dialogismo, concebe-se como espaço interacional entre o “eu” e o “tu” entre o eu e o *outro*, na construção do discurso. De acordo com Beth Brait (2008), na obra *Bakhtin: conceitos-chave*, a polifonia se caracteriza pela convivência e pela interação de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, do qual participam mantendo cada uma sua individualidade caracterológica, sua imiscibilidade, vozes plenas e consciências equipolentes, ou seja, de igual valor. Essas vozes e consciências, pertencentes aos personagens, não serão objeto do discurso do autor, mas

são sujeitos donos de seus próprios discursos. A consciência da personagem vai ser a consciência do outro, não deixando ser objetificada, controlada, pela consciência do autor, e estará sempre disposta a interagir com outras consciências, e ao mesmo tempo mantendo sua individualidade.

Em uma narrativa polifônica, o autor não toma a fala do personagem, não a reduz a seu objeto, mas, de uma certa distância, permite que esse personagem use sua linguagem, seu estilo, seu eu, pois neste caso, não é o autor quem fala, mas sim o outro, que é reconhecido pelo autor como dono de seu próprio discurso, sendo assim, livre para exprimir-se à sua maneira. As vozes no interior de uma narrativa polifônica vão se mostrar independentes, atuando em relação de igualdade juntamente com a voz do autor, combinando, contribuindo com ela e com as outras vozes dos demais personagens.

É por meio do diálogo que os personagens se comunicam entre si e com o outro, mostram suas personalidades, seu eu, suas opiniões e ideais, mostram-se como sujeitos e sua visão de mundo. Na obra, Baquaqua, por meio do diálogo, interage a todo momento com os demais personagens, se apropriando de outros discursos, mas, ao mesmo tempo, mantendo sua individualidade, sua identidade. O personagem central procura se impor, não se deixando calar diante dos demais, diante de um sistema escravagista que matava.

As imagens dos personagens, ao longo de uma narrativa polifônica, são construídas pelo autor em uma posição distanciada, de forma que ele não interfira em suas ações, dando-lhes autonomia e vida própria. O autor os deixa à vontade para que eles mesmos se definam no diálogo com os outros sujeitos da narrativa, e ao mesmo tempo, esse autor percebe esses personagens ao seu lado e à sua frente dialogando com ele, porém, cada um se expressando à sua maneira, com total autonomia.

Então, essa característica polifônica, permite aos personagens participarem da história, interagindo entre si e com o autor, e este atua apenas como um regente, não interferindo nas vozes e nem as controlando, mas deixando que elas se cruzem e interajam, participando no diálogo de igual para igual. Cada personagem vai manter, ao longo da narrativa polifônica, sua individualidade, desempenhando seu papel, mantendo sua identidade, isto é, mantendo cada um sua voz e sua consciência em igualdade com as demais. O autor vai orquestrar as diversas vozes que aparecem na narrativa, porém todas essas vozes se mostram em igualdade de posição, nenhuma se subordinando às outras. Dessa maneira, a polifonia funciona como um acordo entre as diversas vozes, já que nenhuma vai se impor à outra.

Na biografia analisada, a polifonia se faz presente em vários momentos, pois temos o editor, que assume, ao longo da narrativa, um discurso de um abolicionista branco, lutando pela

emancipação dos escravos, discurso esse que vem representar vários outros abolicionistas brancos da época que compartilhavam da mesma ideia. Temos o discurso cristão, também na voz do Editor, que perpassa toda a obra, além do discurso do Rev. Sr. William L. Judd, um missionário batista, por meio do qual Baquaqua aceita o cristianismo. E temos o discurso do personagem principal, carregado de resistência, que vem representar o abolicionismo negro, formado pela população cativa, que teve uma enorme importância para se chegar à abolição. Um discurso que procurava não se deixar silenciar, estando sempre em busca de sua voz.

Além desses discursos, é possível identificar outras vozes, como por exemplo, dos donos de Baquaqua, que representam os escravagistas, a favor da mão de obra escrava. Esses homens, pertencentes à sociedade branca, trazem um discurso em que a população negra era vista como inferior aos demais, comparada a animal, assim se achavam no direito de fazer o que bem queriam com essa população, o que não foi diferente com Baquaqua. Prática discursiva essa que naquele tempo era comum aos escravistas, que faziam uso desses discursos como prática ideológica a fim de naturalizarem a escravidão. Por meio desses discursos legitimavam a prática de castigos, um meio de fazer com que os escravizados obedecessem e trabalhassem em prol de um capitalismo desumano, outro discurso que surge na obra.

Percebe-se, então, ao longo da narrativa analisada, essas diferentes vozes nos enunciados representados por diferentes personagens, defrontando-se com diferentes pontos de vistas sociais que perpassam toda a narrativa. Assim, cada personagem defende o seu ponto de vista, sua posição axiológica, apresentando cada um a sua verdade.

3 BAQUAQUA E A BUSCA INCESSANTE POR SUA LIBERDADE ROUBADA

Este capítulo tem a função principal de analisar criticamente a narrativa *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África* e discutir como a condição de pessoas negras hoje ainda é muito atravessada por uma estrutura fundada no passado. Por meio desta análise, tentaremos identificar que vozes aparecem no interior da biografia e de que forma essas vozes dialogam com o passado colonial e com o momento contemporâneo. Para isso, usaremos os conceitos bakhtinianos sobre dialogismo, polifonia e vozes, tentando, assim, identificar as vozes que soam dentro da obra, e se essas vozes e discursos ainda têm reverberado na sociedade atual e de que forma. Tentaremos compreender como o contexto da obra, no século XIX, num período escravagista, marcado por grandes mudanças e lutas, deixou resquícios que ainda têm alterado a vida da população negra, afro-brasileira, sobre quem ainda recaem preconceitos e discriminações fundadas em séculos de escravização. Também abordaremos questões sobre racismo, violência, resistência, tópicos que são encontrados no interior da obra.

3.1 DIALOGISMO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE BAQUAQUA

Segundo o Círculo de Bakhtin, a linguagem se fundamenta no dialogismo, essa relação com o outro pois “A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo” (BAKHTIN, 1987 [1961], p. 293). Ou seja, tudo o que se diz acerca de um indivíduo, vai partir do mundo exterior por meio da palavra do outro. Sobre essa relação do indivíduo com o outro, citada por Bakhtin, podemos ver na obra em análise que o protagonista Baquaqua, em todo momento, trava relações sociais distintas com os que estão a sua volta.

Durante todo o percurso narrativo, o jovem africano está em contato com o outro, por meio de discursos que nem sempre apresentam concordância. Para Bakhtin (1982), os diferentes usos da linguagem acontecem na forma de discursos, ou seja, enunciados, os quais são pronunciados por sujeitos durante a interação social. Para o autor, todo discurso vai carregar consigo outros discursos, ou seja, o indivíduo, ao longo de sua vida, para se constituir como sujeito, vai levar em conta o discurso do outro, que estará sempre presente no seu. Então, esse discurso ou enunciado, vai ser caracterizado pelas diversas vozes apreendidas pelo sujeito durante toda sua vida, em suas relações sociais.

No caso de Baquaqua, as relações sociais que sobressaem se dão com os homens que foram seus donos, os outros personagens que aparecem ao longo da biografia, incluindo entre

eles outras pessoas escravizadas, e o próprio editor Moore, que escreve e publica a obra, a partir dos relatos de vida ditados pelo protagonista. Dessa forma, rodeado por tantos outros discursos, inclusive contrários ao seu, de discordância, o mundo exterior do jovem africano, nosso protagonista, não se mostra pronto e acabado, mas em constante mudança, podendo seu conteúdo discursivo vir a sofrer alterações. A começar pelas viagens marítimas, já podemos ver essas constantes mudanças, onde, no interior do navio negreiro, o jovem vai estabelecer relações sociais, apreendendo novas vozes e novos discursos diferentes do seu.

Nessas interações sociais, Baquaqua começa a aprender a língua portuguesa ainda no interior do navio negreiro com alguns escravos que falavam a língua, pois tinham vivido no litoral com famílias portuguesas, sendo os intérpretes dos demais escravos. Isso pode ser visto no seguinte trecho: “Durante minha passagem no navio negreiro, consegui aprender um pouco do idioma português com os homens anteriormente mencionados” (BAQUAQUA, 2017, p. 54). Segundo Fiorin (2008), a subjetividade do indivíduo vai se constituir a partir do conjunto das relações sociais de que esse sujeito participa. Ou seja, a linguagem, como sendo uma prática social, vai contribuir para a construção dessa subjetividade, o que podemos constatar em Baquaqua, que ao dispor a aprender a língua portuguesa, dá início a uma mudança em si, por meio dessa nova linguagem que ele apreende. Com isso, ele vai aprender não somente um novo idioma, mas o que há por meio dessa linguagem, como outras manifestações humanas.

Guiados pela visão de Baquaqua e por meio de seu discurso, adentraremos num mundo desumano, de horrores, que predominou durante todo o período escravocrata, onde o protagonista se encontrava acorrentado, faminto, juntamente com outros africanos escravizados. Baquaqua, assim como milhares de cativos, presencia, vivia na pele, as crueldades de um sistema escravista, contudo, ele sobreviveu para contar a própria história.

Porém, essa narrativa foi escrita por um terceiro, já que foi publicada nos Estados Unidos e Baquaqua não dominava muito bem a língua inglesa. Além do mais, a publicação de narrativas escravas foi uma iniciativa dos abolicionistas norte-americanos, que ao lançarem mão de vários recursos para o combate à escravidão, passam a colocar os escravizados para narrar as agruras de sua condição. Ou seja, não foi propriamente uma iniciativa de Baquaqua escrever, e nem dos demais ex-escravizados que tiveram suas histórias de vidas narradas. Mesmo assim, por meio de sua biografia, Baquaqua vem representar toda uma população escrava de africanos e seus descendentes, que foi explorada por mais de três séculos. Também vem dar visibilidade a vários outros negros e negras, adultos, jovens e crianças, que vivem à margem de uma sociedade que ainda, no momento presente, como resquício de um período escravocrata, sofrem com um racismo estrutural.

Assim como em outras narrativas escravas, percebemos na biografia em análise a presença constante de uma grande força e resistência da parte do protagonista. Além do objetivo da época, expor o quanto o sistema escravagista era cruel, podemos perceber por meio dos relatos de Baquaqua que houve, o tempo todo, resistência da parte dele, assim como também houve com muitos outros africanos e seus descendentes, resistência que já se iniciava no próprio continente africano.

3.2 APRESENTANDO A NARRATIVA DE BAQUAQUA: A VOZ DO EDITOR E O DISCURSO RELIGIOSO

Como já expusemos anteriormente, o jovem africano é levado a narrar, ao editor Samuel Moore, sua vivência desde o seu país de origem na África, sua viagem terrestre no interior africano, já como cativo, a viagem no navio negreiro e, por fim, o período que passa na condição de escravizado no Brasil, sua passagem nos Estados Unidos, a temporada no Haiti e Canadá. Como editor da obra, Moore tem o poder de produção, controlando todo o processo de planejamento editorial e a edição em si e acaba interferindo ao longo da narrativa. Dessa forma, ele não só decide que expressões, que vocabulário usar para a escrita, como também faz com que o seu eu, sua cultura, sua crença se mostrem na obra. Com isso, no decorrer da narrativa, podemos ver sobressair sua voz, inclusive durante os relatos de sofrimento de Baquaqua, com ele na condição de escravizado. Por mais que os relatos se apresentem como sendo seu, o editor faz uso de suas próprias palavras para descrever a situação do jovem, ou seja, a voz do protagonista é interpretada pela escrita do copista. Dessa forma, o discurso do jovem africano é frequentemente transpassado pela redação de Moore.

Uma das características marcantes de Moore é o seu discurso religioso, que perpassa toda a obra, desde a primeira página.

Como pode alguém a jactância da religião de Jesus Cristo, por um momento que fosse manter a escravidão mesmo por mais um dia? Não, não poderia. O sistema escravagista e as Leis de Cristo são totalmente opostos um ao outro. Comparem o tratamento dado às pobres criaturas sob o jugo da escravidão e o evangelho de Cristo e, em breve, chegaram à plena conclusão que eles não suportarão a comparação com qualquer outra parte deste nobre livro onde está escrito que o ‘meu jugo é suave, e o meu fardo é leve’ (BAQUAQUA, 2017, p. 9).

Esse trecho, na voz do editor, na verdade, funciona como um manifesto, que tem como propósito convencer a sociedade da época sobre a importância da abolição da população escrava. Com esse tipo de escrita, Moore, editor e cristão, no contexto do século XIX, segue os

passos dos primeiros cristãos norte-americanos ao defender a população escrava. Além do mais, esse trecho faz parte do prefácio da obra, apresentando a assinatura de Samuel Moore ao final com a data de 1854, ano em que a obra foi publicada. Moore faz um uso constante do discurso religioso, baseado nos preceitos teológicos, o que já era utilizado nos primeiros escritos contra a escravidão, a fim de despertar nas pessoas algum sentimento de repulsa ao sistema escravagista da época. Porém, ainda nesse trecho citado, de forma inconsciente ou não, o editor, ao se referir aos escravizados, usa o termo “pobres criaturas”, ou seja, ele associa os africanos à miséria, desprovidos do mínimo para sua sobrevivência, caracterizando o continente africano como pobre e atrasado em relação ao seu país, os Estados Unidos.

Durante o período escravagista, de acordo com Silvio Almeida (2019), a escravidão era justificada por algumas teorias, como por exemplo, a ideia de uma ordem natural que justificava a escravidão de determinados povos e a superioridade de outros. Assim, a instituição escravagista fazia uso de leis que davam amparo à essa prática por meio de uma ordem determinada pela natureza das coisas, por Deus ou pela razão. Então, ainda sobre o trecho citado acima, em oposição a essa teoria vigente, por meio da voz do editor Moore, vemos a voz de vários outros abolicionistas brancos, estadunidenses e europeus, cristãos, que tinham como objetivo denunciar o sistema escravagista, começando assim, a questionar a legitimidade dessa instituição, mostrando, por meio de trechos das escrituras, a incompatibilidade entre escravidão e o Cristianismo.

O editor Moore, ao se mostrar favorável à causa abolicionista, baseia-se em argumentos de sua vivência como homem cristão, pautados em seus ideais e cultura. Sendo assim, sua visão sobre a escravidão e a abolição é baseada a partir de sua concepção de mundo, que por sua vez é influenciada por sua base religiosa. Essas perspectivas religiosas sofreram alterações ao longo do tempo em relação ao sistema escravagista, pois nem sempre a religião defendeu os escravizados. Desde o início da colonização, não só nas Américas, mas onde houve esse sistema desumano, a religião convivia e até mesmo permitia a prática escrava. De acordo com Eugene Genovese (1988), a religião era utilizada para amansar os cativos, fazê-los submissos, ou seja, a religião, durante um bom tempo, foi uma forma encontrada para controlar a população escrava.

Porém, essa prática discursiva religiosa favorável à escravidão começa a perder força. Por volta de 1860, vários missionários norte-americanos, a favor da abolição, iniciam uma imigração dos Estados Unidos para o Brasil. Tomando parte das novas diretrizes do liberalismo, os missionários começam a lutar pela liberdade de culto e pelas bandeiras do cientificismo, da república e da abolição da escravidão no Brasil (ABREU, 1999, p. 316-317). Ou seja, surge um

discurso religioso contrário ao sistema escravagista, por meio do qual se pretendia expor as mazelas sociais provocadas pela escravidão. Discurso que o editor Moore vai fazer uso na biografia de Baquaqua, prática que já vinha sendo utilizada por vários abolicionistas norte-americanos cristãos, passando também a ser utilizada em terras brasileiras.

Nas últimas décadas, de acordo com Vagner Gonçalves da Silva (2012), muitas denominações religiosas, incluindo as afro-brasileiras, têm mobilizado em torno dos símbolos da herança negra no Brasil. Ainda de acordo com Silva, entre as religiões afro-brasileiras, as mais conhecidas são o candomblé e a umbanda, sendo que a prática dessas religiões ultrapassou os muros do terreiro, com milhares de brasileiros, independente da religião, indo para as praias oferecerem presentes a Iemanjá, orixá feminino associado ao mar. Ainda de acordo com o autor, esta prática mostra a apropriação de símbolos dos rituais afro-brasileiros pela população, que percebe nela símbolos compartilháveis.

O que parece é que o Brasil está vivendo uma controvérsia em torno dessas práticas religiosas. Se parte da Igreja católica deseja abrir as portas para os orixás, alguns terreiros querem se separar dela, consequência em parte do discurso que desvaloriza o sincretismo e a mestiçagem existente em certos segmentos do candomblé reafrikanizado e do movimento negro. Se para os evangélicos, nem orixás, santos ou exus têm o poder de fornecer caminhos para o céu ou para a justiça social na terra, ao menos para muitos adeptos estas entidades continuam a atuar em suas vidas como heróis ou vilões responsáveis por alegrias ou tristezas do dia a dia.

3.3 O DISCURSO DE SUPERIORIDADE NA VOZ DO EDITOR

O início da obra apresenta a educação, costumes, economia e cultura da terra do jovem africano, sendo o seu país e suas paisagens retratados de forma exótica, intocável pelo homem branco. O editor, ao mesmo tempo que tece elogios à educação das crianças africanas, impõe sua visão de homem branco, pertencente ao mundo ocidental, com críticas ao povo africano.

Peço ao leitor que me perdoe pela digressão. Mas esta divagação foi feita com o objetivo de chamar a sua atenção para um assunto tão importante. Uma vez que, é de vital importância ao bem-estar de qualquer comunidade que o jovem seja devidamente preparado em ‘sua conduta para o futuro’. De modo que, ao crescer ele não se ‘desviará’. E se, existem diferenças entre o comportamento das pobres crianças da África e os filhos, da nossa chamada nação esclarecida, poderá ser o primeiro passo na marcha pela melhoria e reforma dessa delicada questão (BAQUAQUA, 2017, p. 24).

Nesse trecho percebemos que o editor assume a voz, mesmo se tratando da cultura, dos costumes e educação do povo africano, em específico do país de Baquaqua. Quando ele usa o termo “pobres crianças da África”, há em seu discurso uma certa inferioridade civilizatória em relação ao continente africano. Em oposição, ao se referir ao seu país, Estados Unidos, ele usa o termo “nossa chamada nação esclarecida”, ou seja, uma nação desenvolvida, civilizada, com pessoas esclarecidas, dotadas de conhecimento.

Por meio desses trechos, percebemos que a perspectiva de superioridade do editor é nítida em várias partes da obra, com ele tecendo críticas à África, pairando assim, um discurso de que aquele lugar é uma região pobre e atrasada. Por mais que a escrita se dê a partir dos relatos de Baquaqua, mesmo quando é apresentado o continente africano, com suas características, há uma grande interferência do editor,

Um vasto campo de utilidade se apresenta naquela parte negligenciada do mundo onde os homens que ali se encontram necessitam do conhecimento para formarem grandes cidadãos, excelentes mecânicos e agricultores, homens bondosos e cristãos generosos. A África é rica em todos os aspectos (exceto no conhecimento). É necessário o conhecimento do homem branco, mas não os seus vícios (BAQUAQUA, 2017, p. 36).

Então, quando o editor, no decorrer da obra, inferioriza a África, sua cultura, seus povos, ele está, naquele contexto do século XIX, no qual estava inserido, repetindo um discurso que já era vigente desde o Brasil colônia e nos demais países ocidentais, pois, para Bakhtin (2003), não há enunciados isolados, pois todo e qualquer enunciado pressupõe enunciados que o antecederam e aqueles que se sucederão no tempo e no espaço, ou seja, os enunciados pressupõem outros passados e outros futuros. No trecho em questão, o editor, ao mesmo tempo que tece elogios ao continente africano, caracterizando-o como um local rico, fértil, ele se contrapõe, ao dizer que a população africana é ausente de conhecimento, sendo o continente visto como atrasado, subdesenvolvido. Dessa forma, o editor defende que o povo africano, para sair desse mundo de ignorância no qual se encontra, necessita do conhecimento do homem branco, ou seja, do homem ocidental, para se tornar cidadãos civilizados, bons profissionais, e ainda necessitam conhecer a religião cristã, defendida e seguida por ele.

Walter Rodney (1975), em sua obra *Como a Europa subdesenvolveu a África*, questiona a ideia divulgada de que os países africanos eram subdesenvolvidos antes da chegada dos europeus. De acordo com Rodney (1975), os países africanos não tinham nada de subdesenvolvidos, já que possuíam condições necessárias para sustentar seu modo de vida. Ainda de acordo com o autor, foi o colonialismo europeu que retirou do continente africano os meios necessários para a sua reprodução material. Para Rodney (1975), o continente europeu

industrializou-se, criou seu mercado interno, construiu suas instituições políticas e jurídicas, sua “democracia”, sobre os cadáveres de milhões de africanos e africanas, que foram expropriados, torturados, escravizados e assassinados. Foi a Europa, portanto, responsável por “subdesenvolver” a África, o que também pode ser aplicado à América Latina e à Ásia.

Então, a noção de voz de Bakhtin me dá argumentos para dizer que essas vozes que inferiorizavam o continente africano continuam reverberando ainda hoje, no momento contemporâneo. Pois, até o presente, esse discurso que se via no Brasil Colônia e se encontra na narrativa de Baquaqua, tem persistido não só em terras brasileiras, mas no restante do mundo, apresentando o continente africano como um local atrasado, pobre. Como consequência disso, o continente é visto como um lugar esquecido pelo resto do mundo. Ainda paira, no momento presente, um discurso de inferiorização do povo africano e de sua cultura. Isso fica mais claro quando, num momento de pandemia, pouquíssimo se fala sobre a situação do continente africano, como anda a situação sanitária naquele local, sem falar que é um dos continentes que menos vacina adquiriram.

O que parece é que o sofrimento e a morte do povo africano, em pleno século XXI, assim como acontecia na época do Brasil colônia, não interessam aos outros seres humanos, não há o despertar da compaixão pela dor alheia. Trata-se de uma dor que não comove ninguém, já que essa dor pertence ao outro. Tudo isso ainda é consequência de um continente que foi explorado das mais cruéis formas possíveis, com vários povos dizimados, massacrados, num período em que a população africana era vista apenas como uma mercadoria, como uma fonte de renda, tratados como objetos e animais a fim de sustentar um sistema capitalista que se mostrava totalmente desumano.

3.4 O EMBATE DE DISCURSOS RELIGIOSOS NO INTERIOR DA NARRATIVA

Em um segundo momento, a narrativa passa a abordar a família do protagonista, a região e os arredores onde o jovem nasceu. Provavelmente esse trecho foi manipulado e interpretado pelo editor, que usa um vocabulário e expressões que lhe convém. Percebemos também nessa passagem várias referências às escrituras sagradas, mesmo que se refira à vida de Baquaqua, que até então não conhecia o Cristianismo. Com isso fica clara essa intervenção de um homem branco, pertencente a uma religião cristã do ocidente, que em todo momento na narrativa traz esse discurso religioso a fim de consternar os corações das pessoas para abraçarem a causa abolicionista. Além do mais, tudo indica que Moore, o editor, por meio da obra, também queria divulgar sua religião, até porque nesse período do século XIX, houve uma expansão dessa fé

religiosa, inclusive, muitos missionários batistas norte-americanos vão para o Brasil divulgar o Cristianismo.

Porém, ainda que a escrita esteja nas mãos de Moore, em alguns momentos, percebemos que a fala é passada ao protagonista, mesmo que seja filtrada pelo editor. Quando a narrativa apresenta a religião do pai de Baquaqua, de origem muçulmana, temos um relato rico em detalhes, pontual, sendo assim, percebemos a voz do jovem africano. Contudo, por mais que as palavras sejam assumidas por ele, já que o escrito é a partir da vivência do jovem, parece haver, entre suas palavras, uma intervenção do editor, ou seja, percebe-se essas duas vozes se entrecruzando o tempo todo na autobiografia.

Encerradas as cerimônias diárias, os adoradores do Profeta voltam para suas casas onde o melhor prato é servido durante o jantar. Esse ritual será repetido por trinta dias e terminará com uma imensa reunião. Nesta ocasião, o rei se desloca até a cidade acompanhado por uma grande comitiva juntamente com os demais cidadãos vindos de todas as regiões do país e dirigindo-se ao local escolhido para a adoração chamado 'Gui-ge-rah' fica nas imediações da cidade. Esse lugar é consagrado ao culto do Falso Profeta e é um dos 'primeiros templos de Deus' (BAQUAQUA, 2017, p. 14).

Inferimos nesse trecho uma interferência do editor, ao colocar a religião do outro, a muçulmana, como inferior à sua, ao mundo ocidental, quando ele diz que o deus dos muçulmanos é um Falso Profeta. Nessa fala, o editor inferioriza a religião islâmica enquanto valoriza a sua, como se fosse a única verdade a ser seguida. Além do mais, percebe-se um empenho do editor em elevar a importância de seu segmento religioso no contexto da abolição, o que ele faz por meio da escrita da obra. Sabemos que a única religião que o protagonista teve contato e conheceu, enquanto morava na África, foi a religião do pai, o Islamismo, já que sua mãe não pertencia a nenhuma religião, "Seus pais eram de diferentes tribos ou nações. Segundo a religião, seu pai era maometano, mas sua mãe não pertencia a nenhuma doutrina" (BAQUAQUA, 2017, p. 33), ou seja, Baquaqua cresceu seguindo os preceitos do pai.

Em torno da religião muçulmana, à qual o pai de Baquaqua pertencia, há muitas polêmicas, com grupos radicais islâmicos disseminando a violência, o que a faz ser atacada pelas demais religiões. Porém, essa violência que se dissemina, nunca foi uma exclusividade do mundo islâmico. Alguns trechos do Alcorão supostamente incitam à violência, mas a Bíblia e a Torá também apresentam trechos de violência, e nem por isso o Cristianismo e o Judaísmo são apontados como religiões ligadas à essa prática.

Para corroborar com essas ideias que associam o Islamismo à violência, surgem líderes islâmicos como o ex-Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que em seu governo pregava incessantemente contra judeus, cristãos e homossexuais. Geralmente, os radicais islâmicos

interpretam suas escrituras da maneira que melhor lhes convém, para assim justificar ataques contra “infiéis”. Com diversas interpretações em relação ao islamismo, boa parte da sociedade vai associá-lo a uma imagem negativa, assim como é percebido no interior da narrativa, por meio do discurso do editor.

3.5 O DISCURSO RACISTA NO INTERIOR DA OBRA: ECOS DE UMA HERANÇA COLONIAL QUE SE FAZEM PRESENTES NO MOMENTO ATUAL

Como percebemos, tanto Baquaqua quanto o editor, vão apresentar discursos diferentes, já que viveram em contextos distintos, apreendendo assim, diversas falas no decorrer de suas vivências, pois de acordo com Bakhtin, nossa fala está sempre permeada pela fala dos outros. Dessa forma, os dois se constituíram discursivamente cada um à sua maneira, em um país com línguas e culturas diversificadas. Percebemos que Baquaqua se apropria de outros discursos ao longo da narrativa, mas jamais abandona sua identidade, sua individualidade, seu eu. Sua identidade vai sofrendo alterações à medida que entra em diálogos com outras vozes. Podemos ver que o protagonista e o editor vão defender, cada um, o seu ponto de vista, sua posição axiológica, apresentando a sua verdade, à sua maneira.

Os habitantes de Cham-mah viviam principalmente da caça de animais selvagens, que eram numerosos. Durante dois dias avistei muitos tipos, mas não conheço seus nomes em inglês. As pessoas permaneciam indiferentes diante da nudez uma das outras, isso para não dar uma descrição mais vulgar. O país que atravessamos depois que saímos de Chir-a-chir-ee era muito acidentado, as árvores eram enormes e era farto em água de boa qualidade. Não sofremos com o calor durante toda viagem, pois o clima era muito fresco e agradável. Seria um país saudável e delicioso, se fosse habitado por pessoas civilizadas e educadas (BAQUAQUA, 2017, p. 43).

Nesse relato sobre partes da travessia terrestre que Baquaqua, assim como milhares de escravizados eram obrigados a fazer no interior africano, constatamos a presença de dois sujeitos, o protagonista e o editor Moore, com cada um apresentando vozes distintas. Sendo assim, é possível identificar também a presença de polifonia pois, de acordo com Bakhtin, o conceito de polifonia se mostra quando há a presença de dois sujeitos sociais e históricos se apresentando e construindo o discurso, com essas vozes que se cruzam no tempo e no espaço. Para Beth Brait (2008), a polifonia se caracteriza pela convivência dessas vozes independentes e imiscíveis, mantendo cada uma sua individualidade. Então, o referido conceito, nesse trecho, se faz presente quando essas vozes se deixam escutar.

A voz de Baquaqua dá detalhes sobre a travessia terrestre feita no interior africano, além de dar voz a tantas outras pessoas escravizadas que fizeram esse percurso durante todo o período de existência da instituição escravagista. Ele usa termos que exaltam a sua terra, destacando a abundância de animais, a flora e o clima favorável, além da água que era encontrada em abundância. Já quando a voz se refere ao editor, são usados termos opostos ao de Baquaqua, chamando a atenção para os habitantes de Cham-mah, caracterizados como caçadores de animais nomeados de selvagens, ou seja, se caçavam animais selvagens é porque viviam em ambiente igualmente selvagem. Essa é uma contraposição à civilidade, posição a que Moore, o editor, pertencia, sujeito da civilização e que tinha como discurso que quem vive da caça selvagem é igualmente selvagem. O editor reforça essa avaliação, quando fala da nudez como vulgar, referência ao discurso religioso que vê a nudez como pecado.

A ideia de não civilizados acentua-se mais ainda quando o editor diz que o continente africano seria um local saudável e delicioso, se fosse habitado por pessoas civilizadas e educadas. Com isso, ele, mesmo que de forma inconsciente, associa o povo africano a bestas, selvagens, reforçando um discurso que já existia desde o Brasil colônia e que durou durante todo o período escravagista, o da inferioridade da população negra, considerada como atrasada, bestial, selvagem, em relação aos países ocidentais.

Baquaqua continua a viagem pelo interior africano, acorrentado, vigiado o tempo todo, muitas vezes desolado e triste. Porém, ainda pensa em fugir, ainda nutre em seu coração uma última esperança. A partir dos sentimentos que o jovem nutre sobre sua família, a saudade que bate no peito, o editor aproveita para falar sobre os sentimentos que caminham com a população africana, assim como com o resto da humanidade:

Os sentimentos que animam toda raça humana vivem dentro das criaturas escuras da zona tórrida, assim como nos habitantes das áreas temperadas e frias. Os mesmos impulsos levam à ação, o mesmo sentimento de amor agita o seu peito, os mesmos sentimentos maternos e paternos estão todos lá, as mesmas esperanças com seus temores, as tristezas e as alegrias; de fato tudo isso se encontra ali como no restante da humanidade. A única diferença é a sua cor, mas que foi organizado por aquele que fez o mundo e tudo que nele há como os céus e as águas até o mais profundo abismo, a lua, o sol e as estrelas, o firmamento e tudo o que foi criado desde o início até o presente momento, afinal, por que deveria qualquer pessoa desprezar as obras das suas mãos e que têm sido feitas e geradas conforme o poder do Todo-Poderoso na plenitude da sua bondade e misericórdia (BAQUAQUA, 2017, p. 48).

Nesse trecho, percebemos a voz do editor que procura humanizar o povo africano, falando de seus sentimentos. Em relação à essa humanização da população negra, bem antes do século XIX, alguns céticos já não os viam como seres humanos, dentre eles temos Peter Heylyn, que por meio de sua obra *Little Description of the Great World*, escrita em 1680, defendia a

impossibilidade de o negro ser reconhecido como homem, por mais que se assemelhasse em partes com os seres humanos (DAVIS; JR GATES, 1985). Porém, ao mesmo tempo que o editor afirma que os africanos são iguais ao resto da humanidade, ele os inferioriza, ao chamá-los de criaturas escuras da zona tórrida, ou seja, ele, inconsciente ou não, mais uma vez associa os africanos a bestas, animais, quando usa o termo criaturas escuras. Ele acaba colocando o seu ponto de vista, baseado em uma sociedade eurocentrada. Em momento algum ele denomina os africanos como pessoas, seres humanos ou habitantes.

Percebemos presente a ideia de supremacia branca, que de acordo com Almeida (2019), é uma forma de hegemonia, um tipo de dominação exercida não apenas pela aplicação do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. Ainda segundo o autor, a dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social. Essa dominação racial fica mais evidente quando o editor chama os africanos de criaturas escuras e diz que a única coisa que os diferencia é a cor. Para o editor, naquele contexto, referir-se dessa maneira ao povo do continente africano era algo normal, pois a sociedade da época corroborava com essa ideia, era algo que estava impregnado no discurso do dia a dia.

Porém, esse discurso racial predominante no contexto do século XIX, o que já acontecia desde o início da colonização brasileira, ainda é presente nos dias de hoje. Os conceitos de Bakhtin sobre vozes nos dão argumentos de que esse discurso ainda ecoa no momento contemporâneo. Ainda hoje vemos numa sociedade racista na qual pessoas agridem verbalmente a população negra com palavras de ofensas e humilhações.

Atualmente, o racismo é associado às injúrias, ofensas verbais, agressões, cyber racismo ou atos pejorativos motivados pela discriminação em função da cor da pele. Porém, tem-se visto muitas atitudes implícitas que caracterizam um tipo de racismo moderno: o racismo velado. Esse tipo de racismo, muitas vezes passa-se despercebido, sendo encarado como uma simples brincadeira ou algo rotineiro no interior da sociedade. Outras vezes, quando a vítima percebe, ela acaba não denunciando, já que não é tão fácil reunir provas que comprovem o delito. Diversas pesquisas nas áreas de antropologia, sociologia, genética, neurologia, psicologia, história e afins têm apontado a questão racial como discursiva, não como biológica, isto é, o preconceito é visto como um fenômeno social que aprendemos ao longo da vida.

De acordo com Almeida (2019), o folclore, as piadas e os misticismos são importantes veículos de propagação do racismo, pois é por meio da cultura popular que haverá a naturalização da discriminação no imaginário social. Dessa forma, é encarado como uma prática

normal e rotineira quando um garoto de 11 anos, acompanhado pela avó, é interpelado por um funcionário de uma farmácia, que pergunta aos clientes se o “negrinho” estava incomodando. Também é visto como algo normal um menino negro, adotivo, ser enxotado pelo gerente no interior de uma concessionária de carros, e o funcionário ainda volta para o casal, pais do garoto, dizendo a seguinte frase “eles pedem dinheiro, incomodam os clientes”. Tudo isso são ecos que se fazem ouvir até hoje, herança de um período escravagista em que predominavam discursos racistas em relação à população negra.

O pior de tudo, é que as pessoas que cometem o racismo, como nos casos mencionados, não enxergam em suas atitudes tal prática, pois no Brasil, diferente de outras regiões, o racismo não é escancarado, mas se encontra em camadas profundas. Trata-se de um preconceito velado, escondido, assim, torna-se mais difícil combater algo que não se vê, que é implícito.

3.6 BAQUAQUA: UMA HISTÓRIA QUE PARECE SE REPETIR, DE MANEIRAS DIFERENTES, NOS DIAS DE HOJE

Enfim, Baquaqua chega ao litoral, onde se depara com cativos do país inteiro. Todos são acorrentados uns aos outros e marcados com ferro quente.

Por fim, quando chegamos à praia, e estávamos de pé na areia, oh! Como eu desejei que a areia se abrisse e me engolisse. Não consigo descrever minha miséria. Está além de qualquer descrição. O leitor pode imaginar, mas qualquer coisa parecida com um esboço de meus sentimentos não seria, nem de longe, uma cópia perfeita. Ali estavam escravos de todas as partes do país e, que foram trazidos a bordo (BAQUAQUA, 2017, p. 50-51).

Nesse trecho, a voz do protagonista representa as vozes de todos os outros africanos, homens, mulheres e crianças, que assim como ele, foram retirados, violentamente, de sua terra natal. Só quem viveu isso era capaz de descrever o quanto desumano era, e o jovem não tinha nem palavras para expressar a sensação de estar ali naquele lugar, esperando para ser jogado num navio negreiro, numa viagem a um destino desconhecido. Baquaqua e nem os demais cativos tinham noção para onde iriam, sabiam apenas que suas vidas tinham sido cruelmente alteradas e se encontravam marcados a ferro quente e acorrentados.

Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desafortunado, o mísero infeliz que foi confinado em seus portais. Oh! Amigos da humanidade, coitado do africano, que foi afastado de seus amigos e de sua casa, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro, para aguardar ainda mais horrores e misérias em uma terra distante, entre religiosos e benevolentes. Sim, até mesmo em seu próprio meio. Mas, vamos ao navio! Fomos

empurrados para o porão totalmente nus, os homens foram amontoados em um lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos nos levantar, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Dia e noite eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga (BAQUAQUA, 2017, p. 52).

Nesse trecho podemos ver que existe a fala de Baquaqua, mas antes de sua fala, há a presença do editor, com suas constantes interferências. Neste caso, o editor Moore vem representar a voz do movimento abolicionista urbano daquela época, um movimento feito, em sua maioria, por homens brancos, da elite, preocupados em tirar dos ombros da sociedade o fardo da escravidão, fazendo assim, uso de discursos europeus. Em sua fala, o editor faz uso de termos pejorativos ao se referir ao povo africano, como “mísero”, “infeliz”, “pobre desafortunado”, ou seja, termos que remetem a algo desagradável, depreciativo, visão que era encarada como normal por uma boa parcela da sociedade naquela época, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Há também um discurso em relação ao papel da igreja, quando se diz que mesmo entre religiosos e benevolentes havia a prática da escravidão. Ou seja, há uma crítica à igreja, que pregava sobre a humanidade, sobre a bondade de Deus em relação aos homens, mas ao mesmo tempo escravizava o seu semelhante perante o Divino. Como vimos, a referida instituição religiosa compactuou com o sistema escravagista desde o início da colonização, não só no Brasil, mas onde existiu essa instituição que se mostrava tão desumana e cruel.

Depois percebemos que a voz é passada a Baquaqua, iniciando um relato sobre os horrores que aconteciam no interior do navio negreiro. Essa parte é narrada minuciosamente, isto é, só quem presenciou poderia descrevê-la tão bem, podemos até imaginar a cena e mesmo perceber, sentir, como era o local, um lugar fétido, frio e úmido. Essa fala, na voz do protagonista, em oposição à fala do editor, não faz uso de termos depreciativos ao se referir aos africanos, pelo contrário, há uma humanização, referindo-se aos escravizados com os termos “homens” e “mulheres”. Sendo assim, mais uma vez, a noção de voz de Bakhtin, nos permite identificar, por meio das falas de Baquaqua e do editor Moore, a presença de polifonia, visto que há um entrecruzamento de mais de uma voz, a do personagem central, que também representa os demais cativos e a do editor, representando os abolicionistas cristãos da época.

No decorrer da travessia atlântica ao Brasil, Baquaqua procura sempre manter uma relação, uma interação com o outro. Com base no pensamento de Bakhtin, na obra *Introdução ao pensamento de Bakhtin*, José Luiz Fiorin (2008) diz que o sujeito não é assujeitado, ou seja, não é totalmente dependente das estruturas sociais, e nem é totalmente independente da sociedade. Para o autor, a subjetividade do indivíduo se constitui nas práticas sociais do dia a dia nas quais o sujeito está inserido. Ou seja, esse sujeito, por meio da relação, da interação com

o outro se constitui, assim, o dialogismo vai ser o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação dentro das relações sociais. Com Baquaqua não vai ser diferente, pela interação, ele dialoga com diferentes discursos. Essa interação que o jovem africano busca manter com o outro, não só no interior do navio negreiro, mas ao longo de toda a narrativa, vai envolver uma multidão de vozes sociais que se somarão à sua subjetividade.

Constatamos então que, mesmo Baquaqua estando num momento de tensão, preso, acorrentado, faminto, sofrendo e presenciando horrores, ele procura se manter calmo e tirar proveito da situação. Ou seja, fazendo uso de estratégia de sobrevivência, ele procura ter um comportamento diferente de outros escravizados que se desesperavam,

A única comida que tivemos durante a viagem foi milho encharcado e cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos confinados, mas pareceu ser um longo tempo. Sofríamos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades. Um quartilho por dia era tudo que nos permitiam e nada mais. Um grande número de escravos morreu durante o percurso. Houve um pobre homem que ficou tão desesperado pela sede que tentou roubar a faca do homem que nos trazia água. Foi levado ao convés e eu nunca mais soube o que lhe aconteceu. Suponho que foi jogado ao mar (BAQUAQUA, 2017, p. 52).

Esse discurso, na voz de Baquaqua, representa as vozes de angústia, de opressão, de sofrimento de uma população cativa, faminta, naquela época do século XIX. Porém, essas vozes, misturadas ao choro e soluço, já ecoavam desde os primeiros escravizados, não só no Brasil, como em toda América. E mesmo nos dias de hoje, passados exatamente 134 anos da abolição da escravatura, essas vozes de angústia e sofrimento têm reverberado em meio a uma parcela da população brasileira, composta, em sua maioria, por negros e pardos, que diariamente são submetidos à extrema violência. Essas vozes ecoam quando George Floyd, homem negro, nos Estados Unidos, grita que não consegue respirar, enquanto é agredido até a morte por um policial branco. Essas vozes também podem ser ouvidas quando João Alberto, também negro, brasileiro, é espancado até morrer por seguranças de um supermercado. Ainda é possível ouvir essas vozes em meio a choros, quando crianças, adolescentes, mulheres, jovens, em sua maioria negros e pardos, são mortos por balas perdidas disparadas, na maioria das vezes, por policiais.

Esse episódio da travessia atlântica feita por Baquaqua e milhares de escravizados, durante todo o período que predominou o tráfico humano, dialoga com questões da atualidade, em pleno século XXI. Podemos ver isso por meio da história de Afonso, 28 anos, que veio de Congo para o Brasil devido à violência em seu país. Por meio de contrabandistas, ele consegue sair da capital Kinshasa em um navio de carga, juntamente com outros imigrantes. Assim

como Baquaqua, durante a viagem atlântica, ele trabalha para pagar sua passagem, chegando em Santos duas semanas depois. Afonso consegue hospedagem em um dos centros de acolhimento de refugiados da Missão Scalabriniana na cidade de São Paulo e passa a procurar emprego.

Diretora da Missão Scalabriniana, irmã Eva Souza, diz que a instituição tem recebido recentemente pessoas de países como Angola, Camboja, Congo, Egito, Guiné, Marrocos, Nigéria, Togo, Tunísia, Egito e Síria, entre outros. Segundo a irmã, muitos chegam ao abrigo gravemente feridos, muitos ficam doentes durante a viagem ou sofrem por conta das condições em que viviam antes de chegarem a São Paulo. Ainda segundo a religiosa, desde 2015, já foram recebidos imigrantes nas situações mais diversas, como vítimas de tráfico humano e de escravidão a mulas de drogas, refugiados políticos e pessoas que perderam suas famílias no caminho.

Então, a história de Baquaqua, que aconteceu no século XIX, que parece estar tão distante no tempo, se repete ainda hoje, de formas diferentes, em pleno século XXI. Essas histórias de africanos que procuram abrigo fora de seu continente, dialogam perfeitamente com a vivência de nosso protagonista. Esses refugiados, quando chegam no Brasil ou outro país da América do Sul, acabam trabalhando na clandestinidade, sendo perseguidos por policiais, além de sofrerem com o racismo e a violência, o que os levam muitas vezes à morte, como foi o caso de Moise Kabagambe, 24 anos, congolês, asilado no Brasil, cruelmente assassinado no Rio de Janeiro.

Figura 4 – Histórias que se repetem



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=Moise+Kabagambe&sxsr=APq>. Acesso em: 14 dez. 2021.

3.7 VOZES DE UM PASSADO COLONIAL QUE ECOAM AINDA NO MOMENTO PRESENTE

Após a chegada na América do Sul, em Pernambuco, os escravos eram olhados e avaliados pelos futuros compradores, que os enxergavam como mercadorias vivas, comparando-os a bois ou cavalos. Depois disso, Baquaqua não demora muito a ser adquirido por um padeiro português, que morava no interior. O jovem é colocado para realizar um trabalho forçado, carregar grandes e pesadas pedras para a construção de uma casa e, assim como os demais escravos do padeiro, era sempre castigado. Os vários tipos de violência a que o jovem era exposto, tanto físico como psicológico, acontecia a todo momento.

Então, meu senhor ficava muito zangado, quando isso acontecia e esbravejava aos gritos que o ‘cassoori’ [cachorro] havia jogado a pedra no chão enquanto, eu no fundo do coração, pensava que ele era o pior cachorro; mas foi só um pensamento, como eu não me atrevia expressá-lo em palavras (BAQUAQUA, 2017, p. 55).

Nesse trecho o jovem é chamado de cachorro pelo seu senhor, o que desperta em si sentimentos de raiva e ódio por ser comparado a um animal, um ser irracional, discurso esse que era rotineiro no período escravagista, em que as pessoas escravizadas eram vistas e tratadas como animais. Baquaqua não tinha nada de irracional, pelo contrário, era um jovem dotado de inteligência, era poliglota e tinha grande facilidade para aprender as coisas, é o que se percebe ao longo de sua trajetória, passando por no mínimo três países diferentes. O jovem africano, mesmo se sentindo humilhado e tomado de ira, não se deixa levar pela fúria do momento, mas se contém, ficando apenas em seu pensamento a ideia de que quem era o cachorro era seu dono. O jovem tinha a consciência de que aos escravos que ousavam enfrentar seus senhores eram reservadas algumas consequências, que podiam resultar até mesmo em morte, sendo assim, ele, que tinha acabado de chegar em território brasileiro, ainda estranhava essa nova terra e essa nova condição de vida que lhe foi imposta.

A classificação de seres humanos, de acordo com Silvio Almeida (2019), tinha como objetivo para o colonialismo europeu a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. Ainda de acordo com Almeida (2019), com base nos pensamentos do filósofo Hegel do século XIX, os africanos “eram ausentes de história, eram bestiais e carregados de ferocidade e superstição”. As referências a “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é um elemento muito comum do racismo e,

portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje.

Então, esse discurso que desumanizava a população escrava era comum desde o início da colonização, fazia parte daquele contexto escravagista, circulando no meio da sociedade da época. Esses discursos funcionavam como uma prática a fim de naturalizar a escravidão, que, por meio da linguagem, contribuía para o domínio da população escrava. Sendo assim, o dono de Baquaqua, ao chamá-lo de cachorro, apenas reproduz o que apreendeu durante sua vivência como homem branco, em uma sociedade escravocrata. Porém, o que se percebe é que, até o momento presente, há muitos ecos dessa estratégia de discurso, que ainda têm reverberado em uma parcela da sociedade brasileira, com pessoas negras sofrendo injúria racial diariamente. Casos recentes têm acontecido em meio aos campos de futebol, onde jogadores negros são chamados de “macacos”, ou sofrem injúrias devido usarem o cabelo estilo black power. Também temos visto pessoas negras, geralmente apresentadoras de TV ou outras conhecidas nas mídias, serem atacadas com injúrias raciais por meio das redes sociais. Sem falar em uma grande parcela da população, composta por pessoas pretas e pardas, anônima, esquecida, que diariamente sofre as consequências raciais de uma abolição que não teve como objetivo inserir a população negra na sociedade.

Esses discursos de inferioridade, subalternidade, racismo, presentes, tanto na biografia de Baquaqua, como no momento atual, são questões sociais que vem dialogar com a obra de Marcelino Freire (2005), *Contos Negreiros*, em especial o conto “Meu negro de estimação”. O título do conto já remete ao período escravista, ao apresentar um homem negro como posse de alguém, prática que era comum na época do Brasil colônia, com uma população negra tratada como objeto, como mercadoria, como animal. De acordo com Jesus e Camargo (2019), esse poder de posse, já explícito no título, reforça a superioridade que o homem branco vem exercendo, desde o Brasil colônia, sobre a população negra. Na biografia de Baquaqua, percebe-se esse domínio de posse sobre o jovem africano, que é desumanizado, tratado o tempo todo como mercadoria, algo vendável. O jovem, enquanto permanece no Brasil, passa por pelo menos três donos,

Depois de toda essa crueldade, ele me levou para a cidade e me vendeu a um traficante onde ele tinha me levado uma vez. Depois de algumas semanas, ele me despachado para o Rio de Janeiro onde permaneci duas semanas até ser vendido novamente. Finalmente, fui vendido para o capitão de um navio que poderia ser chamado de um ‘caso difícil’ (BAQUAQUA, 2017, p. 56-57).

Ainda segundo Jesus e Camargo (2019), o conto, novamente, reforça a prática do poder do branco sobre pessoas pretas: “Coloco, assim, um cabresto. Para ele não me deixar tão cedo” (FREIRE, 2005 p. 102). Vemos nesse trecho mais uma vez, por meio da palavra cabresto, implícito a comparação do negro a um animal, discurso que era comum na época do escravismo. Segundo os autores, esse objeto representa uma certa ideologia de poder, o poder que o branco teria sobre a população negra. Tanto a biografia de Baquaqua, como o conto citado, vêm representar um discurso, ainda presente, fortemente enraizado, que inferioriza e nega a voz de uma população brasileira, composta em sua maioria por negros e pardos. População que ainda é vista, nos dias de hoje, dentro de uma sociedade preconceituosa, como objeto, e jamais como sujeito de seu próprio discurso, pois “[a] linguagem circulante em torno à escravidão é, evidentemente, a do dominador, já que o dominado, o africano, não dispunha de linguagem prestante para descrever a situação em que se encontrava” (SIMON, 1996, p. 16).

3.8 O USO DA BEBIDA ALCOÓLICA ENTRE A POPULAÇÃO ESCRAVA

Baquaqua, assim como os demais escravizados que seu dono, o padeiro possuía, começa a beber, já que não conseguia agradá-lo. Seu dono se mostrava um homem extremamente cruel, aplicando severos castigos ao jovem africano, mesmo com ele procurando ser honesto e perseverante:

Aproveitei desta situação para elevar-me em sua opinião, sendo muito prestativo e obediente; mas tudo em vão; fizesse o que fizesse, descobri que servia um tirano e nada parecia satisfazê-lo. Por isso, comecei a beber da mesma maneira que os outros: éramos todos da mesma espécie, mau senhor, maus escravos (BAQUAQUA, 2017, p. 55).

De acordo com Wissenbach (1998), entre os escravizados, o consumo de bebidas alcoólicas foi relativamente alto. Quando os escravos eram presos, como justificativa, eles alegavam estarem embriagados no momento da transgressão cometida. Aos escravos que bebiam sem a autorização de seus senhores, eram aplicados vários castigos, um deles era a máscara de flandres, máscara de metal que cobria todo o rosto e tapava a boca. Devido ao grande consumo de bebidas pelos escravos, a fama de beberrão passa a acompanhar o negro, gerando até mesmo versos:

Todo branco, quando morre,
Jesus Cristo é quem levou.
Mas o negro quando morre

Foi cachaça quem matou
(GOULART, 1971, p.71).

De acordo com Câmara Cascudo (1983), o hábito de beber cachaça converteu-se em crença, já que a ela era atribuído o poder de curar diversas doenças. Crença que não se viu somente no Brasil, mas foi compartilhada pela medicina de outros países em outras épocas, já que, na França, no início do século XVIII, um médico “atribuía à aguardente o poder de proteger contra as doenças, cicatrizar feridas, facilitar a digestão, proteger do frio e da fadiga dos trabalhos pesados e, principalmente, de fazer com que se comece bem o dia” (FLANDRIN, 1998, p. 606).

A cachaça brasileira, segundo Souza (2004), tinha os seus maiores consumidores entre os escravos e homens livres pobres, sendo este tipo de bebida vindo a se tornar socialmente condenável, ao passo que o consumo de vinhos e aguardentes procedentes de Portugal, pelas elites, praticamente não recebia críticas. Para Avelar (2010), ao contrário do vinho, a cachaça foi constantemente associada à embriaguez, vício, perda de juízo, problemas de saúde, periculosidade e fonte de arruaças. Ou seja, como os escravizados tinham acesso somente a esta bebida, devido ser produzida por eles mesmos, ainda que ilegalmente, e ser mais barata que o vinho, eles eram os principais rotulados por esse estereótipo.

O consumo da cachaça entre os escravizados se dava também pelo fato dela ser oferecida aos cativos pelos próprios senhores. Esse gesto dos donos de escravos tinha como objetivo incentivar o trabalho ou até mesmo funcionava como recompensa em certas ocasiões (CASCUDO, 1983 apud SOUZA, 2004), porém, ao mesmo tempo, essa ação era vista com desconfiança por parte da elite, já que poderia incentivar os escravos à rebeldia (SOUZA 2004).

A ingestão de bebida alcoólica em um determinado grupo social, de acordo com Soares *et al.* (2016), pode ser entendida também como ato coletivo que indica um traço identitário escolhido por essas pessoas para lidar com si mesmo e com outros grupos. Podemos perceber isso com nosso protagonista, que assim como os outros escravos que viviam com ele, passa a beber também, o que os aproximaria, seria uma forma de ser aceito e se identificar com o restante do grupo.

De acordo com Fiorin (2008), a palavra “diálogo” significa, entre outras coisas, “solução de conflitos”, “entendimento”, “promoção de consenso”, “busca de acordo”, ou seja, podemos pensar que o dialogismo, conceito bakhtiniano, diz respeito à conciliação entre os homens. Porém, não é o que parece, pois Fiorin (2008) diz que as relações dialógicas podem ser opostas, contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou desinteligência, de avença ou desavença, de

conciliação ou de luta, de concerto ou desconcerto. É esse tipo de relação dialógica, com um discurso que nunca apresenta concordância, que encontramos entre Baquaqua e todos os donos que ele teve. Essa relação está presente no seguinte trecho:

As coisas continuaram cada vez pior e estava muito ansioso para mudar de senhor, então tentei fugir, mas logo fui capturado, amarrado e levado até ele. Em seguida, procurei saber o que faria comigo se fosse infiel e indolente. Então, um dia, quando fui enviado para vender pão como de costume, vendi apenas uma pequena quantia e, com o dinheiro que recebi, comprei uísque e bebi à vontade, depois voltei para casa embriagado. Quando fui fazer as contas do dia, meu senhor, pegou minha cesta e, descobrindo o estado em que as coisas estavam, fui severamente espancado. Eu disse a ele que não deveria mais me chicotear e fiquei com tamanha ira que a ideia de matá-lo me passou pela cabeça (BAQUAQUA, 2017, p. 55).

Percebemos que o uso da bebida alcoólica era recorrente entre os escravizados, visto como uma forma de suportar a condição de vida imposta a eles. De acordo com Friginals (1988), a escassez de comida entre a população escrava tinha como consequência o surgimento de várias doenças, ainda de acordo com o autor, se não fosse a garapa e a cana, da qual se fazia a cachaça, os escravos morreriam de fome. Ou seja, encontravam na cana e na garapa alimentos para complementar suas escassas refeições.

Ainda referente ao trecho acima, Baquaqua diz ao seu dono que não deveria mais chicoteá-lo. Mesmo sabendo que este ato poderia ter consequências, ele procura não se deixar silenciar por um sistema escravagista que torturou e matou milhares de vidas. Baquaqua, sendo um jovem inteligente, poliglota, sempre procura dialogar, ele jamais faz uso da agressividade, a nenhum momento se mostra como um selvagem, estereótipo que era atribuído aos escravizados desde o Brasil colônia. Seu discurso de resistência dialoga com um passado colonial, pois os escravizados, mesmo no continente africano, já se mostravam inconformados com a vida de cativos, e mesmo depois da travessia atlântica, essa labuta pela liberdade continuava, com fugas individuais, coletivas, assassinatos de seus senhores, entre outros.

3.9 BAQUAQUA: SINÔNIMO DE LUTA E RESISTÊNCIA DIÁRIA PRESENTE AINDA NOS DIAS DE HOJE

Uma das características presentes em Baquaqua era não se deixar ser subordinado a ninguém. Assim, isso é possível ver em sua própria terra natal, onde ele vai demonstrar uma relutância que parece acompanhar toda a sua vida. O jovem, juntamente com alguns companheiros, viaja para outra cidade a fim de levarem grãos, que se encontravam escassos

devido às guerras. Chegando lá, são feitos prisioneiros, porém, o jovem, em todo momento não se dá como vencido, isso é narrado no seguinte trecho:

Eu e os meus companheiros (diz Mahommah) corremos em direção ao rio, mas não conseguimos atravessá-lo. Então, nos escondemos debaixo de uma grande touceira, mas nossos inimigos apareceram e descobrindo nosso esconderijo nos fizeram prisioneiros. Colocaram uma corda em volta do meu pescoço e me arrastaram com eles, porém, mesmo amarrado resisti com todas as minhas forças lutando por minha vida (BAQUAQUA, 2017, p. 38).

Percebe-se que a resistência e a luta por sobrevivência estavam intrínsecas em Baquaqua, fazia parte do seu eu, desde muito jovem. E essa constante relutância, como vimos, acompanha-o mesmo depois de fazer a travessia atlântica, como cativo, em uma terra estranha, com povos, línguas e culturas totalmente novos para ele.

Esse relato de resistência do protagonista, ainda na África, contrapõe a ideia de que essa prática escrava é um fenômeno típico das Américas. De acordo com Roquinaldo A. Ferreira (2018), na metade do século XIX, mas provavelmente com origem bastante anterior, os escravos controlados pelas sociedades africanas que rodeavam Luanda também encontravam na fuga uma forma de resistência. De acordo com Paul E. Lovejoy, ainda no continente africano, os escravizados aproveitavam os tempos de crises familiares, com disputas de bens, o que os incluía, para efetuarem fugas. Ainda de acordo com Lovejoy, em Angola, entre os anos de 1846 a 1876 houve por volta de 3.200 escravizados recapturados, ou seja, não havia passividade, conformismo com a vida de escravo. Essa prática de resistência já era constante mesmo no continente africano, não se iniciando nas Américas, mas veio juntamente com os escravizados.

Assim como já havia essa resistência da parte da população escravizada desde a captura na sua terra natal, ainda hoje, no momento contemporâneo, podemos ver essa prática entre a população negra, por meio do Movimento Negro, que acontece não só no Brasil, mas nos Estados Unidos e onde existiu o sistema escravagista. Recentemente tivemos o movimento Black Lives Matter, nos Estados Unidos, que se iniciou como luta contra a brutalidade policial norte-americana e se tornou um movimento mundial pelos direitos da população preta. Além desses movimentos que se espalham mundialmente, a fim de combater todo tipo de discriminação e racismo, as pessoas que sofrem essas práticas têm procurado fazer denúncias das diversas formas de violência racial que têm sofrido.

Outra forma de resistência à escravidão encontrada no meio da população cativa era o suicídio, e isso não foi diferente com nosso protagonista. Percebendo que as coisas continuavam

cada vez pior, não vendo perspectiva alguma e sendo castigado dia após dia, ele pensa em tirar a própria vida:

Por fim, pensei em me afogar. Eu preferia a morte a viver como um escravo. Eu, então, corri para o rio e me joguei nas águas, mas como fui visto por algumas pessoas que estavam num barco, fui resgatado. A maré estava baixa naquele momento, senão seus esforços teriam provavelmente sido inúteis (BAQUAQUA, 2017, p. 55).

Então Baquaqua, exposto a tanta violência, causada por seu dono, tanto sofrimento, tanta angústia, além da saudade constante de sua terra natal e de sua família, não via outra alternativa a não ser o suicídio, tirar a própria vida, assim como ocorreu, durante todo o período escravagista, com tantos outros escravizados, tanto homens como mulheres, que viam nessa ação a última forma de se livrar de uma vida escrava, baseada em dor e sofrimento.

Baquaqua, após não conseguir êxito em colocar um fim a própria vida, é vendido para um traficante de escravos e, posteriormente, para um capitão de um navio, no Rio de Janeiro, passando assim a trabalhar em alto-mar. Com seu novo dono, que se mostrava um homem violento, a vida de castigos continua, assim, como forma de suportar a escravidão, o jovem volta a beber novamente,

Um dia, tive que ir à praia com o meu senhor como um dos remadores. Enquanto estive lá, bebi exageradamente vinho. Quando meu senhor, vendo a situação que eu me encontrava, me perguntou qual era o meu problema, eu disse, ‘nada, senhor’; ele novamente me perguntou, ‘Você andou bebendo?’ eu respondi: não senhor! Assim, sendo mal tratado, aprendi a beber e, a partir disso, aprendi a dizer mentiras (BAQUAQUA, 2017, p. 60).

O capitão do navio então é contratado para levar uma carga de café para Nova York. Baquaqua e os demais escravos, seus companheiros, ficam sabendo que partiriam para uma terra de liberdade, o que desperta na jovem grande alegria. Durante a viagem para os Estados Unidos, o jovem africano, mesmo não estando em boas condições físicas e psicológicas, devido às constantes agressões acometidas por seu dono, mostra-se mais uma vez resiliente e com desenvoltura para criar relações sociais e assim, poder aprender com o outro, o que seria mais uma estratégia de resistência e sobrevivência,

A primeira palavra do inglês que meus dois companheiros e eu aprendemos foi f-r-e-e [L-i-v-r-e]; fomos ensinados por um inglês a bordo, e oh! Quantas vezes eu a repeti. Esse mesmo homem contou-me muito sobre a cidade de Nova York, (ele sabia falar português). Ele me contou como as pessoas de cor em Nova York eram todas livres, e isso me fez sentir muito feliz e ansiava pelo dia vindouro quando estaria lá. O dia, finalmente chegou, mas não foi tarefa fácil fugir, especialmente para dois rapazes e uma moça que só sabiam falar uma palavra em inglês, não encontramos qualquer

amigo para nos ajudar (BAQUAQUA, 2017, p. 63).

Como sempre procurou fazer, Baquaqua tenta tirar proveito da situação. Já os outros dois escravos, um jovem e uma moça, são apresentados na narrativa por ele. Durante a viagem, um homem de nacionalidade inglesa, a bordo do navio, conversa com Baquaqua na língua portuguesa e explica-lhe sobre a cidade de Nova York e que lá não havia a escravidão, já que nesse período, meados do século XIX, alguns territórios pertencentes aos Estados Unidos já haviam iniciado a abolição da escravatura. Por intermédio desse homem, nosso protagonista, juntamente com seus outros dois companheiros, aprendem a primeira palavra em inglês, “free” (livre), e isso lhe desperta uma alegria tremenda em seu coração. Palavra que representava muito mais do que um simples vocabulário aprendido em uma nova língua, mas representava a expectativa de uma nova vida, a tão sonhada liberdade, um dia roubada, que ele buscava sem cessar.

Em relação à palavra em inglês que Baquaqua vem a aprender – “free” – parece haver algo romanceado aí, com uma associação do gênero narrativa escrava com a palavra nova. As narrativas escravas, instrumento favorável à causa abolicionista, tinham como função contribuir para a liberdade escrava, e a palavra em inglês aprendida pelo protagonista significa “livre”, “libertar” ou “livrar”. Ou seja, percebemos novamente a interferência de Moore, o editor da obra, que procura criar uma narrativa comovente, que convencesse as pessoas de que a escravidão era algo ruim e tinha que ter um fim. Sendo assim, ele faz essa associação da palavra inglesa “free” com o que se almejavam na época, século XIX, a liberdade da população escrava.

Estando em um novo país, em contato com a língua inglesa, Baquaqua vem a aprendê-la, o que vai contribuir para novas mudanças em sua subjetividade, a qual vai sendo construída na linguagem. Lembrando que a subjetividade do jovem africano já vinha sofrendo alterações ao longo de suas interações por onde passava, desde o navio negreiro, Brasil e agora os Estados Unidos.

3.10 BAQUAQUA: REPRESENTAÇÃO DE LIBERDADE E DIAS MELHORES PARA UMA POPULAÇÃO NEGRA

Chegando nos Estado Unidos, Baquaqua e o restante da tripulação são bem recebidos e várias pessoas os perguntam se eles eram pessoas livres. O capitão do navio, ciente de que uma boa parcela da população negra era livre nos Estados Unidos e temendo que o jovem e os demais

deixassem o recinto, adverte-os de que Nova York era um lugar perigoso e que as pessoas poderiam matá-los. Porém, Baquaqua não deu muito ouvidos ao seu senhor,

Um dia, depois de ter tomado bastante vinho, fui imprudente ao dizer que não ficaria mais a bordo, que eu seria livre. O capitão, ouvindo isso, me chamou lá embaixo e ele e mais três tentaram me prender, mas não conseguiram; no fim, porém, conseguiram me prender num quarto da proa. Fiquei em confinamento vários dias (BAQUAQUA, 2017, p. 63).

Mais uma vez, Baquaqua, por meio do diálogo, da linguagem, tenta se impor, enfrentando o capitão, assim como já havia feito anteriormente, dizendo que seria livre. Alguns dias depois, policiais vão ao navio e declaram que todos a bordo eram pessoas livres, o que não agradou o capitão. Baquaqua, o outro escravo e a moça foram levados e questionados se gostariam de ficar nos Estados Unidos ou voltar ao Brasil,

O cônsul brasileiro estava lá e quando fomos chamados, perguntaram-me se desejávamos permanecer ali ou voltar para o Brasil. Respondi pelo meu companheiro e por mim que nós não queríamos voltar, mas a escrava que estava conosco disse que iria retornar. Não tenho dúvidas de que ela preferia ficar, mas vendo o capitão ali, ficou intimidada teve medo de falar o que pensava, e assim o fez meu companheiro também. Eu falei ousadamente que preferia morrer a retornar à escravidão! (BAQUAQUA, 2017, p. 65).

Como sempre procurou fazer, Baquaqua não se deixa silenciar, pelo contrário, fala por si e pelos companheiros, se mostrando como um verdadeiro líder, se impondo. Outra vez ele diz que prefere a morte a viver numa vida de escravidão, algo que era comum entre muitas pessoas escravizadas. Nosso protagonista, por meio de sua linguagem, mostra resistência, coragem, se posiciona, enfrenta, toma frente com firmeza diante de um sistema escravagista que silenciava e matava. Como o outro escravo permanece calado, Baquaqua fala por ele. Já a escrava, também pertencente ao capitão, responde que preferia voltar ao Brasil. Para o protagonista, ela tinha vontade de permanecer em Nova York e, assim, alcançar a liberdade, porém, com medo de seu dono, responde o contrário. Vemos aí uma relação de poder, onde a simples presença do capitão intimidava a escrava, sendo assim, ela não diz o que realmente pensa.

Percebemos que tanto a escrava como o outro escravo do capitão, diferente de Baquaqua, não se impõem. Eles são influenciados e amedrontados pelos discursos escravagistas que pairavam na época. Discursos que eram sempre carregados de violência, agressões e toda forma de crueldades, usados para manter o domínio da população escrava, funcionando como uma prática ideológica que naturalizava a prática da escravidão.

Após esse episódio, eles passam alguns dias indo e voltando da cela para serem interrogados, o que provoca grande temor em Baquaqua, que só de pensar em voltar ao Brasil como escravizado, o fazia tremer. Porém, nesse período de angústia e incertezas, eles têm a ajuda de simpatizantes abolicionistas e conseguem fugir da prisão, indo para a cidade de Boston, em Massachusetts.

Lá permaneci sob a proteção deles por cerca de quatro semanas, quando ficou combinado que eu deveria ser enviado à Inglaterra ou ao Haiti. Fui consultado sobre o assunto para saber o que eu preferia e, depois de ter refletido por algum tempo, pensei que o clima no Haiti seria mais parecido com aquele de meu próprio país e que seria melhor à minha saúde e meus sentimentos (BAQUAQUA, 2017, p. 66).

Baquaqua, como sempre procurava fazer, decide por si, escolhe ir para o Haiti, provavelmente porque se tratava de um país em que quase toda a população era composta por negros, descendentes de africanos. Aquela nação já tinha alcançado a independência por meio de guerras e muito sangue no início do século XIX. Então, o jovem acha que o contato com esses povos, que partilhavam uma cultura pertencente ao mesmo continente que o seu, seria vantajoso para ele, além do clima que seria parecido com seu país e, assim, poderia talvez amenizar a saudade que tinha de sua terra.

Durante a viagem ao Haiti, Baquaqua interage com um homem negro, provavelmente livre, que lhe tenta passar alguns conhecimentos acerca da vida,

Havia a bordo de um homem de cor chamado Jones que falava perfeitamente o espanhol. Durante a viagem ele se esforçou para me ensinar a definição correta das coisas, até aquele momento, havia formado uma noção absurda sobre tudo que se passava a minha volta. Por exemplo, uma pessoa que caminhasse ao sol enxergaria sua sombra, a este respeito, fui levado a acreditar que aquilo se tratava da alma do homem. Muitas vezes ouvi que após a morte do corpo a alma (até então era a sombra) dirigia-se ao céu e o corpo voltaria à terra. Sua explicação sobre esta sombra muito me intrigou, mas a solução do mistério agradou-me ainda mais e comecei a me sentir orgulhoso do meu aprendizado (BAQUAQUA, 2017, p. 66).

Nesse trecho, mais uma vez o protagonista trava diálogos com o outro, neste caso, um homem negro que falava perfeitamente o espanhol. Provavelmente, a comunicação entre eles se deu nessa língua, reforçando mais uma vez a facilidade que Baquaqua tinha para aprender línguas. Esse homem, possivelmente, era um liberto, dotado de um grande conhecimento e que propõe a ensinar Baquaqua algumas coisas. Ainda durante a viagem ao Haiti, nosso protagonista trabalha para o capitão do navio, mantendo mais uma vez uma relação social que contribui para sua aquisição de conhecimento e, posteriormente, novos discursos. Percebemos que em todas as travessias atlânticas, a começar pelo próprio navio negreiro, o jovem africano

procura adquirir conhecimento, além de ganhar experiência na vida marítima e em sua vida de maneira geral, o que contribui, como já vimos, também para uma mudança na sua subjetividade.

3.11 BAQUAQUA NO HAITI: UMA HERANÇA ESCRAVOCRATA QUE INSISTE EM NÃO FINDAR

Chegando no Haiti, Baquaqua se sente livre por se encontrar num país onde não existia mais a escravidão, pois por lá a abolição da escravatura, juntamente com a independência, já tinham sido declaradas por meio de revoltas escravas. De acordo com Marcel Dorigny (2019) em sua obra *As abolições da escravatura: no Brasil e no mundo*, nenhuma rebelião escrava conseguiu pôr um fim na escravidão, exceto São Domingos, entre 1791 e 1803, que passa a se chamar Haiti após a independência. Porém, passados alguns dias, Baquaqua começa a enfrentar dificuldades, pois não falava a língua local e não tinha meios para se sustentar, se tornando um andarilho e se sentindo um estranho em um lugar totalmente novo para ele. Enfim, o jovem consegue um trabalho,

Finalmente, arranjei um trabalho como cozinheiro na casa de um homem de cor, de origem americana, mas ele era um homem muito mau e não permaneci em sua companhia por muito tempo. Ao anoitecer ele me levava até a escadaria e me apontava o chão, onde eu deveria dormir, embora houvesse uma cama num canto da sala, mas assim que dava às costas me lançava naquela cama e dormia profundamente até o nascer do sol. Quando ele descobriu que eu havia dormido em sua cama me espancou violentamente e, depois deu ordens para que não repetisse mais aquilo, mas na noite seguinte desacatei suas ordens e fiz tudo novamente (BAQUAQUA, 2017, p. 67).

Encontramos nesse trecho a presença de dois sujeitos apresentando discursos distintos, contrários. De um lado, temos o protagonista, com um discurso libertário, tentando não se calar, se impondo. Do outro lado temos um homem negro, de origem norte-americana e com um discurso e um comportamento parecido com o de homens brancos. Esse homem, possivelmente, tinha um certo poder de posse, já que deu emprego a Baquaqua. Então, possuindo recursos, esse homem negro, assim como boa parcela da população branca da sociedade daquela época, acaba exercendo uma relação de poder e dominação sobre os demais, principalmente em relação à população negra e pobre, o que era o caso da maioria da população do Haiti. Dessa forma, ele não vê problema algum em humilhar e violentar a população africana e seus descendentes, prática que ele exerce sobre Baquaqua, mesmo compartilhando da mesma cor.

Este acontecimento, mais uma vez vem dialogar com a obra de Marcelino Freire (2005), *Contos negreiros*, em específico com o conto “Solar dos príncipes”. O conto aborda sobre cinco jovens negros que decidem visitar um prédio de classe média localizado em um bairro nobre para poderem fazer um documentário sobre a vida desses moradores ricos. Mas ao chegarem ao prédio, deparam-se com um porteiro negro que demonstra medo em relação aos jovens, conforme vemos em sua fala: “A primeira mensagem do porteiro foi: ‘Meu Deus!’ A segunda: ‘O que vocês querem?’ ou ‘Qual o apartamento?’ ou ‘Por que ainda não consertaram o elevador de serviço?’” (FREIRE, 2005, p. 23).

De acordo com Jesus e Camargo (2019), essas palavras proferidas pelo porteiro explicitam uma mensagem transmitida há tempos em relação à população negra, principalmente aquela pobre, que é vista dentro da sociedade como inferiorizada, como bandida. O porteiro, de imediato, vê os jovens com desconfiança, reflexo do ambiente em que está inserido, o prédio residencial onde trabalha, local que predominam pessoas brancas e que provavelmente desprezam e inferiorizam as pessoas pobres e negras.

Ainda de acordo com os autores, o porteiro, mesmo sendo negro, apresenta um discurso preconceituoso e racista em relação aos jovens. Entre suas falas, há a inferiorização dos jovens ao questionar que ainda não consertaram o elevador de serviço, identificando-os como operários ou coisa do tipo e que estão ali, provavelmente, para prestar algum serviço no prédio. Para Jesus e Camargo (2019), esse discurso apenas reforça mais um antigo estereótipo em relação à população negra brasileira, e que ainda tem circulado na sociedade, de que essa população é vista ocupando apenas empregos subalternos.

Em sua obra *Racismo Estrutural*, Almeida (2019) diz que pessoas negras tendem a reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Fazendo parte de uma estrutura social racista e sofrendo as mais diversas pressões, o mais comum é que a própria população negra internalize a ideia de uma sociedade classificada entre negros e brancos, em que a população preta é subordinada aos brancos. Ainda de acordo com Almeida (2019), se boa parte da sociedade enxerga o negro como suspeito, se o negro aparece na TV como suspeito, se poucos elementos fazem crer que negros sejam outra coisa a não ser suspeitos, é de se esperar que pessoas negras também achem outras pessoas negras suspeitas, especialmente quando fazem parte de instituições estatais encarregadas da repressão, como é o caso de policiais negros.

Corroborando com a ideia de Almeida (2019), encontramos nesses dois sujeitos negros, a reprodução de discursos geralmente encontrados na sociedade branca. Assim, tanto o homem de origem norte-americana que deu emprego a Baquaqua como o porteiro do prédio, no conto,

por meio de suas falas e atitudes, contribuem para reforçar vários estereótipos que têm marcado a população negra atualmente, vista como suspeita, inferiorizada e ocupando apenas empregos subalternos dentro da sociedade. Percebemos que essas vozes de inferiorização à população negra vem desde a época do Brasil colônia e ainda hoje, no momento contemporâneo, continuam a ecoar.

Baquaqua, novamente sem emprego, volta a perambular pelas ruas e mais uma vez se entrega à bebida, sem ver nenhuma expectativa de vida. É nessas circunstâncias que o jovem conhece um casal de missionários batista, o reverendo Sr. William L. Judd e sua esposa que o acolhem. Sendo assim, Baquaqua passa a trabalhar para o Sr. Judd e convive com o casal por cerca de dois anos. Percebemos que o editor procura, a todo momento, elevar a importância de seu segmento religioso, apresentando os missionários Sr. Judd e sua esposa como boas pessoas, caridosas, que buscam ajudar ao próximo, além de disseminar sua religião entre os povos.

Na presença do casal, Baquaqua acaba se convertendo ao Cristianismo. Porém, Lovejoy (2002), caracteriza a nova experiência religiosa que o protagonista conhece como superficial e oportunista em certa medida, e enxerga nela mais uma estratégia de sobrevivência, parecendo ser também a última carta tirada da manga, o último recurso que o jovem encontrou, visando assim um futuro e quem sabe um retorno ao seu país de origem.

Baquaqua, depois de aceitar o Cristianismo, é batizado pelo Sr. Judd,

Guiei-o por um apazível caminho até que chegou ao lugar adequado onde alcançou uma altura suficiente de água, então, perguntei-lhe se gostaria de dedicar-se inteiramente a Deus para o bem do mundo. Ele respondeu: ‘Sim, Sr. Judd, desejo fazer tudo para Deus, todo o bem’. Nas águas do grande abismo que banham tanto a África como o Haiti, deitei-o para a liberdade eterna. No batismo enterrei-o para Cristo na esperança de que fosse sustentada sua face como um mensageiro da misericórdia para a enegrecida terra do seu nascimento (BAQUAQUA, 2017, p. 69).

Nesse trecho percebemos a voz do Sr. Judd durante o batismo de Baquaqua, porém, a fala do missionário é interpretada pela fala do editor. Sendo assim, podemos identificar, de acordo com os conceitos de vozes de Bakhtin, mais uma vez a presença de polifonia, com pelo menos três vozes se sobressaindo, independentes e imiscíveis. Na voz do editor, é usado o termo “enegrecida terra do seu nascimento”, o que remete a algo negativo, ou seja, novamente o continente africano, juntamente com sua cultura, seu povo, é caracterizado de forma depreciativa em relação aos países ocidentais. Já a voz de Baquaqua aparece quando ele responde sobre a decisão que tomara em relação ao Cristianismo.

Ainda durante a estadia de Baquaqua no Haiti, ou seja, no final da década de 1840, de acordo com Lovejoy (2002), a situação política era muito instável naquele lugar, o que não é diferente atualmente, pois o país herdou, de um período escravagista, a pobreza e miséria que teimam em acompanhá-lo ainda hoje. Sendo assim, com possíveis conflitos e guerras naquela época, o jovem africano é enviado para Nova York,

Diante dessa situação, fui informado que saísse o mais rápido possível do Haiti. Deram-me, então, uma passagem num navio rumo à cidade de Nova York com a intenção que fosse preparado segundo o Evangelho de Boas Novas. Eu o transmitiria com júbilo aos meus ignorantes conterrâneos que ainda permaneciam fieis ao Falso Profeta, Mohamed. Eu seria preparado para o breve retorno junto ao meu povo, na África (BAQUAQUA, 2017, p. 68).

Nesse discurso de Baquaqua, há paralelamente, a voz do editor, que se dirige aos africanos como ignorantes conterrâneos, caracterizando-os como pessoas sem instrução, ausentes de conhecimento, estúpidos. Há a desqualificação do povo africano, em relação à cultura ocidental, vista como hegemônica e sua religião como única e verdadeira ao fazer uso do termo Falso Profeta. Ao usar esses termos, o editor deixa implícito que os seguidores da religião islâmica são considerados estúpidos, rudes, em contrapartida, os seguidores do Cristianismo, religião ocidental, a que ele pertencia, são vistos como pessoas instruídas, cultas. Percebemos nessa fala uma relação de poder, transmitida por um discurso dominante no século XIX, o que não é diferente nos dias de hoje, pois, ainda no momento presente, ressoa um discurso de inferiorização ao continente africano, seu povo, sua cultura e seus descendentes no Brasil.

Assim como já acontecia no momento em que Baquaqua passa pelo Haiti, atualmente esse país ainda tem sofrido as diversas consequências de uma colonização europeia. Dessa forma, os haitianos têm deixado o país devido à instabilidade política e econômica que se vive lá, com constantes conflitos políticos, crises econômicas e catástrofes naturais. No ano de 2010, o país sofreu um intenso terremoto que devastou o território. Além disso, o país concentra extrema pobreza entre a população, o que dificulta a reconstrução a cada novo episódio de devastação.

Silvio Almeida (2019) defende que a população negra haitiana, escravizada e explorada por colonizadores franceses, por meio da revolução, buscava-se fazer com que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela Revolução Francesa fossem estendidas também a ela, mostrando-se opositores a um poder que consideravam tirano, negando-lhes a liberdade

e o reconhecimento de igualdade. Como resultado, os haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência em 1804.

Ainda de acordo com Almeida (2019), a Revolução Haitiana deixou evidente que o projeto liberal-iluminista não estendia a igualdade a todos os homens e muito menos o reconhecimento como seres humanos. Isso explicaria porque a civilização, defendida pelo iluminismo, não poderia ser por todos partilhada. Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa encararam a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar.

Como consequência dessa ousadia do Haiti, ainda hoje vemos cenas que dialogam com o passado colonial daquele país. Em setembro de 2021, agentes norte-americanos foram flagrados na fronteira entre Estados Unidos e México montados a cavalo usando rédeas para ameaçar imigrantes haitianos próximo a um acampamento improvisado em Del Rio, no estado do Texas. Nas redes sociais, onde circularam as imagens, houve comentários de que as cenas de homens brancos a cavalo perseguindo negros encontram ecos nas injustiças históricas sofridas por pessoas negras, africanos e seus descendentes. Essa cena tem paralelo com a captura de Baquaqua, capturado e levado de navio às Américas para ser escravo, enquanto os haitianos foram atrás de trabalho nos Estados Unidos, uma forma de escravidão moderna, porém, no século XXI, essa mão de obra não interessa. Essa tentativa dos haitianos em entrar em outros países das Américas em busca de trabalho, de uma vida melhor, caracteriza como uma forma de resistência, uma forma de sobrevivência, de um povo, descendente de africanos, que vem sofrendo desde que era colônia europeia.

Figura 5 – Cenas que dialogam com um passado colonial



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58638622>. Acesso em: 20 maio 2022.

3.12 BAQUAQUA NA FACULDADE: O RACISMO ESTRUTURAL PRESENTE NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

Retornando do Haiti, Baquaqua é enviado para McGrawville, estado de Nova York, para estudar. Nesse período ele sofre com o racismo, mesmo estando em um país onde existiam pessoas que lutavam em prol dos escravos, com alguns estados já iniciando a abolição da escravatura.

Enquanto estive na faculdade certos jovens cavalheiros que ali estudavam não me aceitaram totalmente por causa da minha cor. Eles faziam certas piadas de mau gosto e até intrigas com os professores, planejando todos os tipos de trapagens contra mim. Quando por algum motivo eu ficava ausente eles espalhavam meus livros e papéis por toda a sala e os amontoavam numa grande pilha. Eles também tapavam a tubulação do meu fogão com chuchu, de modo que, quando tentava acendê-lo meu quarto era tomado pela fumaça. Não entendia o motivo pelo qual eles me perseguiam daquele jeito, com exceção de que não aceitavam a minha cor e que achavam que eu era um bom motivo para que gastassem o seu sarcástico e escarnecedor humor (BAQUAQUA, 2017, p. 73).

Nesse trecho, Baquaqua expõe as formas de racismo que enfrentou durante o período que passou na faculdade. De acordo com Almeida (2019), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que se fundamenta na raça, se manifestando por meio de ações conscientes ou inconscientes resultando em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Ainda de acordo com o autor, a discriminação racial se dá por meio de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Sendo assim, a discriminação acontece quando há a possibilidade efetiva do uso da força, pelo meio do qual é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. No caso de nosso protagonista, oriundo do continente africano e estando nos Estados Unidos, era facilmente identificado racialmente. Compartilhando a mesma sala com outros alunos, provavelmente brancos, de origem estadunidense, o jovem africano era constantemente humilhado por meio de diversas práticas discriminatórias, práticas que provavelmente eram encaradas como simples brincadeira, inclusive pelos próprios professores.

Ainda de acordo com Almeida (2019), o racismo não é apenas uma ação discriminatória ou um conjunto de atos, mas trata-se de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio distribuídos entre grupos raciais venham a se reproduzir nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Tudo isso, juntamente com as ações discriminatórias sofridas por Baquaqua na faculdade vem dialogar, mais uma vez, com a obra *Contos negreiros*, de Marcelino Freire (2005), em especial com o conto “Curso superior”. O conto em discussão

apresenta um jovem negro dialogando com sua mãe sobre as incertezas que carrega em relação a entrar para a faculdade, pois ele enxerga a instituição não como um lugar que contribuirá para sua formação, mas sim como um ambiente que vai evidenciar ainda mais as injustiças sofridas por ele, assim como é visto com Baquaqua enquanto esteve na faculdade e também acontece com uma boa parcela da população negra brasileira.

De acordo com Jesus e Camargo (2019), o personagem do conto se vê angustiado, pois tem receio que será mais cobrado pelo professor do que os outros alunos, brancos, privilegiados. Ele é representado no conto da mesma forma que no cotidiano da vida real da maioria dos jovens negros brasileiros, inferiorizado, hostilizado, não aceito pela sociedade. Durante o diálogo, a mãe do jovem, assim como várias mulheres negras, se vê e aceita essa inferioridade imposta pela sociedade, e diz ao filho que ele deveria pensar bem antes de se misturar com um branco. Assim, “O meu medo é a loira gostosa ficar grávida e eu não sei como a senhora vai receber a loira gostosa lá em casa se a senhora disse um dia que eu devia olhar bem para a minha cara antes de chegar aqui com uma namorada hein mãe não sei” (FREIRE, 2005, p. 97).

O conto finaliza com o jovem pensando que andando pelas ruas sem emprego, mesmo portando um diploma superior, numa sociedade racista, seria um alvo fácil para a polícia, assim como acontece com tantos outros jovens negros brasileiros, que carregam no tom da pele o estereótipo de delinquente, ladrão, perigoso.

Tanto no episódio de Baquaqua na faculdade como no conto “Curso superior”, é retratado o racismo que predomina nas instituições. De acordo com Almeida (2019), o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que mesmo indiretamente, confere desvantagens e privilégios com base na raça. Para o autor, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. Por sua vez, as instituições são apenas o reflexo de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos, isto é, as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Ou seja, o racismo é parte da ordem social, não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido.

Ainda de acordo com Almeida (2019), em uma sociedade que convive com o racismo diariamente, as instituições que não encararem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial, tendem a reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. Quando não se há, nas instituições, espaços ou mecanismos institucionais para tratar

de conflitos raciais e sexuais, o que se vê são as relações do cotidiano no interior das instituições reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas.

Tanto o episódio de Baquaqua na faculdade, quanto o do jovem que dialoga com a mãe, ainda vem dialogar com o contexto atual, referente a cotas dentro da universidade. Desde que a medida foi adotada no país a partir do ano de 2000, o que não faltam são argumentos contra e a favor no meio da sociedade em relação à política de cotas raciais para se ingressar em universidades públicas no Brasil. Existem pessoas que defendem não ser uma forma justa e coerente de ampliar o acesso às instituições públicas de ensino superior que, historicamente, reúnem, em sua maioria, estudantes brancos pertencentes às classes médias e altas, principalmente nos cursos mais concorridos, como medicina. Em contrapartida, existe uma parcela defensora dessa política, como sendo a solução para reduzir as disparidades sociais, econômicas e educacionais no país. Alguns ainda defendem que seria, inclusive, uma forma de pagar uma dívida histórica com a população negra brasileira, descendentes de um povo que foi escravizado.

Então, percebemos uma relação dialógica entre a biografia de Baquaqua, o conto “Curso superior” e a atualidade, com instituições educacionais reproduzindo um discurso de racismo, algo que tem feito parte do cotidiano da sociedade e que parece ser encarado como algo normal, já que há toda uma ideologia em volta que contribui para a normalidade e aceitação dessa prática. Porém, mesmo Baquaqua passando por tudo isso na faculdade, sofrendo todo o tipo de racismo, não desiste dos estudos, se mostrando mais uma vez resiliente. O jovem tenta voltar ao continente africano, porém não alcança êxito. A última notícia que se tem dele é de sua chegada em Londres em 1855 e seu último registro se dá em 1857.

Não se sabe se isso seria mais uma estratégia usada por ele, algo proposital, não querer aparecer mais. Será que a aceitação do Cristianismo foi somente uma forma de se aproximar de pessoas que poderiam mandá-lo de volta ao seu país? Quem sabe ele retornou a sua pátria-mãe, revendo seus familiares e seguindo a religião que conheceu desde criança?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa se deu devido mais a uma inquietação pessoal, pois me sinto incomodado e às vezes revoltado vendo, diariamente, por meio de noticiários, uma parcela da população negra brasileira sendo tratada de forma diferenciada, dentro de uma sociedade que se mostra cada dia mais intolerante com essas pessoas. Assim, tive como objetivo principal entender a condição da população negra na atualidade, principalmente no Brasil. Busquei compreender por que uma grande parcela da população brasileira, composta em sua maioria por negros e pardos, ainda vem sofrendo diariamente todo o tipo de agressões físicas e psicológicas, em um racismo estrutural que se diz não existir. Tentei compreender por que no momento presente vemos reverberar ecos de uma abolição incompleta, com um país trazendo fortemente enraizado um discurso racista e discriminatório, o que tem alterado a condição de vida de milhares de pessoas negras na atualidade.

Como resultado dessa pesquisa, pude identificar como o racismo estrutural, fundado em séculos de escravização negra, ainda influencia a violência racista no mundo contemporâneo, não só no Brasil, mas onde houve essa instituição. Sendo assim, esse passado ainda insiste em assombrar uma grande parcela da população negra brasileira, tratada com todo o tipo de violência, em uma sociedade fundamentada no racismo, com a predominância de discursos que tem funcionado como forma de dominação e poder sobre essa população negra.

A propagação do racismo, de acordo com Almeida (2019), acontece por meio do folclore, das piadas e dos misticismos, que funcionam como veículos de propagação para essa prática, pois é por meio da cultura popular que haverá a naturalização da discriminação no imaginário social. Sendo assim, essa prática que acontece desde o Brasil colônia ainda vem acontecendo no momento presente, não só em terras brasileiras, mas onde houve a instituição escrava. Assim, identificarmos que os discursos escravagistas ainda ressoam, de maneiras diferentes, como ecos que tendem a humilhar e discriminar a população negra. Desse modo, como as vozes de angústia, opressão e sofrimento, presenciadas no interior da narrativa de Baquaqua, podemos perceber também essas vozes no momento atual, em uma população que diariamente sofre as consequências de uma abolição incompleta.

Encontramos, diariamente, sujeitos com comportamentos e atitudes que lembram o passado escravocrata, com pessoas praticando atos racistas por meio de injúrias raciais, isso quando não partem para as agressões físicas. As vozes de angústia, medo e choro encontrados no interior da narrativa, tanto por Baquaqua, como os demais escravizados que aparecem, ainda reverberam na atualidade. Ainda é possível presenciar vozes, misturadas ao choro, sendo

ouvidas diariamente num Brasil que ainda carrega traços de um período escravagista, mesmo depois de 134 anos após a abolição. Como herança de um passado escravocrata, vemos brasileiros, principalmente jovens negros, sofrendo diversos tipos de violência, como se fossem animais, descartados em rios como lixo, sendo na maioria das vezes mortos por policiais, que deveriam protegê-los.

Também percebemos, por meio desta pesquisa, que a biografia analisada, escrita no século XIX, traça um paralelo, uma comunicação, por meio do dialogismo com textos contemporâneos. Mesmo com a passagem do tempo, ainda podemos encontrar muitos ecos da própria história de Baquaqua sendo mostrada em contos da atualidade, como em *Contos negreiros* de Marcelino Freire, que apresenta em seus escritos a vivência de pessoas negras nos dias de hoje, contos que por mais que sejam fictícios, retratam uma realidade cruel, desumana vivida pela maioria da população preta brasileira. O que se percebe é que os elementos discursivos em relação ao racismo presentes na narrativa analisada, o que já era visto desde o início da colonização no Brasil, ainda podem ser vistos no momento atual. Esses discursos racistas, que nasceram juntos com a escravização do povo africano, não se findaram com o fim da instituição, mas se mantêm fortes de formas diferentes no momento contemporâneo, entre uma sociedade que foi alicerçada no racismo e que tem se mostrado cada vez mais intolerante às pessoas negras.

Porém, percebemos que, mesmo sofrendo diariamente, assim como Baquaqua em nossa narrativa, a população negra brasileira tem se mostrado resistente, não se deixando silenciar por um sistema que ainda tenta, de todas as formas abafar suas vozes, por meio de um racismo estrutural. Assim como já acontecia no continente africano, com a população escrava resistindo de todas as formas possíveis, vemos que a população negra brasileira herdou essa prática de resistência, e por meio de lutas e movimentos vem reivindicando seus direitos. Esses movimentos negros que vemos, atualmente, já aconteciam de outras formas entre a população escrava, com os cativos sempre lutando em prol de sua liberdade. Não só no Brasil, mas esse movimento negro tem atuado em todos os países onde houve o sistema escravagista e que deixou como herança um racismo estrutural.

Como sujeito negro que sou, também busco não me calar diante de um sistema que procura emudecer a população preta de todas as formas possíveis. E uma das formas de não se deixar silenciar, é a própria busca do conhecimento, o que tenho feito em minha vida diária. E posso dizer que a realização desse mestrado é mais uma forma de resistência em minha vivência, sendo também determinante para novas mudanças em minhas convicções, além do acréscimo de conhecimento para meu desenvolvimento pessoal e também como pesquisador.

Cursar esse mestrado apenas corroborou para a existência de um racismo estrutural no país, por mais que se puguem a ausência dessa prática no Brasil. Então, como pesquisador e ao mesmo tempo fazendo parte da população negra brasileira, tenho a convicção de que a luta da população preta deve ser diária, e que o racismo não vai acabar, pelo menos tão cedo.

Com esses discursos racistas, de inferioridade, de subalternidade, herança de um período escravocrata, circulando fortemente em meio a sociedade, em relação à população negra, cabe a nós, enquanto professores, atuarmos em sala de aula de forma a mitigar essa prática, conscientizando os alunos que a população negra, desde a época da escravização, já reivindicava por seus direitos, por meio de revoltas e fugas. Devemos mostrar aos estudantes que a população escrava, assim como o protagonista Baquaqua, sempre procurou resistir à escravidão, demonstrando capacidade e inteligência, por mais que tivessem teorias que defendiam o contrário. Devemos conscientizar os discentes de que a população negra brasileira, herdou do povo africano essa resistência que se iniciou ainda naquele continente. Mostrar a resiliência que tem acompanhado a população negra brasileira, assim como nosso protagonista Baquaqua e a maioria dos escravizados, que se mostravam inconformados com a vida que levavam.

De acordo com Almeida (2019), com uma sociedade pautada num discurso racista, apresentando pessoas negras como suspeitas, o mais comum é que a própria população negra internalize a ideia de uma sociedade classificada entre negros e brancos, em que os negros são subordinados aos brancos. Dessa forma, devemos levar para a sala de aula uma literatura que dê visibilidade a protagonistas negros, fortes, que lutam, que vencem, que se mostram resilientes, para assim, os alunos da rede pública, em sua maioria negros e pardos, possam se identificar com esses personagens, que não se resumem apenas em estereótipos traçados ao longo do tempo, estereótipos que vemos diariamente em nosso cotidiano, por meio de noticiários, internet, novelas e filmes, onde, frequentemente, as pessoas negras são retratadas como suspeitas, ou em funções de subalternidade dentro da sociedade.

Por fim, cabe a nós, docentes, iniciarmos esse trabalho em sala, e tentar diminuir essa prática discriminatória em relação à população negra brasileira, pois se nada fizermos, enquanto profissionais da educação, o que veremos será um círculo que tende a não se acabar, mas que se perpetuará por um longo período, em uma sociedade que parece fechar os olhos para o racismo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **O império do divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALBUQUERQUE, D. de S. L.; VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX. **Revista Economia**, Brasília, v. 14, n. 1A, p. 211-225, jan./abr. 2013.
- ALENCASTRO, L. F. de. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALONSO, A. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AVELAR, L. E. B. **A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AZEVEDO, C. M. M. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.
- AZEVEDO, G. C.; SERIACOPI, R. **História em movimento**. vol. 2. São Paulo: Ática, 2014.
- AZZI, R. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008. (Cultura e Religião).
- AZZI, Riolando. **A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BADILLO, J. S. Igreja e escravidão em Porto Rico no século XVI. *In*: PINSKY, J. *et al.* (org.). **História da América através de textos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's poetics**. 3. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAQUAQUA, M. G. **Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África**. São Paulo: ed. Uirapuru, 2017.
- BASTIDE, R. Os suicídios em São Paulo, segundo a cor. **Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 71, p. 1-49. 1943.

BENEZET, A. A short account of that part of Africa inhabited by the negroes, &c (1762). *In*: BENEZET, A.; WESLEY, J. **Views of American Slavery taken a Century ago**. Philadelphia: L. Johnson & Co, 1858a. p. 51-65.

BENEZET, A. Caution and warning to Great Britain and her colonies on the calamitous state of the enslaved negroes in the British dominions (1766). *In*: BENEZET, A.; WESLEY, J. **Views of American Slavery taken a Century ago**. Philadelphia: L. Johnson & Co, 1858b. p. 29-50.

BETHELL, L. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869**. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

BLACKBURN, R. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno (1492-1800)**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. 1. Impr. São Paulo: Contexto, 2008.

BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 1. ed. 2. impr. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro, 1988.

CABRAL, S. e CAROLA, R. A escrita de si e a busca de liberdade: a narrativa de Mahommah Baquaqua. **ANTARES: Letras e Humanidades**, v. 11 n. 22, p. 116-141, mar. 2019.

CASCUDO, L. da C. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1983.

CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONCOLATO, B. M. **Do escravismo às políticas de ações afirmativas: o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/617/1/biancamachadoconcolatovieira.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

CONRAD, R. E. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONRAD, R. E. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. Trad. Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA, E. A. da S. **História de Angola**. Lisboa: Editorial Ática, 1937. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa. Série E, Império Africano).

COSTA, E. V. da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

COSTA, E. V. da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue.** A rebelião dos escravos em Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CROCKETT, H. The Incendiary Pamphlet: David Walker's *Appeal* in Georgia. **Journal of Negro History**, v. 86, n. 3, p. 305-318, 2001.

DAVIS, C. T.; JR GATES, H. L. (ed.). **The Slaves' Narrative.** New York: Oxford University Press, 1985.

DAVIS, D. B. **O problema da escravidão na cultura ocidental.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DORIGNY, M. **As abolições da escravatura:** no Brasil e no mundo. Tradução de Cristian Macedo e Patrícia Reuillard. São Paulo: Contexto, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Coordenação da trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UNB, 2001.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo:** as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FERREIRA, R. África durante o comércio negreiro. *In:* SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FINSETH, I. David Walker, Nature's Nation, and Early African American Separatism. **Mississippi Quarterly**, v. 54, n. 3, p. 337-362, 2001.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2008.

FLANDRIN, J.-L. **A alimentação camponesa na economia de subsistência.** *In:* FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. História da alimentação. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

FRAGINALS, M. M. **O engenho:** complexo socioeconômico cubano. São Paulo, Hucitec, 1988.

FREIRE, M. **Contos Negreiros.** São Paulo: Record, 2005.

FREUDENTHAL, A. Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, 1997.

GARRISON, W. L. Declaration of Sentiments of the American Anti-Slavery Convention (Philadelphia, December 6th, A. D. 1833). *In:* **Selections from the Writings of W. L. Garrison.** Boston: R. F. Wallcut, 1852. p. 66-71.

GENOVESE, E. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOULART, J. A. **Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista/ INL, 1972.

GOULART, J. A. **Da palmatória ao patíbulo (castigo de escravos no Brasil)**. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

HOJE EM DIA. Polêmica das cotas dentro das universidades. **Hoje em Dia**, publicado em 3 maio 2018, atualizado em 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/editorial1.334042/pol%C3%AAmica-das-cotas-dentro-da-universidade-1.618666>. Acesso em: 22 mar. 2022.

JESUS, M. T. P. de; CAMARGO, F. P. Representações do homem negro em Contos negreiros, de Marcelino Freire. **Via Litterae, Revista de Linguística e Teoria Literária**, v. 11, n. 2, p. 237-252, 2019.

KLEIN, H.; ENGERMAN, S. L.; HAINES, R.; SHLOMOWITZ, R. Transoceanic Mortality: The Slave Trade in Comparative Perspective. **The William and Mary Quarterly Third Series**, v. 58, n. 1, p. 93-118, jan. 2001 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2674420>. Acesso em: 24 out. 2014.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins fontes, 2005.

LESSA, V. T. **Anais da 1a Igreja Presbiteriana de São Paulo - 1863-1903**. Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

LEVINE, R. S. The slave narrative and the revolutionary tradition of American autobiography. *In*: FISCH, A. **The African American Slave Narrative**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2007. p. 99-114.

LOVEJOY, P. E. “Freedom Narratives” of Transatlantic Slavery. **Journal Slavery Abolition**, v. 32, p. 91-107, 2011.

LOVEJOY, P. E. Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mohammah G. Baquaqua para as Américas. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 9-39, 2002. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/770/77002701.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

MACEDO, E. **Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?** Rio de Janeiro: Universal, 1996.

MAESTRI FILHO, M. J. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

MATTOS, H. M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, H. M.; RIOS, A. L. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

McNEESE, T. **The Abolitionist Movement: Ending Slavery**. New York: Chelsea House, 2008.

MELO, I. F. de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, São Paulo, ano 5, n. 11, p. 1-18. 2009. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

MENDONÇA, J. M. N. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**, Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MIRANDA, C. M. de. **Repercussões da Guerra Civil Americana no destino da escravidão no Brasil – 1861-1888**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

MORAES, E. de. **A campanha abolicionista: 1879-1888**. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1986.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3 ed. São Paulo: perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, G. **O racismo velado** – por Gustavo Nascimento. Publicado em 7 abr. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-velado-por-gustavo-nascimento/>. Acesso em: 22 maio 2022.

NEWMAN, R. S. **The Transformation of American Abolitionism: Fighting Slavery in the Early Republic**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.

NOEL, P. Refugiados africanos cruzam o Atlântico para viver no Brasil. **The Intercept_Brasil**. Publicado em 23 jun. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/06/23/refugiados-africanos-brasil/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, M. D. **A religião mais negra do Brasil**. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

OLIVEIRA, S. V.; ODA, A. M. G. R. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 371-388, abr./jun. 2008.

OLNEY, J. "I Was Born": Slave Narratives, Their Status as Autobiography and as Literature. **Callaloo**, 1984, n. 20, p. 46-73, 1984.

OLNEY, J. "I was born": slave narratives, their status as autobiography and as literature. *In*: DAVIS, C. T.; JR GATES, H. L.. (ed.). **The Slaves' Narrative**. New York: Oxford University Press, 1985. p. 148-175.

PAMPLONA, M. A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886): ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. **HIB: revista de história iberoamericana**, v. 3, n. 1, p. 50-68, 2010.

PARK, Mungo. **Travels in the interior districts of Africa**. Introd. and notes, Bernard Waites. London: Wordsworth. 2002.

PEREIRA, E. C. **A religião cristã em suas relações com a escravidão**. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckeler & c., 1886.

PEREIRA, M. H. de F.; SERRANO, G. de A.; PORTO, A. P. B. **Quilombolas e Quilombos: História do povo brasileiro**. Belo Horizonte: Rona, 2012.

PEREIRA, T. Racismo velado. Em pleno 13 de maio, embora possa parecer clichê, ainda é preciso falar de racismo no Brasil... **Tribuna de Minas**, publicado em 13 maio 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/opiniaio/tribuna-livre/13-05-2018/racismo-velado.html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

REIS, J. J. “Nos Achamos em Campo a Tratar da Liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, C. G. (org.). **Viagem Incompleta**. A Experiência Brasileira (1500 – 2000). Formação: histórias. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

Richardson, David. “Shipboard Revolts, African Authority and the Atlantic Slave Trade”, *William and Mary Quarterly*, 3rd series, 58 (2001), p. 69.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

RODRIGUES, J. **O tráfico de escravos para o Brasil**. De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, J. P. dos. Autobiografia, apropriações e subversões: a literatura negra abolicionista nos Estados Unidos oitocentistas. 2011. **Revista Vertentes**, v. 19, n. 1, jan.-jun. 2011. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n%201/Jose_dos_Santos.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

SCOTT, L. O. Autobiography: Slave Narratives. **Oxford Research Encyclopedias**, jul. 2017. Disponível em: <http://literature.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190201098.001.0001/acrefore-9780190201098-e-658>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SEKORA, J. Black Message/White Envelope: genre, authenticity, and authority in the antebellum slave narrative. **Callaloo**, n. 32, p. 482-515, 1987.

SILVA, H. A Igreja Presbiteriana do Brasil e a escravidão: breve análise documental. **Revista Fides Reformada**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2010.

SILVA, V. G. da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afro-brasileiros e neopentecostais. **Cadernos de Campo**, v. 20, São Paulo, p.295-303. 2012.

SIMON, M. **O falar da escravidão**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SOARES, F. C., L. A.; ROSA, T. C. JÓIA E W. L. PENA. 2016. A (des) Construção da Embriaguez em Solos Antárticos. *In*: SOARES, F. C. (org.). **Comida, cultura e sociedade: Arqueologia da alimentação no Mundo Moderno**. Recife: Editora da UFPE, Recife. p. 139-168

SOUZA, R. L. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 33, p. 56- 75, 2004.

STAUFFER, J. Fighting the Devil with his own fire. *In*: DELBANCO, Andrew. **The Abolitionist Imagination**. Cambridge; London: Harvard University Press, 2012. p. 57-80.

SUPER INTERESSANTE. **O islã incita a violência?** Publicado em 6 abr. 2012, Atualizado em 30 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/o-islã-incita-a-violencia/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TELLES, N. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, pp. 73-83, jan./jul. 1989.

VAINFAS, R. **Os protagonistas anônimos da História**: microhistória. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAN DIJK, T. A. Análise crítica do discurso. *In*: VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 113-132.

VIEIRA, A. **Sermões**. XI Volume. Lisboa: Lello e Irmão, 1951.

WALKER, D. **Walker's Appeal, in four articles**; together with a preamble, to the coloured citizens of the world, but in particular, and very expressly, to those of the United States of America. 3. ed. Boston: s. n., 1830. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/nc/walker/walker.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

WALSH, R. **Notícias do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1985.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (850-1888). São Paulo, Hucitec, 1998.

XAVIER, R. Biografando outros sujeitos, valorizando outra história: estudos sobre a experiência dos escravos. *In*: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.